

Eliane Miranda Costa
Natamias Lopes de Lima
Salomão Hage
(Organizadores/a)



Políticas de estado e as juventudes dos territórios marajoaras.

Palestrantes

Nazareno Santos (SEASTER) **Flávio de Paula (SEJUDH)** **Márcia Sousa (SINTEPP-Portel)**

Mediadora

Bianca Nascimento (PPGED/UNIFAP)

PROGRAMA DE EXTENSÃO - TRABALHO, ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES DE TERRITÓRIOS RURAIS DA AMAZÔNIA MARAJOARA

MESA: ECONOMIA SOLIDARIA, TRABALHO E RENDA NOS MARAJOS

Link de Transmissão: www.facebook.com/natham.lima.75

Prof. Dr. Adelero Reis (UFPA) **Carlos Augusto Pantoja Ramos (Engenheiro Florestal)** **Prof. Ms. Alexandre N. da Silva (SDA)** **Prof. Dr. Natamias Lima (UFPA)**

PROGRAMA: TRABALHO, ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO COM AS JUVENTUDES DOS TERRITÓRIOS RURAIS DA AMAZÔNIA MARAJOARA

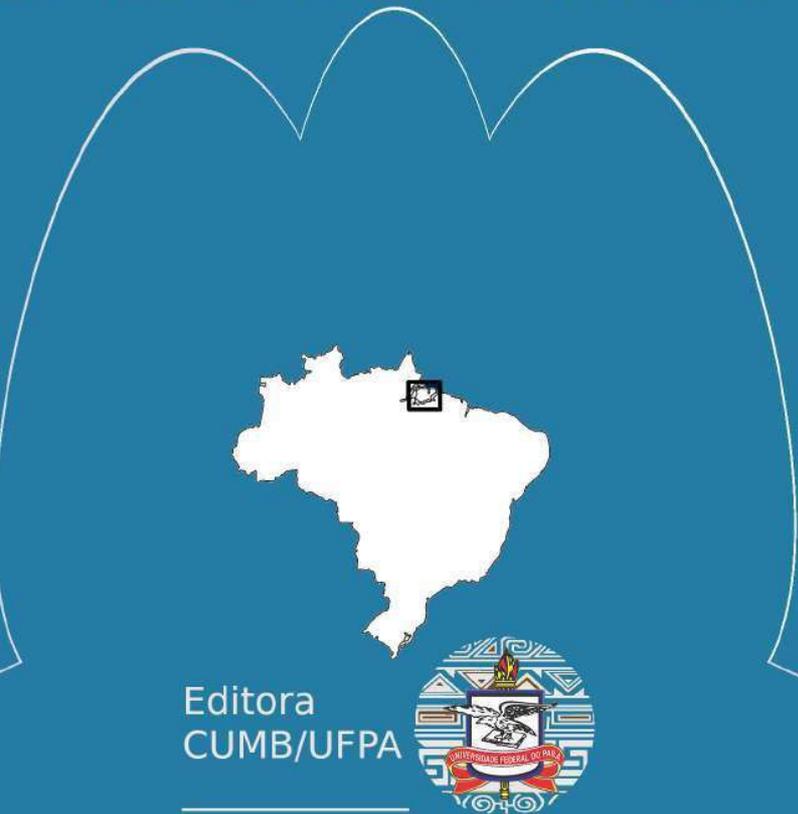
MESA: JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS NO MARAJÓ

Link de Transmissão: [youtube.com/channel/UC6KvXtUOo7QMCEYwetDAzOQ](https://www.youtube.com/channel/UC6KvXtUOo7QMCEYwetDAzOQ)

Francisco Batista (Geógrafo, Cientista, Tatu Firme e militante dos Direitos Humanos) **Guilherme Israel Kashi Silva (Defensor Público)** **Fabiane Nascimento (Pedagoga - Comissão de Justiça e Paz)** **Eliane Costa (UFPA)**

REALIZAÇÃO

Juventudes marajoaras em movimento na defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade



Editora
CUMB/UFPA



Universidade Federal do Pará

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Campus Universitário do Marajó-Breves

Coordenador

Ronaldo de Oliveira Rodrigues

Vice-Coodenador

Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho

Conselho Editorial

Profª Drª Ana Maria Smith dos Santos

Profª Drª Sônia Maria Pereira do Amaral

Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Rodrigues

Conselho Científico

Prof. Dra. Eliane Miranda Costa

Prof. Dr. Natamias Lopes de Lima

Prof. Dr. Salomão Hage

Eliane Miranda Costa
Natamias Lopes de Lima
Salomão Hage
Organizadores/a

**JUVENTUDES MARAJOARAS EM MOVIMENTO NA DEFESA DA
VIDA, DO BEM VIVER, DO TERRITÓRIO E DA DIVERSIDADE**

Campus Universitário do Marajó-Breves (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Izabel Cristina de Carvalho Mendes CRB-2/1488

J97 Juventudes Marajoaras em movimento na defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade [livro eletrônico] / Eliane Miranda Costa, Natamias Lopes de Lima, Salomão Hage (orgs.). – Breves-PA: CUMB-UFPA, 2023.

PDF.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-00-60817-5

1. Juventude – Marajó. 2. Extensão Universitária. 3. Trabalho e Renda. 4. Política Social de Estado. 5. Bem Estar Social. I. Costa, Eliane Miranda. II. Lima, Natamias Lopes de. III. Hage, Salomão.

CDD 361.61098115

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!
(Mário Quintana)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	08
APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - AS JUVENTUDES DOS TERRITÓRIOS RURAIS DA AMAZÔNIA MARAJOARA E A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA <i>Eliane Miranda Costa; Natamias Lopes de Lima.....</i>	16
CAPÍTULO 2 – JOVENS MARAJOARAS: IDENTIDADES PLURIVERSAS <i>Ronaldo de Oliveira Rodrigues.....</i>	26
CAPÍTULO 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA, TRABALHO E RENDA NOS MARAJÓS: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE SANTO EZEQUIEL MORENO NO MUNICÍPIO DE PORTEL-PARÁ <i>Alexandre Nunes da Silva.....</i>	35
CAPÍTULO 4 - BREVE ANÁLISE SOBRE OS SISTEMAS AGRÁRIOS NO MARAJÓ: PASSAGENS HISTÓRICAS DOS NATIVOS MARAJOARAS EM SUA LUTA PELA TERRA E PELOS RECURSOS NATURAIS <i>Carlos Augusto Pantoja Ramos; Eliane Miranda Costa; Renata Pantoja Nobre de Andrade</i>	48
CAPÍTULO 5 - JUVENTUDE E SAÚDE NO MARAJÓ: UM ANALISE HOLÍSTICA SOBRE O ATUAL CONTEXTO <i>Pablo Cardoso Maia.....</i>	63
CAPÍTULO 6 - A DEFENSORIA PÚBLICA E A DEFESA DAS JUVENTUDES <i>Guilherme Israel Kochi Silva</i>	75
CAPÍTULO 7 - POLITICAS DE ESTADO E AS JUVENTUDES DOS TERRITÓRIOS MARAJOARAS: AÇÕES E DEMANDAS DA GERÊNCIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS/SEJUDH <i>Flávio Moreira de Paula</i>	84
CAPÍTULO 8 – ESCOLA E JUVENTUDES RURAIS NO MARAJÓ <i>Salomão Hage</i>	98
CAPÍTULO 9 - JUVENTUDES MARAJOARAS E A IGREJA CATÓLICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS SOCIAIS, COMUNITÁRIOS E RELIGIOSOS <i>Frei Pedro Santos.....</i>	109
CAPÍTULO 10 - JUVENTUDES MARAJOARAS E AVIOLÊNCIA NO CAMPO <i>Fabiane Nascimento; Luce Mara Lobato dos Santos; Renata Machado; Maria Regina Machado</i>	118

CAPÍTULO 11 - PARTICIPAÇÃO DE JOVENS BENEFICIÁRIOS/AS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM ATIVIDADES E EVENTOS ESCOLARES NO MARAJÓ-PARÁ

Vivianne Nunes da Silva Caetano; Taynan Lopes Costa; Alessandra Araújo Macedo **133**

CAPÍTULO 12 - A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS MARAJOARAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA OPORTUNIDADE DE MELHORIA DE VIDA?

Vivianne Nunes da Silva Caetano..... **144**

PREFÁCIO

Esta obra é uma coletânea fundamental para a compreensão das diversas juventudes que coexistem nos Marajós. Uma proposta que tem sua origem vinculada à proposição, disposição e planejamento extensionista da Universidade Federal do Pará (UFPA), que se lança a problematizar e intervir sobre problemáticas sociais históricas na região marajoara. Problemáticas que são elementos desafiadores e totalmente dissonantes da dignidade necessária à vida humana.

A região marajoara, em especial os municípios do Marajó Ocidental (Breves, Anajás, Bagre, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel), apresentam IDH muito baixo ou baixo, o que traz a dimensão da real situação de pobreza ou extrema pobreza de boa parte de sua população.

Em uma região onde são explícitas problemáticas como extrema pobreza, alto índice de desemprego, abuso e exploração sexual infantil, baixa escolarização da população, tráfico de drogas, pirataria em rios, analfabetismo funcional, desnutrição, moradias precárias, falta de espaços/ambientes de lazer, trabalho infantil, falta de espaços/ambientes de leitura e desenvolvimento de artes, realidade de criminalidade, violência contra a mulher, falta de saneamento, dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação, segurança pública, índices preocupantes de suicídio, é certo que em suas diversas territorialidades a condição de vidas precárias se sobressalta nesse cenário, o que torna as vivências das juventudes nessa região um processo diferenciado e desafiador.

Os/as jovens marajoaras merecem instituições que lhes possibilitem projeção para uma vida com dignidade. São jovens que precisam concluir a Educação Básica e ter acesso à Universidade Pública e que tenham condições de exercer, profissionalmente, carreiras que lhes permitam viver eticamente na sociedade, sendo sujeitos/as críticos/as, reflexivos/as, dispostos a lutar por uma sociedade menos desigual em seus diversos aspectos.

As instituições públicas, Organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, membros do judiciário, legislativo e executivo precisam se organizar, se unir, no sentido planejar e executar estratégias e ações que venham a contribuir com a formação desses jovens, tão carentes de oportunidades nesta região.

Essa realidade afirma a necessidade de políticas públicas sérias, consistentes, conjecturadas pelas mãos do Estado não como proposta politqueira de um governo, mas como diretriz estrutural permanente que oportunize às juventudes e aos mais diversos grupos etários, condições dignas de existência nesta região. Nesse sentido, é fundamental que a Universidade se lance à pesquisa, se desdobre em ações de extensão, se reinvente para contribuir no processo de compreensão da dinâmica dessa região, bem como para sinalizar alternativas e estratégias de enfrentamento às variadas problemáticas nessa região.

Agosto de 2022
Prof. Dr. Ronaldo Rodrigues

APRESENTAÇÃO

Este E-book reúne discussões e reflexões empreendidas no âmbito do **Programa Trabalho, Organização e Formação das Juventudes dos Territórios Rurais da Amazônia Marajoara**, da Faculdade de Educação e Ciências Humanas, do Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Referido programa constitui-se como uma ação de extensão de natureza formativa e interdisciplinar, que agrega diferentes sujeitos, instituições e coletivos, preocupados com as juventudes dos territórios rurais da Amazônia Marajoara.

Neste cenário de indefinições política, marcado pela crise sanitária suscitada com a Pandemia da Covid 19, e pelo avanço do agronegócio com a ameaça e desmonte de direitos humanos e sociais já conquistados pelas populações rurais que ocupam esses territórios torna-se de grande relevância pautar as juventudes até como estratégia de enfrentamento e defesa do território marajoara. A Amazônia Marajoara é um território de múltiplas faces integrado por mata de igapós, rios, furos, igarapés, estreitos, lagos, campos, espécies vegetais, animais e minerais, onde as populações alinhavam identidades, saberes e crenças na insularidade de seus modos de ser, trabalhar, festejar, morrer (PACHECO, 2009; CRISTO, 2007).

O modo de vida das populações tradicionais entrelaça saberes, práticas e cosmovisões costuradas na relação homem e natureza (LATOUR, 2005), que podemos considerar como formas de “Bem Viver” ou “Viver Bem”. A expressão “Bem Viver” em termos epistemológicos evoca um discurso descolonial e expressa sumariamente um conjunto de práticas/experiências e discursos existentes nas narrativas de povos subalternizados. Segundo Anibal Quijano (2014) “Bem Viver” é a formulação mais antiga da resistência indígena à colonialidade do poder.

No contexto da Amazônia Marajoara “Bem Viver” pode significar resistência dos grupos sociais e jovens dos territórios rurais ao modelo econômico e político que baseado na exploração global e nas relações de poder desiguais oriundas da exploração capitalista ameaça o direito à vida. Todavia, para alcançar o “Bem-viver” faz-se necessário superar a desigualdade social e a violência dos quais as juventudes são alvos. Mas, para que isso ocorra entendemos ser necessário estabelecermos conexões possíveis entre a natureza, a política, a cultura, a economia e a espiritualidade. Em outras palavras, devemos nos esforçar para recuperar o sentido de utopia na construção de um

mundo no qual todas as pessoas possam viver bem, isto é, com saúde, segurança, alegria e dignidade.

Diante desse desafio, entendemos ser imperiosa a articulação com os saberes tradicionais das populações dos campos e florestas amazônicas, o que implica diálogo com os saberes da terra, das águas e das florestas, e os respectivos modos de vida que se fazem presentes nesse território (LIMA, 2011). De acordo com tal entendimento o Programa em questão pauta as juventudes dos territórios rurais da Amazônia Marajoara priorizando a realização de ações teóricas e práticas que incidam nas dimensões do trabalho, da organização social e formativa, buscando contribuir com o fortalecimento da emancipação, autonomia e o pertencimento local das juventudes marajoaras.

No campo das ações teóricas, entre os meses de setembro a dezembro de 2020 e fevereiro a maio de 2021, o Programa realizou um amplo debate envolvendo educadores, técnicos e representantes de órgãos públicos e de justiça, organizações não governamentais e movimentos sociais, instituições educacionais de Educação Básica e Superior por meio de *Webnários* projetados em plataformas virtuais, os quais nos possibilitaram refletir e socializar informações e conhecimentos sobre as juventudes dos territórios rurais do Marajó.

Uma parte dessa discussão encontra-se reunida neste e-book em forma de artigo, revelando as múltiplas realidades vivenciadas pelas juventudes dos territórios rurais da Amazônia Marajoara e Paraense em movimento na defesa da vida, do território, da diversidade e do bem viver. No primeiro texto **“As juventudes dos territórios rurais da Amazônia Marajoara e a extensão na Universidade Federal do Pará – UFPA”** Eliane Miranda Costa e Natamias Lopes de Lima tratam da importância da política de extensão da UFPA e de sua contribuição para as juventudes marajoaras, destacando as ações do programa de extensão, as parcerias e as dificuldades enfrentadas na execução das atividades extensionistas considerando o cenário pandêmico.

O texto **“Jovens marajoaras: identidades pluriversa”**, de Ronaldo de Oliveira Rodrigues, compartilha dados de duas pesquisas feitas sob a coordenação do referido autor no ano de 2020. Uma dessas pesquisas foi realizada com alunos do ensino superior e outra com alunos do ensino médio. Em ambas as pesquisas verifica-se que os/as jovens enfrentam diferentes desafios quanto ao acesso a trabalho, emprego e renda, entre outros. O autor chama atenção também para a não identificação dos/as jovens com as comunidades tradicionais; o acesso das mulheres (que são a maioria) em

ambos os níveis de ensino, o que é pontuado pelo autor como um avanço importante, assim como a presença da universidade pública no contexto marajoara.

Em “**Economia solidária, trabalho e renda nos Marajós: estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno no município de Portel-Pará**”, Alexandre Nunes da Silva trata das iniciativas agroextrativistas em curso na comunidade Santo Ezequiel Moreno em Portel. De acordo com o autor as iniciativas envolvem as seguintes ações: fundo solidário açaí, Mini Agroindústria Boa União, Cozinha Agroextrativista Iaçá e Rede Colaboração Solidária. Trata-se de um modelo de desenvolvimento territorial que na perspectiva do autor volta-se para atingir o bem estar individual, comunitário, social e ambiental. Neste modelo priorizam-se valores que procure atender às necessidades e os desejos materiais e de convivência das famílias, mediante mecanismos de democracia participativa e autogestão.

Em um mergulho no contexto histórico, Carlos Augusto Pantoja Ramos; Eliane Miranda Costa e Renata Pantoja Nobre de Andrade revelam em “**Breve análise sobre os sistemas agrários no Marajó: passagens históricas dos nativos marajoaras em sua luta pela terra e pelos recursos naturais**”, que na Amazônia Marajoara os sistemas agrários resultam de um modelo econômico e político pautado notadamente na exploração predatória dos recursos naturais. Os autores também abordam sobre práticas orientadas pelos princípios da Bioeconomia enquanto real oportunidade da região na atualidade, em lograr resultados que promovam o desenvolvimento local com responsabilidade para com as gerações futuras.

O desenvolvimento local sem dúvidas envolve o direito de acesso aos serviços de saúde com qualidade. É sobre esse direito que Pablo Cardoso Maia se debruça no texto “**Juventude e saúde no Marajó: um análise holística sobre o atual contexto**”. O autor argumenta que o acesso a saúde com qualidade depende da democratização não apenas de um serviço de saúde, mas de políticas públicas. E em seu entendimento somente com políticas públicas é possível pensar em uma saúde integral e mais equilibrada na população jovem do Marajó. Todavia, Maia comenta que no contexto marajoara a saúde pública ao longo de décadas não tem sido ofertada de maneira integral à população jovem. E isso, tem implicações negativas na vida desses sujeitos e seus familiares.

Acesso à educação, saúde, emprego entre outros direitos tem sido um grande desafio para as juventudes marajoaras. Daí a importância de instâncias como a

Defensoria Pública como destaca Guilherme Israel Kochi Silva no artigo “**A defensoria pública e a defesa das juventudes**”. Guilherme Silva na condição de defensor público destaca e acastela o que representa este órgão na defesa e garantia de direitos dos sujeitos historicamente vilipendiados. Argumenta o defensor/autor que a conquista e garantia de direitos precisa ser entendido como luta coletiva. Em outros termos significa que o direito para serem garantidos não basta estar na lei, à comunidade precisa lutar coletivamente para que a lei se cumpra.

O papel e o engajamento social das instituições e lideranças nesse aspecto caracterizam-se como elemento-chave. É nesse sentido que, Flávio Moreira de Paula, educador popular e gerente do setor da Juventude da SEJUDH, destaca no artigo “**Políticas de estado e as juventudes dos territórios marajoaras: ações e demandas da Gerência de Promoção dos Direitos da Juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/SEJUDH**” a atuação da referida gerência no que compete a articulação política e implementação de políticas para as Juventudes marajoaras. O autor indica ainda a dificuldade de estabelecer ações para esse público em função do pouco recurso e a dificuldade dos jovens marajoaras de acessar aos serviços públicos, sobretudo a educação.

O acesso à escola é de extrema importância para as juventudes conquistar direitos como argumenta Salomão Hage no texto “**Escola e juventudes rurais no Marajó**”. De acordo com este autor para que a escola venha corroborar com a garantia de direitos dos jovens dos territórios rurais precisa ser outra, isto é, não pode ser uma escola precária, com transporte escolar de péssima qualidade. Um dos desafios na construção dessa nova escola é enfrentar forças poderosas como o movimento *Todos pela Educação*, que formado pelos empresários da educação ameaçam o direito dos sujeitos pobres, como os jovens marajoaras. Hage observa que estes empresários vêm ocupando as secretarias estaduais e municipais de educação por meio das parcerias público-privadas fato considerado nocivo à formação dos jovens pobres.

Há assim, necessidade de pensar o papel das instituições e sua contribuição para com as juventudes, o que depende de compromisso político por parte de diferentes sujeitos como defende Pedro Santos no texto “**Juventudes marajoaras e a igreja católica: perspectivas e desafios sociais, comunitários e religiosos**”. Frei Pedro é enfático ao sustentar que as juventudes no Marajó enfrentam muitas dificuldades porque não tem apoio, não têm políticas públicas voltadas a esse público, para garantir seus

direitos. Na verdade, os jovens não têm oportunidades, não tem, porque esta lhes tem sido roubada. Historicamente vem sendo roubado dos/as jovens não só o direito de estudar, trabalhar, sonhar, viver bem. Tem sido roubado, sobretudo à humanidade como fala Arroyo (2011).

A ausência ou a baixa capilaridade de políticas públicas que implica no direito à vida digna contribui para o fomento a violência como demonstram Fabiane Nascimento; Luce Mara Lobato dos Santos; Renata Machado e Maria Regina Machado no texto **“Juventudes marajoaras e a violência no campo”**. As autoras com base em dados bibliográficos abordam os tipos de violência enfrentada pelos jovens e os efeitos das mesmas no cotidiano das juventudes marajoaras do campo. Na leitura das autoras todos os tipos de violência têm efeito nefasto no modo de vida dos jovens e, no Marajó a violência estrutural se apresenta como determinante na negação de direitos.

Romper com essa lógica requer uma política social que veja o/a jovem como gente, como sujeitos de direito, conforme afirmam Vivianne Nunes da Silva Caetano, Taynan Lopes Costa e Alessandra Araújo Macedo no texto **“Participação de jovens beneficiários/as do programa bolsa família em atividades e eventos escolares no Marajó-Pará”**. Estes/as autores/as demonstram por meio de um estudo sobre o Programa Bolsa Família que não basta apenas transferir irrisórias rendas às famílias pobres para que as crianças, adolescentes e os/as jovens permaneçam na escola por algum tempo. É preciso muito mais. Faz-se necessário garantir uma escola com estrutura adequada, com merenda e transporte escolar de qualidade e quantidade suficiente. Assim como criar oportunidades digna de trabalho a população.

Embora o referido programa reduza-se a transferência de parcas rendas às famílias pobres, é preciso reconhecer que o mesmo caracteriza-se como uma ferramenta importante para as famílias beneficiárias, que muitas vezes não tem o mínimo. Essa uma questão que Vivianne Nunes da Silva Caetano no texto **“A participação de jovens marajoaras no programa bolsa família: uma oportunidade de melhoria de vida?”** não perde de vista. Relata essa autora que não houve modificações econômicas e sociais significativas no modo de vida de famílias e de jovens beneficiários/as do PBF, uma vez que tais sujeitos continuam sem oportunidades de emprego e maior qualificação, para sair, da linha da pobreza, como estabelece o Programa.

Os textos nos convidam a importantes reflexões acerca da realidade do território marajoara e sua população, especialmente as juventudes frete ao direito a uma vida

digna. Trabalho, formação e organização social são ferramentas, meios, matrizes necessárias e indispensáveis na garantia desses direitos e na construção de uma Amazônia Marajoara enquanto território de cidadania.

1

As juventudes dos territórios rurais da Amazônia Marajoara e a extensão na Universidade Federal do Pará - UFPA

Eliane Miranda Costa

Natamias Lopes de Lima

1 INTRODUÇÃO

A mesorregião Marajoara, aqui denominada Amazônia Marajoara, subdividida em três microrregiões: *Furo de Breves, Portel e Arari*,¹ caracteriza-se pela dinâmica ecológica de rios, campos e florestas. Nesta porção amazônica encontram-se grupos sociais como os ribeirinhos, indígenas e quilombolas, que cotidianamente dedicam-se em forjar seus modos e formas de existir e coexistir nesse território². Suas tradições culturais, saberes, práticas e identidades expressam junto com os recursos naturais à riqueza e beleza do Marajó. Em contraste com tal patrimônio, esta mesorregião sofre com os piores indicadores socioeconômico do estado e país, reverberado na fome, miséria, altos índices de malária, em determinados municípios, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes que impactam diretamente na qualidade de vida da população pobre das áreas rurais e periferias urbanas.

Esses indicadores no entendimento de Costa e Do Carmo (2020) resultam do histórico processo de exploração mercantil iniciado com a colonização e, ao longo de séculos e décadas, vem sendo mantido pela ausência ou precariedade dos serviços públicos oferecidos e, sobretudo, pelo não reconhecimento dessas populações, como sujeitos de direitos. Em outras palavras a ausência ou baixa capilaridade de políticas públicas contribui para a manutenção do perverso quadro de vulnerabilidade, negando assim, à população, em particular aos ribeirinhos, indígenas e quilombolas o direito à vida com dignidade.

Essa negação de direitos leva, principalmente, os jovens enfrentarem situações de vulnerabilidade muito grave como é possível perceber em estudos realizados por Oliveira

¹ Microrregião Furo de Breves compreende os municípios de: Afuá, Anajás, Curalinho, Breves e São Sebastião da Boa Vista; Microrregião de Portel é formada pelos municípios de: Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. A microrregião do Arari abrange os municípios de: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari, Salvaterra e Soure (PDSM, 2007).

² Território é assumido aqui não apenas como espaço geográfico, mas, também, espaços sociais e simbólicos que abarcam experiências, vivências, memórias, sentidos e significados estabelecidos pelos diversos povos na relação com o ambiente nas temporalidades distintas (COSTA; CAETANO, 2020).

(2018), Matos, Reis e Lima (2019). Oliveira (2018) analisando dados do IBGE de 2010 sobre a juventude no município de Breves constata que 23,22% dos jovens de 15 a 24 anos não estavam estudando e nem trabalhando, um percentual que representa o dobro do resultado nacional (11,61%). Outro dado alarmante refere-se ao analfabetismo, que chegou a atingir uma taxa de 15,94% entre jovens de 25 e 29 anos, enquanto que no país o percentual era de 3,96% (OLIVEIRA, 2018).

Matos, Reis e Lima (2019) identificaram que na microrregião de Portel, entre os jovens de 15 a 17 anos somente 15,38% conseguem concluir todo o ensino fundamental (no município de Melgaço, esse percentual é bem menor, apenas 6,89% concluíram este nível de escolaridade). Apenas 7% dos jovens de 18 a 24 anos concluíram o ensino médio, (em Bagre o percentual cai para 4,10%) e só 2,84% de jovens dessa faixa tem acesso ao ensino superior.

Os autores verificaram ainda que as escolas de ensino fundamental (Anos finais) e ensino médio majoritariamente ficam no espaço urbano, implicando em dificuldades de acesso à população do campo, muitos ficam sem estudar ou migram para a cidade. Argumentam os autores que quando a escola se faz presente no espaço é quase sempre em condições precárias afetando de forma negativa o processo ensino-aprendizagem. No caso do ensino médio o número de escolas não é suficiente para garantir acesso a todos, pois, somente Portel conta com duas escolas, os demais municípios têm apenas uma escola para atender esse nível.

A vulnerabilidade expressa pelos autores revela que a oferta da educação às juventudes marajoaras não é, e nunca foi, prioridade do estado brasileiro, aliás, a prioridade parece ser o setor econômico que impulsionado pelos desígnios do capital estrangeiro agrega à educação o valor de mercadoria, reduzindo assim o acesso à escola como um direito só de quem pode pagar. Resta aos jovens pobres à inclusão precoce, desqualificada e de baixo rendimento no mercado de trabalho como condição para sobreviver (ALVES; ARAÚJO, 2018).

Nega-se, desse modo, aos jovens pobres não apenas o acesso aos bens culturais, mas, o direito de participarem da produção intelectual e cultural da sociedade, como também em construir perspectivas de trabalho, lazer e vida digna. Diante dessa negação de cidadania (ARROYO, 2011) às juventudes e da compreensão que os jovens marajoaras são sujeitos de direitos e que a universidade pública é ferramenta fundamental na luta por esses direitos, propomos no contexto da UFPA, o **Programa de extensão Trabalho, Organização Social e Formação com as Juventudes dos Territórios Rurais da Amazônia Marajoara**, com a

finalidade de pautar as juventudes marajoaras, principalmente, dos municípios de Bagre, Breves, Curralinho, Melgaço e Portel em vista de contribuir com a emancipação, autonomia, liberdade e o pertencimento local.

Cabe esclarecer que entendemos juventudes como construção histórica e social que enreda múltiplas formas de existir em diferentes tempos e espaços sociais. Isso mostra que não se trata de um grupo homogêneo, ao contrário, são sujeitos históricos sociais, caracterizados por distintas singularidades. Assim sendo, assumimos a ideia de “Juventudes Marajoaras”, para evidenciar que temos diversas juventudes, considerando as características étnicas, biológicas e de gênero em um espaço que tem problemas comuns, mas tem especificidades.

Neste texto nosso objetivo consiste em refletir sobre a política de extensão da UFPA e sua contribuição para com as juventudes marajoaras. Para tanto, traçamos as seguintes questões: Como a UFPA, por meio de sua política de extensão, contribui ou vem contribuindo com as Juventudes Marajoaras, em especial, as juventudes dos territórios rurais? O que o programa de extensão Trabalho, Organização Social e Formação com as Juventudes dos Territórios Rurais da Amazônia Marajoara propõem? Alinhado a uma abordagem qualitativa, o texto faz uso da pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2009; TOZONI-REIS, 2009). Recorre ainda a trechos e reflexões dos debates promovidos pelo programa de extensão em seis webnários de agosto a dezembro de 2020.

A análise dos dados à luz da base teórica gerou o presente texto, organizado em quatro tópicos, incluindo esta Introdução e as Considerações Finais. No tópico que segue aborda-se sobre a política de extensão da Ufpa, com ênfase no Programa de Extensão Inclusiva Avançada - PROEXIA Marajó, lançado em 2019 por meio do EDITAL PROEX Nº 02/2019. O terceiro tópico trata especificamente do Programa de Extensão Trabalho, Organização Social e Formação com as Juventudes dos Territórios Rurais da Amazônia Marajoara e seus desdobramentos diante do cenário pandêmico. Ao finalizar verifica-se a importância da extensão como ferramenta de inserção social.

2 UFPA E A POLÍTICA DE EXTENSÃO NO MARAJÓ: APONTAMENTOS SOBRE O PROEXIA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) está presente no Marajó desde 1986, por meio do projeto de Interiorização, responsável inicialmente pela implantação dos núcleos universitários de Soure e Breves, que, posteriormente, foram transformados em Campus

Universitário do Marajó-Soure e Campus Universitário do Marajó-Breves. A partir dessa política a UFPA ofertou e vem ofertando na região marajoara cursos de graduação (Geografia, História, Pedagogia, Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Letras com habilitação em Língua Inglesa, Matemática, Serviço Social, Biologia e Ciências Naturais), bem como tem apoiado diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão, através de seus programas específicos.

Na particularidade da extensão, destaca-se o Programa de Extensão Inclusiva Avançada - PROEXIA Marajó, lançado em 2019 pelo Edital nº 02/2019, em consonância com a Resolução do CNE/MEC nº 07/2018, o Decreto nº 7. 416/2010 e as normas internas, em especial, a Resolução nº 3. 298/2005 que dispõe sobre as atividades de extensão na UFPA. Esta resolução define em seu Art. 1º ser a Extensão Universitária,

Um conjunto de atividades acadêmicas, de caráter múltiplo e flexível, que se constitui num processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, e que viabiliza, através de ações concretas e contínuas, a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade (UFPA, 2005, p.1).

A Extensão Universitária caracteriza-se desse modo como dimensão estratégica para estimular a articulação entre o ensino e a pesquisa e estabelecer o diálogo interdisciplinar e multidisciplinar entre as áreas de conhecimento e o saber local, condição basilar para a construção de uma formação integral. É também mecanismo para agenciar a integração e interação entre as instituições e a comunidade, fundamental para promover a transformação social e a garantia de direitos.

Em realidades como da Amazônia Marajoara, com sérios problemas sociais, a extensão universitária pode constituir-se como ferramenta de denúncia e anúncio. Denúncia da histórica negação de direitos que ameaça a vida da população pobre, em especial, dos jovens. Anúncio da luta para terem autonomia e suas vozes ouvidas, definirem seus destinos, buscarem suas prioridades e defenderem suas terras, água, trabalho, saúde e vidas. Anúncio como forma de resistência e de afirmação dos valores, práticas culturais, saberes e identidades das juventudes amazônidas.

Embora a solução dos problemas sociais no Marajó não possa se resumir às ações extensionistas da UFPA, pois, uma sociedade menos desigual depende de um projeto de sociedade compromissado com a vida de todos sem distinção, não se pode desconsiderar a importância da extensão e do papel da universidade na concretização de políticas públicas na Amazônia. Assumindo tal compromisso e atendendo sua política extensionista a UFPA

lançou o PROEXIA com a finalidade de selecionar e financiar vinte programas de extensão voltados para o desenvolvimento de ações que atendessem as demandas socioeconômicas da Amazônia Marajoara. Como critério a universidade exigiu programas de caráter interdisciplinar e interunidades vinculados a uma das seguintes áreas: Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Tecnologia e Produção, Cultura e Comunicação (UFPA, 2019).

Analisa-se que essas áreas colocam em pauta múltiplas faces dos direitos humanos como condição fundamental para pensar a garantia e o exercício da vida digna, o que traduz a exigência de uma ética humana. Os direitos humanos correspondem às necessidades essenciais da pessoa humana, ou seja, a todas as necessidades para a pessoa viver com dignidade, por isso, os direitos humanos constituem-se prioridades na construção da cidadania e democracia (CALAU, LIRA, SPONCHIADO, 2015).

A violação dos direitos humanos abala os alicerces de uma justiça social e provoca dor, falta de esperança, a segregação entre outros; fatores negativos que na realidade do Marajó explicam as fragilidades e vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias pobres. Como mencionado, no contexto social do Marajó a efetivação da saúde, educação, justiça, moradia, trabalho, emprego e renda enquanto direitos humanos tem sido um grande desafio. Prevalece há tempos a violação e negação desses direitos que não apenas contribuem e exacerbam problemas sociais, como provocam sérias consequências para a vida dos jovens e, de igual modo, geram uma série de demandas socioeconômicas.

Para tentar lidar com parte dessas demandas o PROEXIA pontua entre seus objetivos específicos, ações extensionistas que contribuam com a geração de produtos, técnicas e metodologias voltadas para inclusão e melhoria das condições de vida da população marajoara. Propõe a intervenção na realidade socioeconômica e ambiental por meio de ações que não descuide do desenvolvimento sustentável das diferentes comunidades, bem como da integração do conhecimento acadêmico com o saber popular, em vista à inclusão de grupos sociais. Tem como propósito ainda “estimular a participação do discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas atividades de extensão com vista a promover uma formação acadêmica integral” (UFPA, 2019, p. 2).

Há assim por parte da universidade cuidado e sensibilidade em promover ações que provoquem melhorias na vida das pessoas sem oferecer risco ao ambiente. A ênfase ao desenvolvimento sustentável denota o fomento a uma mentalidade que não apenas questiona a exploração irresponsável dos recursos naturais como defende a prática de um

desenvolvimento socioeconômico equilibrado e justo. Acena dessa forma para a construção de outras possibilidades sociais.

Daí dizer que a UFPA, oferece às juventudes marajoaras possibilidades outras para defenderem suas culturas, saberes, identidades e territórios. Em outros, termos podemos dizer que esta Universidade no Marajó se constitui política pública para que as vidas precarizadas e violentadas historicamente possam lutar pelo direito a terra, água, floresta, trabalho, moradia e vida digna. Nesse aspecto, o Programa de Extensão Trabalho, Organização Social e Formação com as Juventudes dos Territórios Rurais da Amazônia Marajoara propõem-se como mecanismo e ferramenta das Juventudes na luta por direitos.

3 PROGRAMA TRABALHO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO COM AS JUVENTUDES DOS TERRITÓRIOS RURAIS DA AMAZÔNIA MARAJOARA

Para atender as exigências do Edital PROEX Nº 02/2019, ainda em 2019, realizamos uma série de discussões a fim elaborar este programa abarcando ações coerentes com as finalidades estabelecidas. A primeira questão debatida foi para definir nosso foco de atuação e os sujeitos que pretendíamos alcançar. Entendendo que os jovens marajoaras são sujeitos colocados à margem de muitos processos consideramos fundamental voltar nosso olhar e ações a tais sujeitos. A estratégia seguinte foi estabelecer contato e articulações com outros profissionais e instituições, bem como definir os objetivos do programa. Tendo por princípio a interdisciplinaridade e a ação coletiva nosso objetivo voltou-se para pautar as juventudes dos territórios rurais dos municípios de Bagre, Breves, Curalinho, Melgaço e Portel, com vistas a contribuir com a sua emancipação, autonomia, liberdade e pertencimento local.

Desse modo, o Programa foi pensado e planejado para ser desenvolvido por meio de três projetos (Trabalho, produção e geração de renda na floresta; Organização social das juventudes rurais na Amazônia marajoara; Formação/educação dos jovens da floresta) com atividades integradas voltadas para o fortalecimento do diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, e a promoção da formação dos jovens como estratégia para sua organização social e preparação para o trabalho.

Adotamos como metodologia oficinas sobre manejo de produtos da floresta, Encontro das juventudes rurais, com roda de conversa sobre território, territorialidade, identidade e desenvolvimento local, Feira do produtor rural, Oficina de Redação/Português e matemática,

oficina de pesca, oficina de agroecologia, oficina sobre trabalho e artesanato, Curso de EJA, Curso de Agricultura familiar, que deveriam ocorrer de forma presencial. No entanto, com o advento da pandemia do COVID-19 e as restrições exigidas por conta das condições sanitárias, a partir de março de 2019, não foi possível realizarmos as ações planejadas.

Com as restrições por conta da pandemia, atividades profissionais como reuniões de trabalho, de colegiados, conselhos, aulas, encontros, eventos científicos e outros, passaram a ser realizados de forma virtual, por meio de aplicativos como o *Google Meet*, o *StreamYard* (este com transmissão para o *Facebook*, *YouTube*, *Instagram*). Assim, para dar prosseguimento ao programa, realizamos reuniões, webnários; não pelo simples fato de não deixar o programa parado, mas para desenvolver ações que tivesse pertinência com o propósito do programa e debatesse problemas latentes, atinente à juventude, nos território da Amazônia Marajoara. Fizemos um novo planejamento abarcando atividades teóricas e práticas das quais muitas já foram realizadas, a exemplo dos *webnários*, que deram base para este e-book, e outras que se encontram sendo organizadas, como a produção de um caderno pedagógico.

Nesse sentido, articulamos e participamos de audiência com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Renda (SEASTER) e a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), na qual expusemos demandas e problemas envolvendo as juventudes marajoaras, buscando possíveis parcerias, principalmente para a realização de cursos para essa população. Da parceria com a SEASTER, resultou o curso “Manipulação, beneficiamento e conservação de pescado”, realizado no mês de maio de 2021. Tal curso certificou 17 alunos e mobilizou diferentes atores locais.

A articulação que fizemos agregou também organizações sociais como a Pastoral da Juventude da Igreja Católica, o Movimento Pela inclusão do Marajó (ONG MIM), a Comissão de Justiça e Paz, o Fórum Paraense de Educação do Campo e o Fórum de Educação do Campo do Marajó.

Nos *webnários* contamos com a participação de alunos, ex-alunos, bolsistas, professores, pesquisadores os quais estiveram na condição de palestrantes, cuja repercussão foi muito positiva na comunidade. As discussões trataram sobre pluriversidades amazônicas, economia solidária, trabalho e renda nos Marajós, juventudes em movimento e luta na Amazônia, escola e juventudes rurais no Marajó, juventudes e saúde no Marajó, juventudes e violências no Marajó, juventudes memórias e histórias no Marajó, vida e juventudes no

Marajó, mulher, trabalho e movimento social no Marajó. Parte desse debate integra o corpo desse e-book.

A fim de disponibilizar a comunidade marajoara e a outras envolvidas com as demandas da Educação do Campo, material escrito a esse respeito, principalmente referente aos territórios marajoaras, publicaremos um Caderno estruturado a partir de quatro eixos, quais são: Juventudes e Trabalho dos Marajós; Juventudes e suas organizações; Juventudes, identidades/diversidade e religiosidades dos Marajós e Os jovens e a preservação da vida nos Territórios. Cada eixo é coordenado por um grupo de pessoas responsáveis em articular e realizar diálogos com as juventudes a fim de discutir sobre os temas. Dessa discussão originar-se-ão os conteúdos para o caderno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UFPA no Marajó é uma política pública que tem garantido aos marajoaras a oferta de cursos universitários, principalmente na área das ciências humanas, e estes têm impactado de forma positiva o modo de vida de muitas famílias. Embora os índices de acesso de jovens ao ensino superior na região sejam baixos, é possível considerar que durante trinta anos presente no Marajó, a UFPA tem contribuído para amenizar as mazelas sociais que, historicamente, as famílias marajoaras têm sofrido.

No contexto da Pandemia, provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), esses problemas ficaram ainda mais evidentes, aliás, manifestam-se muito mais profundos e preocupantes, sobretudo para as juventudes que ao se verem sem perspectivas tornam-se vítimas de depressão, suicídio, violências. Os webnários nos possibilitaram discutir questões agudas da Amazônia Marajoara que foram desde a economia solidária, educação, identidades, religiosidades, saúde e cidadania até a discussão referente à defesa da vida, dado o alto índice de suicídio no município de Breves, por exemplo.

As discussões nos ajudaram a traçar um contorno interessante em torno de questões crônicas que afetam a população de um modo geral e as juventudes especificamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Paulo da C.; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de L. Abordagens sobre a condição de classe das juventudes da Amazônia. **Margens**, vol. 1, n. 17. 2017.

ARROYO, Miguel G. Educação em tempos de exclusão. *In*: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada**: política de exclusão na educação e no trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 270-279.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição: 243, Seção: 1, Página: 49, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010**. Regulamenta os Arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: <https://www.proex.ufscar.br/arquivos/normas-regras-e-outros/decreto-no-7-416-de-30-de-dezembro-de-2010.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

CULAU, JÚLIA , LIRA, DAIANE & SPONCHIADO, DENISE APARECIDA MARTINS, Educação em direitos Humanos: Um desafio da sociedade e da escola. *In*: **Anais EDUCERE**, p. 3949-3960, PUC-PR, Curitiba, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18221_7983.pdf, acesso 30 mar. de 2021.

COSTA, Eliane Miranda; DO CARMO, Eraldo Dutra. A escola pública no Marajó: resistência e luta por direitos frente à extrema desigualdade social e crise sanitária. *In*: UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia de Paula Freitas de Souza; GONÇALVES, Maria Elizabeth Souza (org.). **Diálogos críticos, volume 3**: EAD, atividade remota e o ensino doméstico: cadê a escola. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 57-87.

COSTA, Eliane Miranda; CAETANO, Vivianne Nunes da Silva. Os ribeirinhos no arquipélago de Marajó e a luta pela permanência no território tradicionalmente habitado. **Revista Internacional Interdisciplinar - INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, p. 01-19, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, Cleide Carvalho de; REIS, Manuelle Espíndola dos; LIMA, Natamias Lopes de. Razões entre a BNCC, as questões extraescolares e a educação de nível médio no Marajó. *In*: UCHOA, A. M. da; LIMA, A. de M.; SENA, I. P. F. de S. (org.). **Diálogos críticos, volume 2: reformas educacionais**: avanço ou precarização da educação pública: Porto Alegre, Editora Fi, 2020, p. 61- 79.

OLIVEIRA, Raquel Correia de. A juventude marajoara: indicadores de perpetuação do ciclo da vulnerabilidade social entre os jovens do município de Breves/Marajó-PA. *In*: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/23280-Texto%20do%20artigo-67411-1-10-20190120%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/23280-Texto%20do%20artigo-67411-1-10-20190120%20(4).pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

Juventudes marajoaras em movimento na defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade

PDSM. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://antigo.sudam.gov.br/index.php/planos-de-desenvolvimento/87-plano-de-desenvolvimento/316-plano-de-desenvolvimento-territorial-sustentavel-do-arquipelago-do-marajo>. Acesso em: 10 maio 2021.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de C. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009.

UFPA/PROEXIA. **EDITAL PROEX N° 02/2019 Programa de Extensão Inclusiva Avançada - PROEXIA MARAJÓ**. Disponível em: <http://proex.ufpa.br/banco/docs/2019/4/PROEXIA.pdf>. Acesso em 06 mar. 2021.

UFPA. CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA. **Resolução N.º 3.298, de 7 de março de 2005**. Dispõe sobre atividades de Extensão na Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://cppd.ufpa.br/resolucao3298consepe2005.pdf>. Acesso em 06 mar. 2021.

2

Jovens marajoaras: identidades pluriversas

Ronaldo de Oliveira Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

Diante de realidades tão multifacetadas, multiversas, considerando as identidades dos/as jovens, é indicado que se trate sobre os/as juventudes marajoaras em perspectivas pluriversas, que exige compreender tais realidades a partir das questões “de classe, gênero, cor, raça, etnia, credo, enfim, da diversidade de condições em que os jovens produzem suas identidades e, a partir delas, se relacionam com o ‘mundo da escola” (SILVA; OLIVEIRA, 2016, p. 8). Nos Marajós, indistintamente, é necessário compreender juventudes a partir de “um recorte de classe social” (FRIGOTTO, 2004. p. 180), o que deve “levar em conta particularidades e até aspectos singulares sem cair numa perspectiva atomizada” (idem).

São muitos elementos que em conjunto precisam ser levados em consideração: classe social, cor/raça/etnia, cultura/religião, sentido de existência/pertencimento, negação/autoafirmação, liberdade, história (geração, experiência, movimentos, mudanças, idade, trajetórias), conceito de cidadania, mediações, expectativas, identidade/s, identificações, sentimentos, sociabilidades, variáveis simbólicas, variáveis políticas, aspectos biológicos, cronológicos, psíquicos, família, tempo e espaço. São elementos que se tornam um tanto desfigurados sem a escola, mas que se ressignificam à medida que a participação na/da escola, da educação, ganha importância na vida desses/as sujeitos/as jovens.

Essa pluriversidade nos leva a ter muitas compreensões. No ano de 2020 fizemos algumas pesquisas a partir do Campus Marajó-Breves (UFPA). Duas delas trazem dados que são muito relevantes. Trazem uma dimensão muito interessante do perfil de uma parcela dos/as jovens tanto na universidade, no caso do Campus do Marajó-Breves, quanto dos /as jovens do Ensino Médio. Os principais resultados serão pontuados a seguir.

Silva e Oliveira (2016) apresentam a compreensão de que Juventude no singular expressa apenas uma condição geracional e que no plural há o reconhecimento dos sujeitos em sua diversidade na classe, de gênero, de cor, de raça, etnia, credo, enfim na diversidade de

condições em que eles produzem suas identidades, dinamizando processos de identificações e a partir dela se relacionam com o mundo da escola, por exemplo. Não necessariamente apenas com o mundo da escola, com o mundo, com o universo de maneira geral.

A UFPA tem 12 *Campi* e um deles está em Breves. Há dois campi da UFPA no Marajó. Um deles, Soure, no Marajó Oriental e que fica mais próximo de Belém e o Campus de Breves, Marajó Ocidental, que fica um pouco mais distante da capital do estado. O objetivo, no início, era tratar sobre as possibilidades para o ensino remoto na UFPA, em função da Pandemia de Covid-19, no Campus de Breves, especificamente. O Grupo de Trabalho buscou a composição do cenário, um perfil mais geral dos/as alunos/as do Campus Marajó-Breves (UFPA). De cerca de 1.200 discentes, 502 deles/as responderam o instrumento.

2 O PERFIL DO/A JOVEM UNIVERSITÁRIO/A DA UFPA NO CAMPUS DE BREVES

O primeiro tópico do relatório intitulado perfil socioeconômico e étnico-racial dos/as discentes do Campus nos levam a ter as seguintes informações: quase 90% estão na faixa etária entre 18 a 40 anos, sendo que a maioria são mulheres e isso acontece também no questionário que foi aplicado aos alunos do ensino médio. Essa primeira informação é muito importante porque nos leva, dentre várias questões, a refletir sobre um campus universitário de uma universidade pública, que está localizado no interior do Pará, no interior da Amazônia, que recebe, de forma mais efetiva, mulheres; em muito, mulheres que são negras, pobres, jovens, trabalhadoras, e que vislumbram cenários, caminhos, até pouquíssimo tempo atrás desconhecidos, às vezes contrariados/as pelos/as próprios/as familiares. Em um cenário envolto a uma realidade onde cabe estudar com atenção questões sobre pobreza menstrual, desigualdades e violações dos direitos das mulheres, por exemplo, é bastante confortante saber que elas estão ocupando o espaço universitário e fazendo a diferença não apenas na vida delas, mas de muitas histórias marajoaras. Estão ocupando instituições fundamentais e estratégicas para uma nova compreensão do papel da mulher marajoara na sociedade.

Outra questão que merece ser pontuada é que ao considerar os/as cerca de 2 milhões de jovens paraenses, sendo 69% na zona urbana e 31% na zona rural, devemos refletir sobre o conceito de Juventude Rural/do Campo, pois se deve pensar que tipo de atenção está sendo dada às Juventudes Urbanas e às Juventudes Rurais, Juventudes dos Campos, em que no caso

marajoara se dinamizam pelas águas. Ou está tudo tão conectado que não podemos colocar os/as jovens dentro dessas esferas de classificação? São questões a pensar, mas é certo que há especificidades muito particulares em cada uma dessas realidades. O/a jovem do campo, que tem sua vida dinamizada pelas águas marajoaras, merece olhar diferenciado. Precisa, por exemplo, de programas de políticas públicas sólidas que lhe deem condições e direito de ficar no seu local de origem, se assim desejar, ou de se lançar à outra dinâmica, independentemente de espaço/tempo.

No aspecto racial, mais de 70% dos/as alunos/as se declararam pardos e mais de 17% pretos. Temos, portanto, praticamente 90% que se declaram negros/as. É muito interessante essa questão da autoafirmação ou da negação também. No que se refere aos grupos indígenas, o percentual é de apenas 1,2%. Isso nos leva também a refletir sobre como essa população tem dificuldade de se identificar ou ela está negando esse imaginário dentro da Amazônia Marajoara ou, ainda, são elementos que precisam ser melhor trabalhados. Não necessariamente que tenhamos que ter pessoas autodeclaradas negras ou indígenas por estarmos no Marajó, mas, é necessário ampliar os espaços de debate sobre tais temas na região, (in)formar melhor nossa juventude sobre os processos e condicionantes históricos/as que nos trouxeram até este ponto da história, de forma que se sintam esclarecidos/as o suficiente para, por exemplo, efetivar autodeclaração racial com mais segurança.

Essa questão das identidades fica mais evidenciada quando se questiona sobre a origem relativa a alguma comunidade tradicional, dentre as opções indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Mais de 96% desses alunos disseram que não pertencem a nenhuma comunidade tradicional. Então nós passamos a refletir que há uma questão em relação a essa identidade e, conseqüentemente, identificação, que precisa ser trabalhada, que precisa ser discutida. Woodward (2000, p.9) considera que “a identidade é relacional”, é a identidade que fornece condições para que a diferença exista, logo ela é “marcada pela diferença”. A escola e a universidade devem ser protagonistas no âmbito dessa discussão.

A maior parte das famílias dos alunos é composta, em média, de 3 a 5 familiares, com possibilidade extensiva de até 8 familiares e isso se desdobra diretamente em outras questões como renda, trabalho e emprego. E quanto ao ingresso no Campus Breves (UFPA) em relação ao sistema de cotas? Quase 83% dos/as discentes responderam que são cotistas, contudo dentre os cerca de 1200 alunos do campus, apenas 502 responderam, o equivalente a 47%. Acreditamos que muitos/as daqueles que tiveram dificuldades na resposta, justamente por não

ter o dispositivo tecnológico, por não ter possivelmente a conexão à internet para responder, podem estar também nesse grupo do sistema de cotas.

Quanto à renda financeira, 76,5% das famílias dos alunos vivem com renda de até dois salários mínimos. Chegamos à definição de que a renda per capita de quase 90% desses alunos do campus era inferior a um salário mínimo, e essa informação é bastante preocupante, pois é dessa juventude que estamos falando, é dessa juventude Marajoara que estamos tratando. Que condições têm esses jovens de permanecerem na universidade? Qual é o papel da Universidade, da escola, do ensino médio diante desse cenário? É preciso que as autoridades do judiciário, legislativo e executivo na região (especialmente as autoridades políticas) compreendam o verdadeiro papel da Universidade Pública nesta nossa parte da Amazônia.

Também gostaria de fazer o registro acerca de uma situação comum vivenciada recentemente, especialmente durante meu período de gestão no CUMB, iniciado no ano de 2017. São muitos os apelos e as críticas pela não variação/ampliação na oferta de cursos para o Campus de Breves. Em uma resposta mais imediatista, afirmo que como egresso desse Campus, tudo o que mais quero é ver em curto espaço de tempo a UFPA, ou desdobramento dessa instituição no Marajó, cada vez maior, seja por sua capilaridade em potencial de transformação, seja pela ampliação de cursos, estrutura física, corpo docente, técnico, discentes, colaboradores/as e de suas ações junto à comunidade/sociedade de maneira mais geral.

Muito resumidamente, com as falhas generalistas que possam existir, considero a história do Campus de Breves, organizada, até agora, em 3 (três) grandes momentos:

1. O início da concretização das atividades do Projeto de Interiorização da UFPA em Breves (com o devido mérito à comunidade que reivindicou o direito a ter universidade nesta parte do Marajó). A partir de 1990, a implantação da primeira turma de História e as ações subsequentes. Considero que esta primeira etapa envolve um primeiro período em torno de 15 anos, com alguma variação, demarcada, especialmente, pelo início da oferta de cursos de nível superior nesta região; a construção dos primeiros blocos de sala de aula e atividades administrativas e a trajetória seguida para que o então Núcleo se tornasse Campus, o que foi assumido no Estatuto da UFPA, em 2006, mas que foi efetivado, de fato, em 2008, com o Regimento do CUMB.

2. Um segundo momento, iniciado por volta de 2005-2006, que segue até por volta do ano de 2015-2016. Esse período é demarcado pelo Programa de Apoio a Planos de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Foi por meio do REUNI a expansão, por exemplo, do número de 8 servidores/as no ano de 2005 para 53 servidores/as no ano de 2015, no CUMB. A partir de tal programa foi possível instituir os cursos hoje existentes neste Campus. É importante registrar que um Plano de Expansão concreto depende de um Programa de Governo que tenha clareza da importância da Universidade Pública para a sociedade, uma Política assumida e conduzida pelo Governo Federal e desdobrada pela Administração Superior das universidades em diálogo com as suas Unidades.

Em relação a este período, há uma dissertação de mestrado em andamento, do Paulo Ferreira, coordenador da CPGA, que cita Freitas (2005), que mostra que em 2005 o CUMB possuía um quadro de pessoal (docente e técnico) formado por 8 servidores. Em relação ao quadro docente apenas um professor era efetivo, o qual possuía formação a nível de graduação, três eram temporários (um graduado e dois especialistas). No quadro técnico existiam 4 servidores, com nível intermediário de formação (FREITAS, 2005).

Dez anos depois, o Relatório Anual de Atividades do CUMB-2015 mostra um total de 40 docentes efetivos e 13 técnicos-administrativos (CUMB/UFPA, 2015). Também nesse período é pertinente citar a importância do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), iniciado no ano de 2009, e sua importante contribuição à sociedade, por meio da formação de professores/as. Com forte atuação do CUMB, especialmente no período de 2010-2015, quando concentrou oferta de nível superior nunca antes vista/pensada no Marajó, vejo que o PARFOR contribuiu para a sociedade e para o fortalecimento das universidades públicas como espaços distintos de formação, o que demarca parte da história de nosso Campus.

3. A partir do ano de 2017, em que considero o início do terceiro momento histórico do Campus, destaco o início das atividades a partir da inauguração das novas estruturas físicas (prédio administrativo, gabinetes, casa dos/as estudantes, infocentro), aumento do número de técnicos-administrativos, pois no ano de 2021 estamos com um total de 21 TAES; construção/adequação/ampliação dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão do Campus; início da construção das propostas de mestrados do CUMB. Acredito que essa terceira fase será solidificada quando houver a consolidação e aprovação dos programas de Pós *Stricto Sensu* em andamento, que são o Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Educação (PPGSE) e, um outro que já começa a ganhar robustez, que é o Programa de Pós-

Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Linguagens e suas Tecnologias (PPGECMLT).

3 O PERFIL DO/A JOVEM ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO NO MARAJÓ OCIDENTAL

Em relação a nossa pesquisa para discentes do ensino médio, tivemos 622 respostas. Buscamos algumas questões em relação aos impactos da pandemia para esses alunos, além da questão do ensino remoto. Os/as respondentes foram discentes do ensino médio vinculados à 13ª URE-Breves, o que agrega jovens de vários municípios do Marajó. Desse total são mais de 12 mil alunos e apenas 622 responderam, mas nós consideramos uma quantidade significativa, pois geralmente nós costumamos não dar muito tempo para essas respostas. Geralmente é uma semana no máximo e falo isso porque nós estamos com uma série ainda de Pesquisas para concluir. Acredito que de uma série de nove pesquisas, conseguimos concluir, até a data deste evento, seis, incluindo duas sobre a questão da Covid-19 no Marajó.

Desses alunos, a maioria está no segundo ano do ensino médio e 90% estudam no meio urbano. Em relação à idade nós tivemos algumas informações que pareciam óbvias, mas são repletas de significados. Se somarmos o total dos/as respondentes, são justamente os mais jovens de 15, 16, 17 até 18 anos. São jovens que estudam no período diurno. Isso o relatório vai mostrar para nós. São jovens que estudam no período diurno, que pertencem a famílias menores, são jovens que têm algum acesso a dispositivos e que tem conexão à internet, seja por meio de provedores ou dados móveis. Apesar de a internet ser bastante instável, eles conseguem um mínimo de conexão de uma hora por dia; enfim são alguns elementos que vão se imbricando, que vão definindo o perfil de uma parcela deste jovem do ensino médio na Amazônia Marajoara. Por outro lado, nos colocamos à reflexão sobre o perfil do jovem que não respondeu. Essa deve ser uma preocupação maior, que deve ser problematizada e pesquisada.

Em relação à identificação sexual, também tivemos a maior participação de mulheres. O grupo feminino preencheu quase 63% e o masculino, 37%. Quanto à autodeclaração racial 60% responderam que são pardos; jovens que se declaram brancos foram 20% e os que se declararam pretos foram cerca 17%. Uma das questões aqui é a identificação deste jovem como pardo; qual é o objetivo de fato de ele se identificar, dele se afirmar como pardo? É uma

negação da negritude? Basta uma rápida pesquisa e são encontrados diversos textos que questionam a existência do/a pardo.

Questões dessa natureza merecem ser problematizadas, pois como jovem negro eu me declarar preto (ou negro mesmo) tem um leque de significados. Ao mesmo tempo, em me declarar preto afrontam muitos desses significados. Que elementos me impedem de me declarar como preto? Sou eu olhando para mim mesmo ou eu olhando para mim pelo olhar (branco/colonizador) do outro? Isso remete a um dos três unicórnios de nossa sociedade, desde o século XVII, que o Boaventura (SANTOS) cita no livro “A cruel pedagogia do vírus”: o colonialismo (além dele estão o patriarcalismo e o capitalismo). Então são alguns elementos também que nós precisávamos dar conta para um relatório específico, mas são questões que surgem para desenvolvermos outras pesquisas também.

Outra informação, já associada à questão de renda desses jovens Marajoaras, é a quantidade de pessoas no domicílio. A maior parte é de 4 a 6 pessoas por domicílio, sendo também que se estende de forma muito frequente até 8 moradores por domicílio. Buscamos saber também a respeito do auxílio emergencial e da renda sem o auxílio: Você ou alguém do seu grupo se enquadra na situação de recebimento do auxílio emergencial do governo federal? 8% disseram que sim, mas não fizeram o cadastro para receber. É importante a informação da quantidade, do total de que recebe. “Sim, estamos recebendo normalmente”, praticamente 66% das pessoas das famílias. Por sua vez, 20% responderam que não; outros responderam que fizeram cadastro, mas não conseguiram receber, uma variação de 6 a 7%. De maneira geral o relatório mostra que se somarmos, são cerca de 85% das famílias dos/as jovens do ensino médio recebendo no máximo dois salários mínimos, com média de até 6 ou oito pessoas por grupo familiar.

Em relação à situação de trabalho, 31,7% declararam não ter sentido nenhum impacto, porém a maioria 68,3% sofreu impacto considerando questões como a redução de atividades, redução da remuneração e até a perda de emprego. Foram 33,6% os que perderam o emprego. Em relação à renda, a maior parte das famílias (86,3%) sobrevive com uma renda de até dois salários mínimos. Considerando que 78,7% das famílias contam com o número de pessoas que varia de 4 a 8 membros residentes do mesmo domicílio, a renda per capita pode variar de R\$261,25 a R\$522,50; o que reforça a preocupante situação de vulnerabilidade socioeconômica dos jovens Marajoaras.

Uma observação para poder finalizar, e isso também deve ser um tipo de estudo posterior para nós, é que ao analisar alguns dados do município de Portel verificamos que

quase 45% dos habitantes de Portel têm menos de 15 anos e quase 52% da população está nessa faixa que vai de 15 a 64 anos, mas se consideramos 15 a 40 anos são 43% da população, ou seja, 45% até 15 anos e de 15 a 40 são mais 43%, o que significa mais de 80% da população nessa faixa etária. Isso pode significar algo muito importante pensando na possibilidade de transformação; da possibilidade de mudança; de geração de Economia, de reinventar os padrões a que estamos acostumados. Por outro lado, é muito preocupante dado o cenário de mazelas sociais no Marajó, que não necessariamente estão explícitas na mídia.

As mazelas marajoaras de fato são vividas e sentidas no dia a dia por essa população, por parte dessa população que acabamos de sinalizar aqui, mas não podemos perder de vista os grupos que nós ainda desconhecemos. São informações importantes, que precisam ser estudadas em redes, outras pontes para avançarmos em mais estudos e propor sugestões no sentido de sinalizar possíveis soluções para essas problemáticas que urgem atenção do conjunto de nossas instituições no Marajó.

3.1 Qual a melhor maneira de se referir à organização do Marajó?

Essa classificação Marajó ocidental ou oriental é uma classificação geográfica, com um cunho bastante político também. É muito utilizada pelo Governo do Estado, utilizada pela Secretaria de Turismo, Planejamento e Administração. Logo é, uma classificação oficial, já que regula a orientação sobre a disposição dos órgãos oficiais do Estado nessa região, por exemplo. Não é tão comum no dia a dia dos marajoaras. Uma classificação mais próxima é a do Prof. Agenor Sarraf, que caracteriza essa região em Marajó das Florestas e Marajó dos Campos.

Vivemos numa tensão quase que frequente em relação a essa identidade/identificações. A classificação mais recente do IBGE elimina a mesorregião Marajó, assim como elimina as outras mesorregiões e as reorganiza. A mesorregião do Marajó passa a ser Região Geográfica Intermediária de Breves e dentro dessa região, já teríamos outras duas regiões, a região geográfica imediata de Breves e uma de Soure/Salvaterra. Então, é apenas para tentar situar um pouquinho sobre tal questão. Há indicativos também de que o próprio Estado avança para uma reorganização nessa classificação, mas não tenho informações do que seria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios do Marajó Ocidental (Breves, Anajás, Bagre, Currálinho, Gurupá, Melgaço e Portel), em que a maioria é atendida pelo Campus Marajó-Breves (UFPA), apresentam IDH muito baixo ou baixo. A realidade dos/as alunos/as que chegam ao Campus ou que chegam ao ensino médio não poderia ser diferente daquilo que encontramos com a aplicação dos questionários.

Em uma região onde são explícitas problemáticas como extrema pobreza, desemprego, abuso e exploração sexual infantil, baixa escolarização da população, tráfico de drogas, analfabetismo funcional, desnutrição, moradias precárias, falta de espaços/ambientes de lazer, falta de incentivos às artes, trabalho infantil, falta de espaços/ambientes de leitura, pirataria, criminalidade, violência (dentre as quais, a doméstica), falta de saneamento, dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação, segurança pública, suicídio, dentre outros, vemos o Marajó em uma situação de alerta ao considerarmos as especificidades de suas juventudes.

REFERÊNCIAS

CUMB/UFPA. **Relatório Anual de Atividades do Campus Marajó-Breves**, Universidade Federal do Pará, 2015.

FREITAS, Marlene Rodrigues Medeiros. **Universidade Multicampi: Conhecimento e Desenvolvimento em favor do Estado do Pará 2001 - 2005**. Belém: EDUFPA, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. *In*: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra-Portugal: Almedina, 2020.

SILVA, Mônica; OLIVEIRA, Rosângela. **Juventude e ensino médio: sentidos e significados da experiência escolar**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

3

Economia solidária, trabalho e renda nos marajós: estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno no município de Portel-Pará

Alexandre Nunes da Silva

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tomou como espaço geográfico a comunidade rural denominada Santo Ezequiel Moreno, localizada em área periurbana do município de Portel, estado do Pará, mais especificamente no Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado Acutipereira, possuindo área de 65.640,0977 hectares, para o assentamento de 368 (trezentas e sessenta e oito) famílias.

Para o desenvolvimento do estudo os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa de modalidade bibliográfica e documental. Complementarmente, foram realizadas visitas *in loco* para melhor subsidiar as análises necessárias. Portanto, procurou-se alcançar o objetivo metodológico com abordagem qualitativa do tipo exploratória, pois buscou-se por meio de um estudo de caso descrever as características de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Em termos de contextualização histórica, é importante destacar que a partir da década de 1980, iniciaram as fundações das primeiras comunidades do rio Acutipereira, influenciadas, principalmente, pelo extrativismo do palmito, frutas e madeira e, desde essa época, observou-se um importante crescimento e desenvolvimento das comunidades rurais da localidade.

Evidencia-se que até meados do ano 2000 a região fora marcada pela forte exploração dos recursos naturais, com destaque para atividade madeireira e a exploração do palmito, dentre outros produtos florestais, ação que ocasionou grandes impactos ambientais em toda a região marajoara e nas comunidades localizadas no rio Acutipereira (FASE, 2006).

Durante décadas poucas modificações ocorreram na forma de exploração dos recursos naturais, a implantação de grandes empresas de processamento de madeira e palmito, financiadas pelo poder público, geraram grandes prejuízos ambientais e poucos benefícios

sociais, pois a maior parte de sua produção destinava-se ao mercado internacional. Essa também foi à realidade enfrentada pelas comunidades do rio Acutipereira, até a ocorrência de um fato que deu destaque nacional para esta localidade.

No ano de 2004, houve um surto endêmico de raiva nas localidades do rio Acutipereira, proveniente da transmissão via mordedura de morcegos hematófagos. Foram registradas as mortes de 16 comunitários (EID, 2004). Este fato, fez com que os moradores das comunidades deste rio refletissem sobre os impactos da ação do homem sobre o meio ambiente e sua repercussão até mesmo no comportamento dos animais (como o morcego), pois a degradação da floresta obrigou a busca desses animais por novos habitats e novas fontes de alimentos.

Atualmente, habitam 34 famílias na comunidade Santo Ezequiel Moreno, com aproximadamente 160 moradores que subsistem principalmente da manipulação de produtos oriundos da floresta, onde suas atividades são essencialmente realizadas em regime de cooperação. Evidencia-se que os fundamentos requeridos para se enquadrar em uma realidade econômica solidária, movida por meio dos princípios da cooperação, autogestão, equidade, solidariedade e sustentabilidade, estão presentes no dia a dia dos agroextrativistas e em sua relação com a gestão sustentável dos recursos naturais, de modo a buscar de forma permanente o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental em suas relações humanas (SANTOS, 2014).

A Economia Solidária configura-se como uma nova alternativa de desenvolvimento, por meio da emancipação social de amplo espectro de ação, tal qual um antídoto ao apetite voraz do sistema capitalista convencional que persegue a maximização do lucro a qualquer preço, onde o obvio deveria ser a maximização do benefício social. Para Singer (2002), a economia solidária pode ser entendida como outro modo de produção, e as liberdades individuais devem satisfazer os interesses da coletividade.

É imprescindível entender como ocorre às dinâmicas econômicas e solidárias no dia a dia das comunidades ribeirinhas da Amazônia marajoara, uma vez que essa compreensão irá contribuir para o melhor encaminhamento das possibilidades e limites que permeiam a estruturação e a gestão de empreendimentos solidários no âmbito do Marajó.

2 INICIATIVAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS EM DESENVOLVIMENTO

Diante do cenário apresentado os agroextrativistas passaram a compreender que a saída para a melhoria da qualidade de vida, necessariamente perpassa pelo incremento da renda familiar, pelo respeito ao meio ambiente e por meio da cooperação, aspectos que só serão alcançados a partir de um intenso processo de organização e controle social.

Esse entendimento possibilitou a criação da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acutipereira (ATAA), entidade que representa os moradores de Santo Ezequiel Moreno e de outras comunidades da região do baixo Acutipereira e viabilizou o início de um novo modelo de desenvolvimento, que leva em conta as suas variadas facetas e concepções que perpassam por conceitos como: desenvolvimento territorial, desenvolvimento local e uma perspectiva voltada para o desenvolvimento humano integral – o desenvolvimento alternativo, por meio de uma outra economia: a Economia Solidária.

É importante mencionar que está em fase de construção o Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade da Comunidade Santo Ezequiel Moreno – PEAEX Acutipereira. Iniciativa popular que deixa claro a perspectiva acerca do modelo de desenvolvimento territorial que busca-se atingir no âmbito dessa localidade, o bem estar individual e comunitário, permeada de valores que buscam atender às necessidades e os desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem estar individual, comunitário, social e ambiental (SINGER, 2002).

A partir deste ponto será apresentada uma diversidade de iniciativas econômicas solidárias de grande poder de transformação social que estão em curso no âmbito da comunidade pesquisada.

2.1 Fundo Solidário Açai

O principal benefício adquirido com a criação da ATAA foi à organização do Fundo Solidário Açai, em 2012. Trata-se de uma Tecnologia Social (TS) certificada e premiada pela Fundação Banco do Brasil no ano de 2017. No mesmo ano, recebeu o Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa Econômica Federal.

Miranda e Potiguar (2017) conceituam o Fundo Florestal Comunitário Familiar (FFCF), como reservas econômicas coletivas formadas a partir da comercialização de bens e serviços florestais para o bem viver das famílias e comunidades agroextrativistas. A

tecnologia social visa permitir que os recursos financeiros gerados a partir de produtos florestais sejam internalizados pela própria comunidade, por meio de um mecanismo comunitário e autogestionado no formato fundo. A tecnologia social é operacionalizada a partir da arrecadação pecuniária realizada ao longo da safra do açaí comercializado pelos moradores. Com a contribuição de R\$2,00 (dois reais) por cada rasa de açaí vendido, forma-se uma “poupança coletiva” que é convertida em benfeitorias à comunidade (MIRANDA; POTIGUAR, 2017). Os recursos financeiros são repassados a tesouraria da ATAA e a aplicação desses recursos é votada em assembleia.

Destacam-se algumas ações de maior relevância realizadas a partir da iniciativa econômica solidária, Fundo Solidário Açaí: investimento na ampliação da sede da ATAA; estruturação do sistema de abastecimento de água (700 metros de encanamento); suporte às lideranças comunitárias em viagens para a participação em capacitações; investimento em outros produtos agrícolas e agroflorestais como hortaliças, legumes, mandioca, fruticultura (bacuri, taperebá, abacaxi) e no próprio manejo de açazais e de espécies florestais como a andiroba; reforma da capela local; fortalecimento da agricultura familiar para a expansão em mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Entretanto, cabe destacar que a primeira benfeitoria proveniente desse esforço coletivo solidário, fora a construção de uma ponte e passarelas de madeira, com mais de 690 metros de extensão, que interligam todas as casas umas às outras, até a área de plantio das famílias (terra firme). Estrutura à primeira vista simples e básica para uma realidade urbana, todavia, mostra-se uma obra importante para a realidade ribeirinha marajoara, que trouxe grandes benefícios para a qualidade de vida e o fortalecimento das relações de solidariedade entre os agroextrativistas, pois a partir de então, passa a existir uma ligação física entre todas as residências, que as unem e as levam ao trabalho (casas de farinha, caça, produção agrícola familiar, extrativismo), e ao lazer (campo de futebol). Enfim, levam a caminhos que fortalecem os vínculos sociais solidários e cooperativos.

Fotografia 1: Ponte de madeira



Fonte: Registro do autor (2019)

Portanto, observa-se no fundo solidário açáí, a grande sustentação das iniciativas populares com a observância a todos os princípios da economia solidária.

2.2 Mini Agroindústria Boa União

Outra iniciativa popular solidária importante na Comunidade Santo Ezequiel Moreno, fora a construção da mini agroindústria de beneficiamento de frutas nativas “Boa União”, a qual possibilitará girar a roda da cadeia de valor na comunidade. O principal produto florestal será o açáí de várzea (*Euterpe oleracea*).

Fotografia 2: Mini Agroindústria Boa União



Fonte: Registro do autor (2019)

A perspectiva é escoar a produção para o mercado consumidor da área urbana do município de Portel, bem como destinar a Programas de Governo, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Assim os agroextrativistas estudados irão se inserir na cadeia de valor em seu território e assumirão as funções de coleta, processamento e comercialização do fruto, e desta forma aferir maior renda e qualidade de vida.

2.3 Cozinha Agroextrativista Iaçá

Inaugurada em setembro de 2018, a Cozinha Agroextrativista Iaçá, representa mais uma importante iniciativa econômica solidária, desta vez com o protagonismo essencialmente feminino. Trata-se de um projeto proveniente da organização comunitária por meio da ATAA, Fundo Solidário Açaí, Associação dos Moradores Agroextrativistas do Assentamento Acutipereira (ASMOGA), em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e apoio financeiro do Fundo Socioambiental Caixa, o qual foi responsável pela aquisição de todos os equipamentos da cozinha.

Esta iniciativa é liderada pelo projeto “Mulheres Marajoaras: inclusão produtiva e sustentabilidade”, gerido pelas mulheres da comunidade Santo Ezequiel Moreno. É importante frisar que toda a infraestrutura em alvenaria fora construída a partir da mobilização popular e os alimentos produzidos estão sendo fornecidos à escola municipal da comunidade, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A perspectiva é atender a mais três escolas, além de produzir alimentos sob encomenda destinados à venda direta local ou para outras comunidades, bem como para eventos e feiras livres.

Figura 3: Peça Publicitária de Inauguração



Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil (2018)

O objetivo central deste projeto é fortalecer as experiências solidárias de inclusão produtiva sustentável de famílias agroextrativistas do Marajó, com base no protagonismo das mulheres. Além de promover ações que visem o fomento à capacitação para a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e o acesso ao mercado institucional.

Os principais produtos da agricultura familiar e do extrativismo usados na cozinha são: açaí, macaxeira, mandioca, banana, bacuri, cupuaçu, entre outras frutas e verduras.

2.4 Rede Colaboração Solidária

Ao observar a realidade concreta da região do Marajó das águas e das florestas, como apresentado no caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno, constata-se que existem iniciativas solidárias autogestionárias promissoras, entretanto, apresentam-se apartadas pelas grandes distâncias fluviais presentes em todo o território, fato que dificulta sobremaneira as conexões solidárias que se formam no Marajó.

A economia solidária deve se livrar das amarras das contradições do modo de produção e consumo dominantes e buscar transcender o problema da dispersão territorial e setorial, onde cada um compete sozinho nos mercados em que vende e nos que compra. Esses empreendimentos solidários teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente (SINGER, 2002. p.116).

Nesse sentido Mance (2000), colabora na reflexão ao acrescentar o conceito de redes de colaboração solidária. A lógica das redes parte do princípio que os empreendimentos solidários que operam isoladamente tendem a fracassar, devido à concorrência desleal promovida pelo sistema capitalista. As redes funcionam como um sistema aberto, autônomo que se autorreproduz, pois estão interligadas de uma maneira que englobam os empreendimentos solidários distintos e complementares, gerando um complexo sistema que inclui diversas unidades produtivas, distributivas e comerciais. Deste modo, aproxima-se o consumo da produção. Sua dinâmica consiste em um todo solidário e sinérgico, onde, por exemplo, o bem final que é produzido por uma célula da rede, deverá demandar insumos que são produzidos por uma célula dentro da própria rede, gerando e fortalecendo a cooperação entre todas as células do sistema.

Com base nesse contexto, buscou-se analisar a realidade concreta do PEAEX Acutipereira e constata-se a consecução de esforços no sentido de promover a ativação de

uma rede de colaboração solidária no âmbito do espaço pesquisado, visto que se observa um fluxo de produção e consumo de forma consistente e sinérgica, com diferentes níveis de relações colaborativas.

Tabela 1: Relações de Produção e Consumo entre as comunidades do PEAEX Acutipereira

Comunidade	Colaboração – Produção e Consumo
Santo Ezequiel Moreno***	Açaí / Peixe / Macaxeira / Farinha / Abobora
N. Sra. Perpétuo Socorro – Rio Campina Maripajó***	Camarão / Açaí / Peixe / Mamão / Hortaliças
São Jorge***	Farinha / Açaí / Macaxeira / Abobora / Milho
São Benedito***	Polpa de Fruta / Farinha / Bacuri / Açaí / Cupuaçu
N. Sra. Livramento***	Açaí / Farinha / Macaxeira / Bacuri / Milho / Peixe
Menino Deus**	Farinha
N. Sra. Aparecida**	Bacaba / Açaí / Farinha / Macaxeira / Abacaxi / Cajú
São Bento**	Açaí
N. Sra. Perpétuo Socorro – Rio Irapuana**	Açaí / Farinha / Macaxeira
Deus Proverá**	Farinha
Santa Rosa**	Açaí / Farinha
São Tomé (Quilombo)**	Farinha / Açaí / Macaxeira / Abobora / Milho
São Miguel**	Patauí, / Milho / Abobora / Farinha
Monte Betel – Igarapé Mocajatuba**	Abacaxi / Farinha / Macaxeira / Polpa de Frutas / Cajú / Bacaba
Monte Betel – Rio Acutipereira**	Patauí / Farinha
Monte Betel – Rio Jaguarajó**	Farinha / Milho / Abobora
Jerusalém – Rio Ajará*	Farinha / Milho / Macaxeira
Jerusalém – Beiradão*	Farinha / Cupuaçu / Mamão / Abacaxi
Vila Paraíso*	Patauí / Farinha / Milho / Abobora
Jeová Samá*	Camarão / Açaí / Farinha

*** Comunidade com boa relação de produção e consumo

** Comunidade com razoável relação de produção e consumo

* Comunidade com potencial relação de produção e consumo

Fonte: Organizado pelo autor com dados da pesquisa de campo.

Nota-se que as comunidades com maior colaboração solidária em rede são as comunidades Santo Ezequiel Moreno, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Campina Maripajó, São Jorge, São Benedito e Nossa Senhora do Livramento. Juntas, essas comunidades mantêm uma relação de consumo e produção mútua que permite a circulação produtos florestal valiosos, tais como: açaí, farinha, peixe, além de diversos tipos de frutas, legumes e hortaliças. As demais comunidades atualmente demonstram um nível de colaboração solidária, considerado razoável e potencialmente promissor.

Em entrevistas em campo, evidenciaram-se questões importantes quantos aos aspectos de consumo e produção, com grande potencial econômico: a) As comunidades Santo Ezequiel Moreno e Santa Rosa detém a mais forte produção de açaí e peixe do assentamento; b) As comunidades Perpétuo Socorro do Rio Campina Maripajó e a Jeová Samá, mantém relações de colaborações produtivas intensas através do camarão e do açaí, produtos altamente demandados em toda a região amazônica; c) As comunidades Monte Betel - Rio Acutipereira, São Miguel e Vila Paraíso, detém forte produção de patauá (*Jessenia* bataua), palmeira originária da Amazônia, que produz um fruto comestível rico em óleo de alta qualidade que se aproxima do azeite de oliva (CAVALCANTE, 1991, p.37).

Essas relações de consumo e produção devem ser melhor exploradas, de modo a possibilitar maior geração de trabalho, renda e melhor qualidade de vida a todos os agroextrativistas envolvidos.

Observa-se na fala de liderança da comunidade, quando questionado sobre a existência de conexões solidárias em termos de produção e consumo em rede que esse processo se encontra em andamento.

Sim, existem conexões entre as comunidades. Por exemplo, em um evento recentemente, a banana veio lá do assentamento Jacaré Puru, lá do Pacajá. O abacaxi veio lá da comunidade Menino Deus. Copaiaba a gente consegue lá da ATAAP (Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Alto Pacajá), lá tem uma produção bem forte do óleo de copaiaba. Açaí é nosso, o açaí é mais nós que temos, o potencial maior de açaí é o Acutipereira. Hoje tá iniciando um processo de capacitação de áreas de manejo de açaizal dos outros assentamentos (SILVA, 2019).

Portanto, observa-se a busca pela ampliação das relações internas de colaboração de forma a intensificar permanentemente as relações de produção e consumo entre as comunidades com fortes e medianas relações colaborativas. Além de procurar efetivamente integrar as comunidades atualmente consideradas potencialmente promissoras em termos de colaboração solidária.

Ao considerar a iniciativa da Mini Agroindústria Boa União, nota-se mais um projeto que efetivamente irá buscar o fortalecimento da rede de colaboração solidária do assentamento Acutipereira. Possivelmente essa iniciativa se tornará algo maior e mais extenso no território do PEAEX Acutipereira e assentamentos adjacentes, visto que se planeja implementar um Central de Distribuição do açaí de várzea manejado pelo agroextrativistas marajoaras. A fala da liderança revela os esforços para a promoção da ativação da rede de colaboração a partir do beneficiamento e comercialização do açaí.

Em relação ao comércio do açaí teremos uma central de distribuição. Não será só a ATAA na produção do açaí, mas terá uma aliança entre ATAA, ASMOGA, Associação do Anapú, Associação do Pacajá e do Camarapi. A central será uma associação de associações, onde vai pegar o açaí de todo mundo e vai distribuir. Ou seja, o comunitário vai se preocupar em produzir e para comercializar terá uma central que vai se preocupar com isso. A ideia seria mandarmos o açaí para Belém, que é um açaí bom, com qualidade, mas acaba não chegando lá porque não tem uma organização de uma central para distribuir isso. A central seria instalada na cidade de Portel por uma questão de logística (SILVA, 2019).

No que tange a Cozinha Agroextrativista Iaçá, observa-se que o empreendimento solidário, busca produzir alimentos com a utilização de matérias primas exclusivamente provenientes dos agroextrativistas assentados no Acutipereira e demais assentamentos adjacentes. Destacam-se as falas de importantes agentes de desenvolvimento comunitário.

Quando tem eventos aqui, a cozinha pega a demanda de produtos para o evento, então a gente vê o que a comunidade tem, e o que a comunidade não tem. O que a comunidade tem aqui, ela produz e entrega, mas o que ela não tem, a gente vai ter que buscar em outras comunidades. Isso já não traz benefícios só para nós, mas para outras comunidades vizinhas. A gente vê que é uma coisa que não vai gerar resultado só para dentro da nossa comunidade, mas sim para a coletividade (ALMEIDA, 2019).

De acordo com a moradora, Sra. Maria Cláudia dos Santos Baia, “o projeto da cozinha é isso, é pegar os produtos das diversas comunidades, tanto de dentro, quanto fora do assentamento, produzir na cozinha Iaçá e vender na cidade e para as escolas”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que a relação de trabalho e renda que se proporciona através das iniciativas econômicas solidárias, de fato está ocorrendo no território da Amazônia Marajoara, mesmo que de forma incipiente. A experiência estudada na presente pesquisa mostra que o bem mais precioso que há em uma iniciativa solidária são as pessoas. As pessoas constituem o grupo, e esse por sua vez, determina as regras e todos constroem e ganham juntos.

É importante mencionar que a comunidade Santo Ezequiel Moreno, efetivamente exerce a administração coletiva de suas associações e do Fundo Solidário Açaí, com destaque nacional inclusive (Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa Econômica Federal). Portanto, o princípio da autogestão, basilar na economia solidária, que é uma modalidade de gestão multidimensional (social/econômica/política/técnica), por meio da qual os parceiros do processo de trabalho se

organizam com o objetivo de alcançar resultados, está presente na comunidade e em pleno processo de consolidação.

Apesar dos grandes avanços alcançados, certamente, muitos desafios ainda deverão ser enfrentados, e com a união de esforços entre a sociedade civil organizada, governo municipal, governo estadual, instituições públicas e privadas, espera-se que as condições para solucionar gargalos importantes sejam atingidas, tais como: acesso a crédito para investimento, melhorar a infraestrutura, vencer a logística amazônica, armazenamento dos produtos, maior organização social, equilibrar as relações de poder entre os diversos atores sociais, adoção de políticas fiscais de incentivo à produção e circulação de mercadorias, aprimorar a capacidade tecnológica, aumentar os investimentos em ciência e tecnologia, investir na qualificação empreendedora, melhorar a prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural permanente, buscar a diversificação de produtos, atender as necessidades da escala de produção, propiciar o acesso de políticas públicas essenciais como energia elétrica, saneamento básico e educação de qualidade. Para que todas essas ações de interesse coletivo sejam desencadeadas é primordial que ocorra o permanente diálogo entre os atores sociais envolvidos nos processos de concertação social.

Todas as iniciativas empreendidas pela comunidade pesquisada demonstram a real possibilidade em alcançar níveis satisfatórios em termos de uma economia com ênfase na solidariedade.

Portanto, de fato, observa-se que a comunidade pesquisada possui características que a diferencia e a coloca em um patamar importante em termos de desenvolvimento territorial, visto que seus cidadãos desenvolvem estratégias de organização social que buscam a cooperação, autogestão, equidade, solidariedade e a sustentabilidade em suas iniciativas coletivas, e vem atuando com o objetivo de efetivamente dar o salto de qualidade necessário para o alcance de sua emancipação social e o bem estar coletivo.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Paulo B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. – Belém: Museu paraense Emilio Goeldi, 1991.

Cozinha Agroextrativista Iaçá. **Receitas da Culinária Agroextrativista** –Organização: IEB. Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2019.

EID. Emerging and Reemerging Infectious Diseases, Region of the Americas. Human Rabies Transmitted by Bats in Pará State, Brazil. **EID. Weekly Updates**. Vol. 2, No. 14. 8 April, 2004.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **Diagnóstico socioambiental das comunidades agroextrativistas das glebas estaduais de Portel**. Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. **Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate**. São Paulo: Atlas, 2014.

MANCE, E. **Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANCE, E. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, Katiuscia; POTIGUAR, Manoel. **Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

RAMOS, Carlos Augusto; MELO, Pâmela; NASCIMENTO, Raoni; LACERDA, Teofro. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Rio Acutipereira, município de Portel, no estado do Pará**. Portel: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, A. N. **A economia solidária como vetor do desenvolvimento territorial no Marajó: Estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno, Portel (PA)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SILVA, A. N.; ROCHA, G. M.; FLORES, M. S. A. Iniciativas econômicas solidárias e redes de colaboração na Amazônia marajoara. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, p. 01-21, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, A. N.; ROCHA, G. M.; FLORES, M. S. A. Sistema de governança em assentamento agroextrativista no Marajó: Estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno no município de Portel-Pará. *In: XI SICOOPES*. IFPA – Campus Castanhal, 2018.

SILVA, A. N.; ROCHA, G. M.; FLORES, M. S. A. Iniciativas econômicas solidárias na Amazônia marajoara: possibilidades e limites. *In: XII SICOOPES*. IFPA – Campus Castanhal, 2019.

FONTES ORAIS

ALMEIDA, Sônia. **Quando tem eventos aqui, a cozinha pega a demanda de produtos para o evento**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

BAIA, C. Maria. **O projeto da cozinha é isso**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

SILVA, Nilson. **Sim, existem conexões entre as comunidades**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

SILVA, Nilson. **Em relação ao comércio do açaí teremos uma central de distribuição**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

4

Breve análise sobre os sistemas agrários no Marajó: passagens históricas dos nativos marajoaras em sua luta pela terra e pelos recursos naturais

Carlos Augusto Pantoja Ramos

Eliane Miranda Costa

Renata Pantoja Nobre de Andrade

1 INTRODUÇÃO

A valorização da floresta Amazônica é uma estratégia governamental e da sociedade brasileira inserida na centralidade das pautas mundiais para o enfrentamento da crise causada pelas mudanças climáticas. Tem-se entendido e defendido globalmente que manter a floresta e sua biodiversidade é condição basilar para promover a regulação do clima no planeta (COPERTINO et. al., 2019). Entretanto, ao mesmo tempo em que a sociedade discute o uso dos recursos florestais em bases sustentáveis ou com tratamento de proteção integral, manifestam-se as ações de movimentos que, assumindo uma postura conservadora e predatória, promovem a destruição dos recursos naturais disponíveis.

Na região da Amazônia Marajoara, o desmatamento e exploração predatória dos recursos florestais, é um modelo que não se esgotou, ao contrário permanece. Tal modelo ao longo dos tempos influencia na miséria e vulnerabilidade de muitas famílias como também compromete a segurança da terra. Todavia, ainda que referido modelo permaneça e manifeste-se nos diferentes sistemas econômicos, Ramos, Ferreira e Costa (2000) asseguram que a segurança da terra nesta região avançou fortemente nos anos 2000, chegando a 47,7% de suas terras habitáveis com destinação fundiária, constituindo-se, desse modo, tática importante na luta pela melhoria dos índices de desenvolvimento humano nesta mesorregião. Para tanto, entendemos que as conquistas em regularização fundiária no território marajoara devem somar-se à valorização da floresta, das pessoas e de sua história.

O objetivo deste artigo é analisar os sistemas agrários históricos no Marajó, observando a real oportunidade da região, na atualidade, em lograr resultados que promovam o desenvolvimento local com responsabilidade para com as gerações futuras. É intenção ainda atrelar essa discussão aos projetos pós-pandemia relacionados ao paradigma da Bioeconomia,

conceituado segundo Vick (2020) como o conjunto de atividades que objetivam a produção e distribuição de produtos que têm origem nos recursos biológicos, como biofármacos, insumos para a bioenergia, alimentos funcionais, produtos biodegradáveis e outros itens derivados de matéria natural.

Trata-se de um texto de caráter bibliográfico que tem como fonte artigos, dissertações e teses oriundos dos campos da história e arqueologia, versando sobre o Marajó, suas gentes, histórias, memórias e os sistemas agrários, nosso principal foco.

2 OS SISTEMAS AGRÁRIOS NO MARAJÓ

2.1 Sistema Agrário Indígena

Os primeiros estudos arqueológicos sobre a região do Marajó iniciado por volta do final do século 19, mostram que os povos indígenas ocupam esse espaço há muito tempo. Schaan (2009) registra que há cerca de cinco mil anos essa região era ocupada por pequenos grupos que se dedicavam à pesca e à coleta de moluscos. E por volta de 1.500 (A.C), constata-se a existência de pequenas vilas com 100 a 150 pessoas, vivendo da horticultura, caça, pesca e coleta, ao norte, sudeste e centro deste arquipélago.

No final dos anos 40 e início dos anos 50 do século 20, com a pesquisa arqueológica de caráter científica (SCHAAN, 2004), conduzida, especialmente, por Meggers e Evans Jr. (1954), à luz das teorias cultural-ecológicas, apreende-se que os indígenas marajoaras teriam se deslocado das Cordilheiras dos Andes por volta de 800 anos antes da ocupação europeia. Tese refutada por diferentes pesquisadores, a exemplo de Lathrap nos anos de 1970 e Roosevelt na década seguinte. Lathrap (1975) defendeu ser a “Amazônia um berço de invenções da agricultura e da cerâmica [com isso] os povos da floresta tropical influenciaram as culturas marajoaras e não o contrário” (COSTA, 2018, p.77), ideia igualmente partilhada por Roosevelt.

Estudos de Denise Schaan, a partir da análise de peças de cerâmicas, verificaram a possibilidade da ocupação humana do Marajó ser proveniente de populações já estabelecidas na Amazônia, ou seja, de uma população autóctone sem qualquer ligação com a região andina (SCHAAN, 1999). A primeira fase de ocupação na região, chamada *fase da floresta*, é o período estabelecido entre 3.500 A.C até aproximadamente 400 D.C, época em que viveram as populações Ananatuba, Mangueira, Acua e Formiga. Na fase histórica, chamada de *marajoara*, ocorreu a ascensão da sociedade marajoara. A principal característica deste

período é o adensamento populacional formada por grupos sedentários, grupos dispersos no território e grupos estruturados em sociedades complexas (SCHAAN, 2009).

As populações indígenas no Marajó estavam espalhadas ao longo da floresta, da região de campo e dos rios, sobrevivendo da caça, pesca, horticultura e coleta. A sociedade marajoara originária de aproximadamente 600 D.C é considerada uma das mais importantes, devido aos avanços na elaboração de cerâmica policrômica e na estruturação da organização social baseada no *Cacicado*³ entre os séculos 6 e 13, caracterizado pelos chefes regionais (SOUZA, 2014). A pesquisa arqueológica indica que essa sociedade entrou em declínio, porém, até então os dados catalogados não foram suficientes para esclarecer tal decadência. Tem-se por sugestões, que esses indígenas perderam o controle dos cacicados, impossibilitando a mobilização do trabalho social e/ou o sistema colapsou em função de intrigas com outros grupos, especialmente, os Aruã que chegaram ao norte deste arquipélago por volta de 1300 e atrocidades advindas dos colonizadores (SCHAAN, 2009).

De acordo com Souza (2014) no século 14, e ao longo da ocupação europeia, ocorreu a desestruturação da sociedade marajoara e a unificação com outras tribos. Em outros termos, o Marajó foi transformado pelos colonizadores em palco de disputa com outros povos europeus e os nativos, o que resultou no extermínio e deslocamento dos povos indígenas. Estudos históricos e arqueológicos revelam que os primeiros colonizadores europeus a adentrarem na região se depararam com uma formação tribal genérica que definiram de *Nheengaíba*. Eram as nações Mamayanases, Aruans, Mapuaz, Paucacaz, Guajaraz, Arapixis e Tucojus. Grupos estes, prováveis remanescentes dos povos marajoaras, que embora o colapso sociopolítico, ainda compartilhavam dos mesmos costumes e cultura (SCHAAN, 2009).

De todos esses grupos indígenas, importante mencionar a resistência dos Mapuá às investidas dos colonizadores portugueses, na defesa de sua área atualmente conhecida como rio Mapuá e afluentes no município de Breves, hoje fazendo parte da Reserva Extrativista Mapuá (BRASIL, 2005; COSTA, 2018). Na Breve História da Amazônia Marajoara apontam-se registros desta tensão entre invasores e nativos, mediada pelo Padre Antônio Vieira, cuja paz foi assinada no tratado *Pax de Mapuá*⁴ e que pode ter interferido como mais um elemento

³ Cacicado é um tipo de organização social indígena centralizado em chefes regionais que resultam de um processo local de crescimento demográfico e, também, da crescente complexificação das relações sociais e econômicas entre grupos locais (COSTA, 2018).

⁴ De acordo com Varela, “[...] a história destas pazes é controvertida em seus detalhes, todavia a evidência da origem dos municípios de Melgaço e Portel empresta veracidade ao acordo dos sete caciques dos povos Anajá, Aruã, Camboca, Guaianá, Mamaianá, Mapuá e Pixi-Pixi assistidos de parentes *nheengaíbas*, incluindo os Tucuju vindos do vizinho Amapá; com o superior da Companhia de Jesus, padre Antônio Vieira. O acordo de paz de

para um suposto fim da sociedade marajoara enquanto organização social (VARELA, 2020). Pacheco (2009), entretanto, assinala que a cultura marajoara se manteve presente entre as gerações inclusive com novas formações humanas na região, como é o caso dos povos ribeirinhos. Para esse autor, os povos marajoaras sempre “procuraram negociar suas perspectivas de mundo” (PACHECO, 2009, 7), mediados por simbolismos, cosmogonias ligadas a terra, ao rio, à floresta, ao campo, ao mar.

2.2 O Sistema Agrário Colonial

Os primeiros contatos da Europa com o Marajó foram registrados pelo português Duarte Pacheco em 1498 e o navegador espanhol Francisco Yañez Pizón em 1499 (SOUZA, 2014). Os dados históricos revelam que neste primeiro momento os europeus estabeleceram uma relação de escambo com os índios, pois havia o interesse comercial pelas Drogas do sertão. Essa relação começa a mudar, com a introdução da produção artesanal por meio de engenho de açúcar construído na foz do rio Arari em 1696, e, sobretudo com a construção dos fortes e a usurpação das terras indígenas pelos portugueses.

A colonização portuguesa pode ser classificada a partir de três fases:

a) a primeira fase é a introdução do trabalho de indígenas sob o comando do projeto missionário e econômico dos Jesuítas, com destaque para a intervenção de Padre Antônio Vieira, quem exerceu grande influência sobre os nativos, fato que beneficiou as intenções da Coroa e contribuiu com o genocídio indígena;

b) a segunda fase trata da doação de sesmaria por volta de 1738, sendo decisivo para a formatação da concentração fundiária no Grão Pará, particularmente na região do Marajó. Trata-se de uma estratégia que consolidou o domínio português, por meio da criação de uma elite de donatários, os quais ocuparam a terra e estabeleceram uma grande disparidade social, que se verifica até os dias de hoje entre as classes.

c) a terceira fase da colonização portuguesa corresponde ao período pós-1755, a partir da expulsão dos Jesuítas pela Coroa de Portugal. Este fato provocou impacto direto nas fazendas do Marajó, até então controladas por estes religiosos com grande êxito, mas que vem a declinar nas mãos da Coroa. Todavia, antes que chegassem à completa ruína, D. José I, rei português ordenou que se repartissem as terras marajoaras em juntas governativas (SOUZA,

Mapuá teve por base a lei real de abolição dos cativeiros indígenas (1655), que entregou aos Jesuítas em nome do rei de Portugal a tutela dos índios [...]” (VARELA, 2020, p. 93).

2014), que, na prática, resultou na concentração de terras nas mãos de poucos. Uma estrutura modificada somente no final do século 19 e início do século 21⁵.

2.3 O Sistema Agrário da Economia da Borracha

Com o fim da revolta conhecida como Cabanagem⁶, o pós-Cabanagem, significou para seus participantes, mudanças na estrutura agrária em muitas regiões amazônicas, estimulando-se a criação de latifúndios ainda hoje tão presentes (RICCI, 2006). No entendimento de Ricci (2006), os presos cabanos e muitos outros suspeitos de “cabanagem” foram recrutados forçosamente⁷ e engrossaram como recrutas que foram os responsáveis pela reconstrução produtiva do campo e das cidades no pós-cabanagem, abrindo caminho para a tão comentada época da borracha na Amazônia.

Do ponto de vista produtivo e de uso dos recursos naturais, Souza (2014) analisa que a transição do sistema agrário colonial para o da Economia da Borracha fez-se da passagem do cultivo nas áreas de várzeas e da produção pastoril nos campos naturais para uma atividade que se concentra na floresta densa, visando à extração do látex.

Entre 1840 e 1920, o trabalho relacionado com a extração de goma elástica (1879-1910), atraiu um grande contingente de imigrantes nordestinos para a Amazônia e conseqüentemente para as várzeas, fugidos de sua região pela seca e pelos grandes proprietários de terras (RIBEIRO, 1992; RAMOS, 2000). Durante os anos áureos da borracha, a Amazônia tornou-se internacional, recebendo todo tipo de pessoas, misturando culturas e criando novas identidades (RICCI, 2006). A badalação no entorno da borracha e de seus “barões” escondia todo o sofrimento humano nos seringais, onde pessoas padeciam à mercê da malária, da tuberculose e de avitaminoses como o beribéri e submetidos a um regime de trabalho análogo à escravidão (GALEANO, 2014).

⁵ Segundo o Gonçalves *et. al* (2016, p. 108-109), a dominialidade do arquipélago do Marajó é cercada de uma constante discussão em virtude dos múltiplos interesses envolvidos, que vão dos direitos de famílias ribeirinhas locais, de comunidades quilombolas, ou, ainda, por famílias de influência antiga na região, no caso das grandes fazendas e sesmarias, ou empresas, municípios e, mais recentemente, pelo governo estadual.

⁶ Movimento sociopolítico ocorrido na Província do Grão-Pará, entre os anos de 1835 a 1840. Registros históricos revelam que nesse período a população enfrentava “um cenário de grave crise política interna, orquestrado por ferrenhas disputas, com severas queixas em função do descaso do governo provincial aos problemas sociais e políticos por toda a província. Para combater a esse quadro, os chamados cabanos, sob influência de ideias revolucionárias, juntaram-se, tanto na capital como no interior, para combater os projetos políticos existentes na Amazônia” (COSTA, 2018, 191).

⁷ Houve matança indiscriminada na época pelo governo central de pessoas no interior do Estado acusadas de serem ex-cabanos ou de apoiar os Cabanos. Estima-se que foram mortas mais de 30 mil pessoas, aproximadamente 25% da população total do Estado do Pará no período (SOUZA, 2014). É importante para as gerações que se diga “Denunciemo-lo!”, parafraseando Euclides da Cunha em “Os Sertões”.

Tem-se, desse modo, um extrativismo que se apresenta mais uma vez como uma maldição que advinda desde o início do mercantilismo (ACOSTA, 2016) faz da terra e de sua população pobre mercadorias do capital. Aos jovens diante desse cenário restavam-lhes os infortúnios da vida e do trabalho duro que começava de madrugada como mostra Costa (2018) em pesquisa realizada no Mapuá.

3 O SISTEMA AGRÁRIO DA INDÚSTRIA PREDATÓRIA: PROPOSTA DE NOVO RECORTE TEMPORAL

A análise dos sistemas agrários anteriores feitas por Armando Souza (2014) e Denise Schaan e as experiências de campo do primeiro autor deste artigo permite apontar para um novo período histórico no Marajó. A partir de 1950, o processo de extração dos recursos naturais em terras marajoaras se intensificou, com destaque para a indústria madeireira e do palmito, bem representado pela instalação no município de Breves da empresa *Breves Industrial S/A* (ALVES *et. al.*, 2020) e pela instalação da empresa *Amazônia Compensados e Laminados (AMACOL)* em Portel a partir da década de 1960 para a extração e corte da madeira bruta e transformação em madeira serrada para exportação destes produtos para os Estados Unidos (CORRÊA, 2019).

O ápice desse período de forte extração de produtos florestais por empresas e sua decadência nos anos 2000 marcariam um *Sistema Agrário da Indústria Predatória* que, como o próprio nome já indicaria, seria marcado pela falta sobre-exploração dos recursos naturais, favorecendo pequeno grupo de pessoas sem grandes preocupações em relação aos estoques florestais existentes e com a socioeconomia dos habitantes dos municípios onde atuavam.

Apesar da presença de empresas no Marajó, neste período, movimentando muitas cifras, a região manteve-se na ausência de políticas públicas voltadas para infraestrutura, notadamente transporte, comunicação e energia. Mais grave, sem os devidos cuidados com a educação e saúde local, dificultando o desenvolvimento dos habitantes em diversos aspectos, salvo quando beneficiavam as empresas locais. É um período que se manteve a ideia de domínio sobre a terra, mesmo onde moravam tradicionalmente famílias agroextrativistas (IEB, 2006). Pela falta de informação, tais moradores não tinham conhecimento para lutar contra a grilagem de terras promovidas por supostos donos de terra, que sempre apresentavam documentos fraudulentos de cartório (TRECCANI, 2006) para pessoas que muitas vezes não sabiam ler e nem se organizar para defender seus próprios direitos.

Isolamento geográfico/espacial, estagnação econômica e subdesenvolvimento político são as características que configuram a condição de abandono e pobreza do Marajó no momento atual, mesmo tendo uma diretriz de reversão do quadro prevista no Plano de Desenvolvimento Territorial do Marajó (OLIVEIRA, 2012). Mesmo os investimentos feitos no Marajó no período da Indústria Predatória serviram para enriquecer financeiramente uma minoria, à custa dos trabalhadores rurais e urbanos, reforçados pela falta de comprometimento de muitos representantes dos poderes municipais. Tal negligência estatal e mesmo da sociedade em geral por séculos acabam por influenciar os níveis de IDH e PIB do Marajó como dos piores do país.

4 O SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO

4.1 O limiar de um Sistema Agrário do Agroextrativismo

Na continuidade deste exercício, com a derrocada das indústrias madeireiras e de palmito nos anos 2000 em muitos municípios marajoaras principalmente devido às multas dos órgãos ambientais aos empreendimentos na maioria das vezes ilegais (ALVES *et. al*, 2020) e por falta, também, de gerenciamento das atividades, um novo tempo histórico se firmou na região, cuja gênese parte da destinação de terras nas ilhas do Marajó, gerando fortes fissuras em uma estrutura agrária que não reconhecia a posse das comunidades tradicionais como legítimas⁸.

Esta década é marcada pelo protagonismo dos movimentos sociais na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionais no Marajó (CARVALHO, CRUZ; CALVI, 2019). Para Carvalho, Cruz e Calvi (2019), o envolvimento de lideranças locais junto a atores institucionais ligados ao tema (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Superintendência do Patrimônio da União - SPU e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA), produziu no âmbito dos “Encontros sobre Manejo Florestal Comunitário do Estuário do Rio Amazonas” reivindicações e proposições ao processo de ordenamento territorial no Marajó (CARVALHO, CRUZ; CALVI, 2019). Deste modo, o nativo passa a manifestar-se abertamente, e como resultados de suas mobilizações,

⁸ Nesta possibilidade de fissura ou quebra da estrutura agrária colonial, ocorre no Marajó uma variação no percentual da destinação fundiária em benefício das comunidades tradicionais. Enquanto que em Chaves e Ponta de Pedras o percentual de terras habitáveis regularizadas em favor dos agroextrativistas não chega a 1,5% do seu território, Afuá, Gurupá e São Sebastião da Boa Vista detém mais de 90% de destinação (RAMOS; FERREIRA; COSTA, 2020; RAMOS; EULER, 2018).

tem o direito à terra reconhecido, processo até então escondido desde a chegada dos europeus no Marajó.

A cessão de uso gratuito da Ilha de Santa Bárbara pela União aos moradores locais em 2002 (IPEA, 2015), a criação do Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí (2001) e a criação dos Remanescentes de Quilombos (2001), todos em Gurupá, deram origem a uma onda de debates sobre regularização fundiária no Marajó e também em regiões do Pará como o Baixo Tocantins e Baixo Amazonas (TRECCANI *et. al*, 2007; IIEB, 2006). É um momento em que concomitantemente ao debate sobre a segurança da terra, disseminou-se em muitas comunidades a discussão sobre a utilização da floresta, dos rios, igarapés e da conservação da fauna/flora por meio dos Planos de Uso dos Recursos Naturais (IIEB, 2006; TRECCANI *et. al*, 2007; RAMOS *et. al*, 2007).

No território marajoara, graças a estes primeiros avanços, criaram-se as Reservas Extrativistas e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas. As reservas criadas foram: Resex-Mapuá no município de Breves em 2005, Terra Grande Pracuúba, em Currálinho e São Sebastião da Boa Vista em 2006, Resex Gurupá-Melgaço em 2006 e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, 1ª RDS federal do país em Gurupá, também em 2006. A partir de 2007, foram decretados inúmeros Projetos de Assentamentos Agroextrativistas do INCRA e cerca de 47 mil Termos de Autorização de Uso Sustentável emitidos pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) para famílias de 54 municípios paraenses (IPEA, 2015). Este biênio, que coincide com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó e com o Decreto Presidencial 6.040 que institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), consolida a regularização fundiária enquanto política pública em benefício das famílias agroextrativistas da região, inaugurando um novo Sistema Agrário, em tese mais democrático e de maior incentivo ao agroextrativismo.

Assim, iniciativas comunitárias surgiram para demonstrar o resultado o empoderamento das famílias agroextrativistas. Como exemplos de tecnologias sociais no Marajó que surgiram na última década, pode-se citar o manejo dos recursos naturais da Ilha das Cinzas, destacado a partir do manejo do camarão de água doce (PINTO, 2005; MALHEIROS; REIS, 2019); iniciativas de educação baseadas na realidade rural marajoara como as Casas Familiares Rurais de Gurupá e do rio Mapuá, em Breves; os fundos solidários do açaí no rio Acuti-pereira em Portel (SILVA, 2020; PAIVA, 2017) e de Currálinho (RAMOS, POTIGUAR; TAVARES, 2017); e a constatação do açaí não somente como

atividade econômica essencial no Marajó, mas também impulsionador de bem-estar social como o verificado em Afuá por Ramos e Euler (2018).

Apesar dos projetos comunitários logrando êxitos em aspectos de geração de renda, ocupação e qualidade de vida nesta fase do Marajó, municípios como Portel e Anajás mantêm em muitas localidades aspectos que não só remontam ao Ciclo da Indústria Predatória, mas de relações trabalhistas análogas à escravidão como no caso da extração de palmito em Anajás. No caso da madeira, os números do IBGE PEVS⁹ sistematizados por Ramos (2021a) apontam para uma movimentação financeira no município de Portel da exploração madeireira estimada em 1,9 bilhões de reais no período registrado pelo IBGE entre 2009 e 2019, o que gera questionamentos sobre o retorno desta atividade em empregos e tributação para este município.

4.2 Marajó Pós-Pandemia de Covid-19: consolidação do Bem Viver ou da Bioeconomia?

Os valores de repasse federal para serviços públicos aos cidadãos marajoaras vêm decaindo desde 2015, com repasses federais por habitante passando de R\$1.702,95 para 1.537,04/marajoara (RAMOS, 2020), o que demonstra efeitos da Emenda Constitucional (EC) 95 que congelara os gastos públicos por 20 anos a contar da data de sua publicação, em 2017. Se tomada outra decisão de Estado, ou seja, não só de não aprovação de tal EC, mas de continuidade do crescimento de repasses federais para os marajoaras, possivelmente as políticas públicas voltadas para o agroextrativismo melhorariam as performances de manejo dos recursos naturais, bem como a estrutura, o que por sua vez daria sinais de comprometimento para a redução ou eliminação de flagelos que acometem o Marajó, como a malária, a exploração sexual de crianças e adolescentes, além de avançar no ordenamento territorial e ambiental. Seria possível pensar em fortalecimentos de sistemas comunitários e novas institucionalidades de vida baseados no Bem-Viver andino (SILVA, 2016), com sinônimos para a região marajoara como *Boa Vida*¹⁰ proposto por Edel Moraes baseado nas

⁹ Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, verificável para pesquisas na página da internet <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=o-que-e>.

¹⁰ Para Edel Moraes, “nos territórios comuns a todos os que vivem internamente na comunidade, com suas regras ancestrais de utilização, as dinâmicas locais definirão as ‘leis das comunidades’ a serem seguidas. Territorialidades que não são estáticas, mas espaços de vivência que se criam e recriam suas histórias, sem romantismo, com seus conflitos e dilemas normais a qualquer sociedade. Nos territórios, as vidas de todos os seres se complementam e é isso que dá um suporte à *Boa Vida*. As pessoas conhecem-se, conectam-se intimamente uns aos outros, conversam e aprendem na troca. A reciprocidade é uma marca ainda vivida e experimentada no dia a dia. Não há vida sem troca ou aprendizado coletivo, não é possível pensar que não

suas experiências em Curralinho ou pelo *Sossego*¹¹, sugerido por Carlos Ramos a partir da vivência em Portel e Gurupá.

O mundo pós-pandemia de Covid-19 demonstra que um novo jogo se inicia na Amazônia, baseado no paradigma chamado de Bioeconomia que ganhou força a partir dos trabalhos de Nobre e Nobre (2019) para um novo momento de uso dos recursos naturais em solo amazônico, em fase intitulada *Amazônia 4.0*. Ramos (2021b) questiona o lugar de fala do modelo *Bioeconomia* por não prever o prefixo *socio* em sua chamada, pré-condição para uma humanidade mais justa e harmônica, e por estar distante do ponto de vista comunicacional com os povos da floresta. Além disso, ferramentas tecnológicas bastante demandadas pela nova etapa de verificação de “ativos” amazônicos como o Cadastro Ambiental Rural e o REDD+ se mostraram em muitas ocasiões utilizadas para a prática de especulação de terras, de florestas e de ameaça às famílias. Sem no mínimo falar-se em *Biosocioeconomia* e no caso mais viável em termos de atendimento à convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), ao permitir que as próprias vozes amazônicas apontem para o modelo a ser seguido neste século.

Corre-se o risco de estarmos entrando num novo ciclo agrário, de essência colonizadora, por meio do avanço do neoliberalismo, o qual tem produzido desemprego, recessão, destruição ambiental e catástrofes sanitárias, demonstrando-se, assim, incapaz de equilibrar economia e justiça social no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos ciclos agrários levantados por este estudo indica que tais ciclos são marcados pela exploração da floresta e das populações nativas. Mas há também o esforço por parte dos próprios grupos sociais em garantir a autonomia dos povos e comunidades das florestas, rios, igarapés e campos do Marajó. Fato que se verifica a partir das primeiras décadas do século 21, que em certa medida rompe com uma longa interrupção da segurança da terra do nativo marajoara ocasionada pela chegada dos europeus na região.

haverá retorno para tudo que se faz no território, bem ou mal. Portanto, o bom resultado na vivência depende do respeito com todas as vidas” (TENÓRIO, 2018, p. 38-39).

¹¹ Em uma primeira tentativa de conceito por Carlos Ramos (a partir de sua vivência nos municípios de Portel, Breves, Gurupá e Afuá), *Sossego* seria o estado de vida das pessoas que se caracteriza pela busca do equilíbrio entre sua condição social, econômica, ambiental e cultural, não consideradas separadamente e sim conjuntamente como um gerador de escolhas, como um promotor da dignidade.

Mesmo com tal avanço, a autonomia do agroextrativista regional aparenta estar em risco diante das últimas decisões a nível federal e estadual sobre ordenamento territorial e ambiental. Em outra frente, o tratamento dado às florestas da Amazônia e, por conseguinte, ao Marajó pelos mercados internacionais industriais (em busca de ativos, e especulativos, e também da compensação de carbono), mostram ser necessário que os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Marajó lutem para fazer valer o direito de permanecer no território com dignidade. E mais uma vez, para tal defesa, a organização social de todos, em especial, dos jovens será imprescindível. As novas gerações marajoaras precisam comunicar suas vozes para serem sujeitas de transformação e não meros expectadores ou subalternos de novos colonizadores.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. 2016. *In*: LANG, Gerhard Dilger, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472 p.

ALVES, O. J. A.; et al. Desterritorialização produtiva e mudanças em Marajó: arrecadação, desemprego e violência na cidade de Breves (Pará-Brasil). **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v.31, n. 2. pp.406-427, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/8788/5863>. Acesso em 2 mar. 2021.

BRASIL, **Decreto de 20 de maio de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Mapuá, no Município de Breves, no Estado do Pará, e dá outras providências. 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/dnn/dnn10533.htm. Acesso em 7 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto de 5 de junho de 2006**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Terra Grande - Pracuúba, nos Municípios de Currelino e São Sebastião da Boa Vista, no Estado do Pará, e dá outras providências. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/Dnn10847.htm. Acesso em 7 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto de 30 de novembro de 2006**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço, nos Municípios de Gurupá e Melgaço, no Estado do Pará, e dá outras providências. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/Dnn11078.htm#:~:text=DNN%2011078&text=DECRETO%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 7 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto de 14 de junho de 2005**. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá, no Município de Gurupá, Estado do Pará, e dá outras providências. 2006.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10556.htm. Acesso em 7 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

CARVALHO, J. P. L.; CRUZ, B. E. V. da; CALVI, M.F. Política Agrária e o Ordenamento Territorial no Marajó, Pará. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, p.18013, 2019.

COPERTINO, M.; PIEDADE, M.T.F; VIERA, I.C.; BUSTAMANTE, M. Desmatamento, fogo e clima estão intimamente conectados na Amazônia. **Cienc. Cult.** vol.71 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2019. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252019000400002&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em 6 mar. 2021.

CORRÊA, N. L. dos S. **Sociedade da Madeira? A AMACOL e as transformações socioeconômicas no município de Portel-PA nas décadas de 1960-1980**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História do Programa de Formação de Professores da Educação Básica da Universidade Federal do Pará. 2019. 107 p.

COSTA, Eliane Miranda. **Memórias em Escavações: Narrativas de Moradores do rio Mapuá sobre os Modos de Vida, Cultura Material e Preservação do Patrimônio Arqueológico (Marajó, PA, Brasil) 2018**. 334 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

GALEANO, E.H., 1940. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014. 400 p.

GONÇALVES, A. C. O.; CORNETTA, A.; ALVES, F.; BARBOSA, L. J. G. A Operacionalização da nossa várzea no estado do Pará. In: ALVES, Fábio (org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. 359 p.: Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6619>. Acesso em 5 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Observatório da função socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. **Relatório de Pesquisa Relatório Territorial do Marajó**. Rio de Janeiro, 2015. 112p.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IIEB. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia**: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA, Brasília: IEB, 2006. 70 p. (Projeto Comunidades e Florestas).

MALHEIROS, F. B.; REIS, M.T. dos. **As percepções dos jovens sobre as organizações sociais da Ilha das Cinzas-PA**. Mazagão, 2019. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá – Campus Mazagão. Coordenação do Curso de Educação do campo – Ciências Agrárias e Biológicas, 2019.

NOBRE, I.; NOBRE, C. Projeto “Amazônia 4.0”: definindo uma Terceira Via para a Amazônia. *In: Plataforma Democrática*. Fundação Fernando Henrique Cardoso. 2 - São Paulo - Plataforma Democrática - Setembro de 2019. Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Futuribles2/Futuribles2_ProjetoAmaz%C3%B4nia4.0.pdf . Acesso em: 23 fev. 2021.

OLIVEIRA, V. da S. **Planejamento, Gestão e Participação da Sociedade Civil Organizada Local: Uma Análise do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. UFPA. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção 169**. OIT, Escritório no Brasil. 1989. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em 3 mar. 2021.

PACHECO, A.S. Faces de Identidades Marajoaras: “Zonas de Contato” Afroindígenas nas Fronteiras Atlânticas. 2009. *In: Anais do III Simpósio “Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental; II Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas na Pan-Amazônia”*. Universidade Federal do Acre. 2009.

PAIVA, D.; MIRANDA, K.; SILVA, R. C da. Experiência do fundo solidário açaí de Portel.. *In: MIRANDA, Katiúscia; POTIGUAR, Manoel; MORAES, Maura; MENDONÇA, ROSEVANY; SILVA, Ruth Corrêa da (org.). Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável*. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

PINTO, J. Manejo comunitário de camarões de água doce por ribeirinhos na Amazônia. **Rev. Agriculturas**. vol. 2, nº 4, dezembro de 2005.

RIBEIRO, B. G. **Amazônia urgente: 5 centuries of history and ecology**. Conceptual project, text and iconography selection, Berta Ribeiro. Belo Horizonte, Minas Gerais: Itatiaia, Editora UFMG. 272p. 1992.

RAMOS, C. A. P. **Possibilidades de otimização do uso florestal para pequenos produtores em várzeas amazônicas: Um estudo na Costa Amapaense**. Belém: Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Dissertação de Mestrado. 2000. 152p.

RAMOS, C. A, et all. Manejo Florestal Comunitário: Experiências em Gurupá-Pa. **Revista Trimestral da FASE Proposta**, nº 114, Out-Dez 2007.

RAMOS, C.A.; TAVARES, M.; POTIGUAR, M. Lupa Marajó: Observatório e Ação no Âmbito do Projeto Embarca Marajó. *In: MIRANDA, Katiúscia; POTIGUAR, Manoel; MORAES, Maura; MENDONÇA, ROSEVANY; SILVA, Ruth Corrêa da (org.). Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável*. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

RAMOS, C.A.P. Ensaio sobre a dignidade: Bancos privados e Banco Central têm relação promíscua que afeta decisivamente o dia a dia dos lares amazônicos. **Brasil de Fato**, publicado em 6 de abril de 2020. Disponível em <https://brasildefatorj.com.br/2020/04/06/artigo-ensaio-sobre-a-dignidade>. Acesso em 7 mar. 2021.

RAMOS, C.A.P. FERREIRA, F.; COSTA, A. **Marajó: Cobertura do Solo e Ordenamento Territorial**. 2020. Documento técnico. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/6994817>. Acesso em 19 fev. 2021.

RAMOS, C.A.P. Ei Balsa! Volta Aqui! Portel Madeireiro 2019. **Blog Meio Ambiente, Açai e Farinha**, publicado em 31 de janeiro de 2021. Disponível em <https://meioambienteacaiefarinha.blogspot.com/2021/01/ei-balsa-volta-aqui-portel-madeireiro.html>. Acesso em 1 mar. 2021.

RICCI, M. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. 2006. Acesso em 5 mar. 2021.

SCHAAN, Denise Pahl. **A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara**. Dissertação de mestrado. PUC-RS, 1999, disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19105. Acesso em 1 mar. 2021.

SCHAAN, Denise Pahl. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais da Ilha de Marajó. 2004. **Revista de Arqueologia**, n. 17, p. 13-32, 2004.

SILVA, J. de S. La innovación institucional decolonial y el ‘dia después del desarrollo’. 2016. *In: Siembras del buen vivir: entre utopías y dilemas posibles*. Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica – ALER. 2016. 53-72 p.

SILVA, Alexandre Nunes. **A economia solidária como vetor do desenvolvimento territorial no Marajó: estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno, Portel (PA)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SOUZA, A. L de. **Evolução do Sistema Agrário da Mesorregião do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica**. 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6835>. Acesso em 1 mar. 2021.

TENÓRIO, Edel Nazaré de Moraes. **Resex Terra Grande – Pracuúba: (Re)conhecer saberes locais para a transgressão da gestão de unidade de conservação no cuidado do território de uso comum**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TRECCANI, G. et al. Gurupá: Regularização fundiária e manejo dos recursos naturais. 2007. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional v. 31, n. 107, Julho/Set. 2007.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá**. 725 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de

Juventudes marajoaras em movimento na defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade

Altos Estudos Amazônicos, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2006.

VARELA, J.M. **Breve História da Amazônia Marajoara**: ensaio decolonial acerca da amazonidade. 2020. José Marajó Varela – Editora Amazônica Bookshelf, 2020. 432 p.

VICK, M. **O que é Bioeconomia, e qual o lugar do Brasil nesse campo**. Jornal Nexo, 22 de julho de 2020. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/topico/2020/07/22/O-que-%C3%A9-Bioeconomia-e-qual-o-lugar-do-Brasil-nesse-campo>. Acesso em 11 out. 2020.

5

Juventude e saúde no Marajó: um análise holística sobre o atual contexto

Pablo Cardoso Maia

1 INTRODUÇÃO

Este artigo vem abordar uma questão que esteve muito presente no passado dos jovens marajoaras, mas que em nosso presente ainda se mostra como uma problemática para a população que dela precisa, a “saúde”, claro que mais especificamente na juventude do Marajó, mas entendemos que saúde não é uma questão simplesmente de oferta de políticas de saúde como a do SUS, mas a oferta de diversas políticas públicas que garantam o desenvolvimento global desta juventude.

Levando em conta esta percepção que escolhemos olhar este problema do ponto de vista holístico¹², um olhar que apresenta como diretriz analisar o contexto como um todo dinâmico em inter-relações e que se retroalimenta, pois empiricamente podemos perceber que o desenvolvimento de todo e qualquer jovem é deficitário, salve guarde, aos jovens de famílias mais abastardas que tem acesso a qualquer tipo de serviço de qualidade que contribua com seu desenvolvimento global.

Abordamos questões como a peculiaridade da região marajoara, um arquipélago com muitos rios e onde as distancias são enormes e de baixa densidade demográfica, justamente por conta destas dificuldades, que se mostram como impedidores para que esta população tenha acesso a todas as políticas públicas básicas ofertadas, e que lhe são de direito perante a constituição nacional.

Abordamos a questão da democratização do acesso às políticas públicas que compõe a nosso entender o sistema integrado que causara uma saúde mais equilibrada na população jovem marajoara.

Mas nesta trajetória podemos perceber que ainda estamos “aquém” de termos uma saúde pública na concepção que estamos defendendo adequada e eficaz no sentido de

¹² holismo e filosofia holística podem ser definidos como **uma forma de ver o mundo e a si mesmo de uma forma integral**, no qual, todos os seres estão interligados, em conexão, não há nada isolado. Ao realizar uma análise para detectar um problema, é preciso fazer uma análise sistêmica de toda a estrutura, já que, mesmo que cada peça de um sistema possua características próprias, cada parte forma um só organismo. (SANTANA 2020).

proporcionar um estilo de vida que solidifique uma saúde mais duradoura na juventude marajoara.

2 MARAJÓ E SUAS PECULIARIDADES PARA JUVENTUDE

Ao falar de qualquer assunto ou problemática no Marajó, não podemos deixar de falar de suas peculiaridades, dentre estas peculiaridades que podemos apontar, existe a cultura, costumes, economia e o “fator Amazônico”, que aponta para a geografia do local, que é bem diferenciada da maior parte do território do Brasil, uma geografia que influencia diretamente na vida das pessoas, assim como, na atuação governamental a esta população, sendo este um dos fatores a serem analisado no decorrer de nossa pesquisa, pois o espaço geográfico como pontua Piquet (2007), não pode deixar de ser considerado em qualquer que seja tipo de pesquisa, por nele está contido diversos fatores ou variáveis que influenciam no modo de vida da população.

O espaço geográfico é a expressão dos processos econômico-sociais que atuam sobre determinado território e que precisam ser considerados em qualquer estudo. Entender que o espaço não é apenas a expressão, ou o reflexo, do processo social e exerce, de forma retroativa, importante papel na organização social é fundamental para compreender o atual cenário de desgaste ambiental (PIQUET, 2007 apud LIMA *et al* 2012, p.59).

O espaço geográfico como Piquet aponta, praticamente determina o processo socioeconômico e mais como a organização social é, sendo está uma das questões que estamos abordando. É pertinente pontuarmos a importância do espaço geográfico principalmente na região amazônica, onde as dificuldades são diversas, não apenas para a população das florestas, mas também para o poder público que segundo a constituição federal de 1988, em seu art. 1º “A república Federativa do Brasil, tem que garantir direitos fundamentais de soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana” (2007, p.13), assim como no art. 6º, mais especificamente “o cidadão brasileiro terá assegurado seus direitos sociais, a educação, saúde, etc.” (2007, p.20), mas não sendo especificada a qualidade destes serviços, e por estarmos em um país onde a desigualdade social é presente, inevitavelmente haverá diferença entre os serviços ofertados nas capitais e nas periferias do país.

Sendo muitas vezes está desigualdade agravada quando comparamos o Sul do país com o norte, principalmente na Amazônia; o que nos leva a refletir sobre a democracia de nosso país, será que há democracia, ou apenas uma pseudo democracia, pois na democracia terá que existir a “criação e conservação de direitos”; entendemos que há a criação dos

direitos por meio das leis como a constituição acima citada, mas a conservação dos direitos, que poderia interpretar como dar acesso igualitário as serviços públicos, este não é garantido de fato, pois vivemos uma democracia a maneira descrita por Chaui (1997):

A democracia é, assim, reduzida a um regime político eficaz, baseado na idéia de cidadania organizada em partidos políticos e manifestando-se no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas (e não políticas) para problemas sociais. [...] Em outras palavras, há, na prática democrática e nas ideias democráticas, uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que a ideologia democrática percebe e deixa perceber. (CHAUI 1997, p. 430 – 431).

A maioria da população entende a democracia, o simples ato de votar, que é o democratismo ¹³, pois delega poder aos representantes do povo que não representam o povo, apenas se ocupam de discussões intermináveis e não objetivas no sentido de solucionar a demanda e/ou problemas que a população sofre, desta maneira a democracia não se direciona ao que seria seu objetivo principal, que segundo Mattos (2016) deveria ter a seguinte dinâmica, “A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo.” – Abraham Lincoln (1809 – 1865), presidente dos Estados Unidos (p. 54). O fato da democracia no Brasil não ter esta direção faz com que tenhamos este questionamento se realmente estamos numa democracia já que a grande maioria da população não tem acesso às instituições públicas dentro do que seria considerado justo e de direito.

Retornando para o contexto marajoara, quando olhamos empiricamente para o contexto da região é notório que a saúde que é ofertada na região está “aquém” do que deveria ser ofertado enquanto estrutura e dinâmica de atendimento. Sendo está uma problemática não só para a população como também para o poder público em executar suas obrigações junto à população. E como devemos entender o “fator amazônico”; segundo Lemle (2013).

A carta, encaminhada ao presidente do Conasems, Antônio Carlos Nardi, explica que a Região Norte apresenta especificidades que acarretam obstáculos à implementação do sistema de saúde, principalmente da atenção básica, e que a sua superação requer consideração ao chamado “fator amazônico”: grandes distâncias e baixa densidade demográfica; curso dos rios como única opção de acesso; variações climáticas expressivas, às vezes impedindo acesso a determinadas localidades durante vários meses do ano; obstáculos físicos naturais, como corredeiras e selva impenetrável; e a ocorrência de doenças transmissíveis não controladas. (LEMLE 2013, p. 01).

¹³ Prática política administrativa em que a tomada de decisão é retardada pelo excesso de discussões em diversas instancias: “Desagradável [...] é o democratismo – excesso de reuniões, discussões cansativas e repetitivas [...]” (AULETE 2011, p. 445).

Como podemos perceber, o autor apresenta de maneira descritiva, a diversidade de dificuldades que o poder público, neste caso a Saúde pública, tem em implantar o serviço de saúde no norte do país, assim como, na região do Marajó, pois as dificuldades são diversas e para ultrapassá-las tem que haver vontade política no sentido dos investimentos necessários para implantar tais serviços, a coragem dos profissionais em encarar tais dificuldades, dentre estas a distância de suas famílias, já que a maioria dos profissionais de saúde mais especializados não são da região, o que dificulta mais na oferta dos serviços.

Apenas como a compreensão destas singularidades por parte dos gestores federais, de nossa realidade, e que seremos tratados na região do Marajó com equidade financeira, para que assim possamos manter a estrutura da saúde de maneira adequada e atrativa para os profissionais que nela trabalham, mas para que isto ocorra primeiramente à política de saúde terá que se adaptar as realidades regionais e Lemle (2013) descreve isto em sua pesquisa.

As políticas públicas de saúde devem ser adaptadas às características regionais e isso é uma tarefa que exige alterações profundas nos parâmetros nacionais para a pactuação intergestores na distribuição dos recursos financeiros, visando à operacionalização das ações e serviços de saúde. (LEMLE 2013, p. 02).

Só através de recursos adequados é possível operacionalizar nesta região, onde o meio de transporte é mais custoso, a densidade demográfica é pequena e as comunidades são isoladas, causando um impacto negativo na oferta dos serviços de saúde, sem contar a oferta mínima de serviços especializados, por não ser atrativo para ao profissional das capitais residirem nesta região do país, e isso aponta também para um déficit histórico de profissionais da própria região, por não ser ofertados cursos universitários “elitizados”.

Ainda continuando a discussão sobre o fator amazônico, vamos abordar as dificuldades apontadas por profissionais de outra política pública que atuam neste contexto territorial, dentre estas políticas a assistência social, que segundo Junior (2018), esta política apresenta as seguintes dificuldades, similares às dificuldades apresentadas por nosso sistema único de saúde.

Distante de pretender esgotar as discussões que circundam o tema “fator amazônico”, nosso intento move-se no sentido de trazê-lo para o campo dos debates, tensionado no âmbito da Política de Assistência Social no Estado do Pará, apontando as “híbridas” concepções, que por vezes parecem não acompanhar a historicidade e a ideologia que perpassa essa temática. De imediato precisamos trazer para a evidência desse artigo a certeza de que o Brasil é um território que, para além das suas grandes distâncias latitudinais e longitudinais, abriga uma heterogeneidade econômica, social, política e cultural e que, no desenrolar da história, foram se agudizando o conjunto das desigualdades sociais, produzidas sob a égide do capital, revelando a “centralização de possibilidades econômicas e sociais

em regiões historicamente privilegiadas” (CAMPOS, 2013, p. 205 apud JUNIOR 2018, p. 460).

O autor aponta para a questão das dificuldades agudas apresentadas pela própria heterogeneidade geográfica, econômica, social e política que acompanha esta região, em um primeiro momento pela centralização econômica nas capitais, e posteriormente, por uma política de descentralização do serviço público que não se adequou a realidade de cada região deixando assim, lacunas históricas na estrutura da saúde, educação, assistência social e cultura, dentre outras políticas públicas que implicaram diretamente na saúde não só da juventude marajoara, mas da população como um todo.

Pois a saúde de uma população não se faz apenas com a oferta do serviço de saúde, mas com a oferta de todas as políticas e serviços possíveis e disponíveis. Pois o desenvolvimento saudável de um jovem perpassa por uma série de experiências que estes não têm acesso em seu cotidiano, podemos ter como exemplo: na educação não há oferta principalmente nas áreas ribeirinhas de cultura, esporte e lazer de maneira sistemática e adequada; não há oferta de saneamento básico, água potável, além de existir a ocorrência de trabalho precoce na grande maioria das famílias, sendo este um complicador para o desenvolvimento global de um jovem.

Podemos apoiar nossa fala no que aponta Engels (1986) e Rosen (1994), relacionada à saúde pública:

No século XIX, Engels (1986), em seu manuscrito sobre a “Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, destacou o sofrimento dos operários por causa do espaço insalubre que resultou em inúmeras doenças infecciosas, como tuberculose, escarlatina, tifo, febres, raquitismo, problemas respiratórios, entre outras, causadas por substâncias tóxicas e que interferiram na saúde e qualidade de vida da população. Em seu estudo histórico sobre a origem da saúde pública, Rosen (1994) afirmava que “a função de proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos é uma das mais importantes do estado moderno e representa uma série de deliberações de políticas públicas, econômicas e éticas” (ROSEN, 1994 apud LIMA *et al* 2012, p.59).

E com o que pontuam os dois autores, podemos afirmar aqui, que a saúde pública não é feita apenas da oferta dos instrumentos do sistema de saúde como os hospitais e os postos de saúde, mais também de ações preventivas na educação, saneamento básico, alimentação, esporte e lazer, dentre outras políticas que podem colaborar com o desenvolvimento global e saudável da população desde a primeira infância até a vida adulta, e assim, não sobrecarregar o sistema de saúde do país.

2.1 Democracia e sistema de saúde, o direito de ter acesso integral à saúde

Em nosso país temos a oferta de um sistema de saúde gratuito para toda a população, se caracterizando como uma política pública universal, como preconiza a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.” (BRASIL 1990). Desta maneira iniciaremos nossos questionamentos para refletir sobre a saúde da juventude no Marajó.

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social (BRASIL 1990).

Quando o art. 2º descreve sobre o direito a saúde, é apontado que o Estado terá que “prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”, aqui questionamos, o Estado prove estas condições para que seja ofertado um serviço de saúde de qualidade e de acesso igualitário a toda a população independente de classe social; empiricamente entendemos que não ocorre, pois, uma das maiores dificuldades que a população tem é de ter acesso a médicos especialistas e exames de alta complexidade.

No § 1º se rediz, “é dever do Estado garantir a saúde, consiste na formulação execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de risco de doenças”, a argumentação deste nosso artigo recai justamente sobre o que diz este parágrafo da lei nº 8.080/90, pois é notória que no arquipélago do Marajó, o que rediz a lei, não é garantido em sua plenitude, pois dentro do que entendemos que o jovem tem que ter acesso para se tornar uma pessoa saudável do ponto de vista biopsicossocial, e isto não ocorre, pois principalmente a população ribeirinha não tem acesso, ao esporte de maneira sistemática, a não ser o “futebol” do final da tarde, não tem acesso à cultura e uma vida social mais dinâmica.

Não sendo diferente na sede dos municípios que compõe a região, pois não há uma oferta de esporte diversificado pelas instituições governamentais, salve guarde algumas Ong's que oferecem esportes diferentes do futebol, a cultura não é garantida de maneira sistemática também, “empurrando literalmente a juventude para as drogas lícitas e ilícitas”, o saneamento básico é um dos índices mais baixos, segundo Giatti (2007) “na região norte, configura-se como os piores índices de saneamento do país, em que 55,7% dos domicílios são abastecidos de água por rede geral, do volume total da água distribuída em sistema público, 32,4% não recebem tratamento e 92,9% dos municípios não possuem redes de esgoto sanitário.” (GIATTI, 2007; IBGE, 2011 apud COUTINHO 2013, p.16).

Sendo que este cenário ocasionará um problema de saúde pública pontuado por Fonseca; Vasconcelos (2011):

Um dos mais importantes problemas de saúde do mundo, encontrados principalmente em países em desenvolvimento, são as doenças infecciosas e parasitárias, as quais na sua grande maioria são doenças relacionadas à água, sendo típicas de ambientes precários onde não há saneamento básico ou, quando existe é inadequado. (FONSECA; VASCONCELOS, 2011 apud COUTINHO 2013, p. 31).

Este cenário descrito pelos autores é um cenário típico das cidades e meio rural do Marajó, desta maneira é muito “natural” na infância e na juventude a população do Marajó terem problemas de saúde, que poderiam ser evitados na base, com prevenção, além de terem seu desenvolvimento físico e intelectual retardados por questões como trabalho precoce, alimentação não balanceada e com falta de proteínas e vitaminas importantes para a cognição, dentre tantas outras atividades voltadas para a saúde que a população jovem do Marajó ou não tem acesso, ou tem acesso de maneira precária.

Desta maneira, podemos afirmar que não há acesso democrático a saúde em nosso país, principalmente na região norte onde além de termos um sistema de saúde deficitário, outros serviços públicos que colaboram para o desenvolvimento integral destes jovens também são oferecidos de maneira precária ou de maneira incompleta, ocasionando além de doenças físicas e psicológicas, como depressão e transtorno de ansiedade, o primeiro por traumas ocorridos no passado e o segundo pela insegurança no presente e no futuro, ou seja, um presente incerto e projeta um futuro incerto.

E com base na falta de estrutura do Estado na oferta de infraestrutura e nas incertezas com o futuro que podemos afirmar que muito facilmente a população ao qual estamos nos referindo entrara num ciclo de adoecimento quase que inevitável.

2.2 Saúde no Marajó uma análise holística

Na trajetória da construção de nosso artigo, viemos descrevendo as dificuldades que há em se oferecer acesso à saúde pública a população marajoara, dada as peculiaridades da região, a falta de compreensão dos gestores federais em destinar recursos adequados para suprir a necessidades da região e o mau gerenciamento dos gestores locais, ainda que percebamos que perante a lei há uma compreensão que a saúde é um processo dinâmico e multisetorial, no sentido de ser composto por acesso a vários serviços públicos ou privados que irão colaborar com o desenvolvimento global e/ou integral deste jovem marajoara.

Desto desta linha de pensamento que Capra (1986) aponta para uma nova visão de se trabalhar a saúde.

Os profissionais de saúde deverão redimensionar suas práticas e relações com suas clientelas, devendo assumir a responsabilidade do equilíbrio de indivíduos e sociedades. Surge deste redimensionamento um novo assistir. A relação entre profissional de saúde e paciente será uma nova relação, cuja principal finalidade será educar o paciente acerca da natureza e do significado da enfermidade e das possibilidades de mudança do tipo de vida que o levaram à doença (CAPRA, 1986 apud TEIXEIRA 1996, P. 289).

Capra aponta um novo caminho, onde todos são atores na conquista da saúde, até o próprio paciente ou como ele mesmo nomina Cliente (pois paciente vem de passivo, enquanto cliente tem participação no processo), um olhar que mostra o mundo como um sistema onde tudo está interligado e a falha de uma destas partes poderá causar o adoecimento deste indivíduo, as relações deste indivíduo com o mundo deverá ser equilibrada através do conhecimento acerca do significado das enfermidades e a necessidade de várias práticas em seu cotidiano (educação, trabalho para os adultos, cultura, lazer, esporte, vida comunitária e religiosidade), para que assim possa entender a necessidade de mudar seu estilo de vida, um estilo de vida que geralmente o leva para o adoecimento a médio ou longo prazo.

Mas para que esta mudança ocorra, primeiramente, os profissionais não só da saúde como das demais políticas públicas terão de mudar seu olhar tradicional, dicotômico e fragmentado do indivíduo doente ou adoecido, para ter um olhar pluridimensional, sistêmico que aponte para as relações que as várias dimensões da vida compõem para que o indivíduo tenha saúde, só tendo consciência desta dinâmica sistêmica que a vida tem, profissional e paciente terão uma resposta mais eficiente acerca da manutenção da saúde de maneira preventiva.

Para reafirmar o que estamos defendendo acima utilizaremos as afirmativas de Araújo (1999) sobre a visão holística que pode ser aplicada a prática voltada para a saúde.

A visão holística compreende que tudo no universo está inter-relacionado, havendo uma dinâmica universal de relações que torna tudo interdependente. Nessa perspectiva, os seres humanos e a natureza mantêm uma relação de complementaridade, e considera-se que a perda do vínculo produz desequilíbrio e destrutividade a todos (ARAÚJO1999, BÓLLA 2012, p. 43).

O que Araújo afirma, corrobora nossa percepção tanto da maneira correta de pensarmos a saúde, como uma coisa ampla e interrelacional nas diversas políticas públicas garantidas pelo poder público, mas que no caso do Marajó é ofertado com precariedade e de maneira incompleta; ou da maneira incorreta com a “rede de assistência” (saúde, educação, saneamento básico, esporte, cultura e lazer, dentre outras políticas) que não funciona de maneira integrada para a população e os jovens marajoara, principalmente para população mais carente.

Esta crítica nos força a buscar um comparativo da saúde pública do Brasil e de outros países segundo estatísticas da OMS, para não deixarmos dúvida do que estamos falando, mesmo que talvez a oferta de saúde em outros países do mundo não seja nesta perspectiva da visão holística, segundo Chade (2020), os investimentos em saúde em muitos países mostram-se desta maneira:

Entre os dados da OMS, a Costa Rica é quem aparece com destaque, destinando 26% de seus gastos públicos para a saúde. Ou seja, um a cada quatro dólares. No Japão, a proporção chega a 23,6%, contra 20% na Alemanha, 19,8% no Uruguai e Nova Zelândia ou 16% na Argentina. No Reino Unido, a proporção é de 18%. [...] Nos últimos anos, a OMS aponta que o Brasil vem aumentando a proporção dos gastos públicos para a Saúde. Em 2005, a taxa era de 8,4%, subindo para 9,2% em 2011 (CHADE, 2020, p.60).

Esta matéria de Chade mostra a diferença discrepante entre os investimentos em saúde em nosso país e demais países da América central e do Sul, Europa, Oceania e Oriente, sendo o Brasil um dos países que menos investe em saúde, este cenário corrobora o cenário que presenciamos empiricamente de uma saúde pública precária e com resultados poucos satisfatórios para o “contribuinte”, pois não recebe o retorno dos impostos pagos de maneira satisfatória.

E para finalizar nossa discussão, pontuar a retroalimentação de um sistema que bem conduzido por si só gerara os resultados defendidos neste artigo segundo Crema (1988 apud BUSATO 2001, p. 64):

São características dos sistemas orgânicos abertos: a globalidade, já que o sistema comporta-se como um todo coeso e inseparável, a retroalimentação que estabelece o novo conceito de circularidade na cadeia causal dos sistemas interacionais e a equifinalidade significando que os mesmos resultados podem brotar de diversas origens já que o sistema é a sua própria e melhor explicação.

Um sistema aberto à globalidade quando falamos de saúde do ponto de vista amplo e de acesso interinstitucional seria o ideal em nossa realidade de uma grande maioria de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, o que nos chamou a atenção que a disposição da Lei nº 8.080/90, nós mostra que o a rede de assistência a saúde, deveria funcionar desta maneira, “mas infelizmente não funciona”, quebrando assim a retroalimentação que esta ação em rede causaria na população, gerando resultados satisfatórios relacionado à saúde, pois saúde está na Educação, no esporte, no lazer, na cultura, no saneamento básico, enfim na interrelação entre todas as políticas públicas possíveis, causando assim, a equifinalidade¹⁴ dentro das ações públicas de saúde.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o resultado desta pesquisa podemos ter como considerações finais resultados não muito animadores, pois o que percebemos é que de maneira literal e conforme a Lei nº 8.080/90, a saúde pública em suas diversas dimensões, não vem sendo ofertada de maneira integral a população jovem do Marajó durante décadas, o que vem ocasionando uma gama de problemas de saúde que poderiam ser resolvidas na base, com prevenção.

Mas a deficiência ou ausência de vários serviços públicos como o saneamento básico vem causando doenças que são típicas de países menos desenvolvidos, doenças como a diarreia, doença esta que é muito presente na região por falta de esgoto e má qualidade da água potável; não bastando isso temos que conviver com o trabalho precoce destes jovens, que desestimulam os mesmos e causam a evasão da escola, prejudicando seu desenvolvimento intelectual além de retardar o desenvolvimento físico por estes trabalhos serem em sua maioria braçais.

Além do acesso precário a cultura e lazer adequado para o desenvolvimento destes jovens, que muitas vezes por não terem acesso facilitado a tal universo lúdico, envolvem-se no mundo das drogas lícitas e ilícitas, sendo este mundo o único a proporcionar

¹⁴ Princípio organizacional segundo o qual um sistema pode atingir um estado final igual com origem em condições iniciais distintas e por meio de diversas formas e meios de desenvolvimento

entretenimento para a juventude. Mas sendo este cenário de inclusão no mundo das drogas, sinais claros de desequilíbrio emocional causado justamente pela falta de uma perspectiva de futuro e um presente com pouca alternativa para se desenvolver integralmente, ou seja, há a necessidade de se ofertar em sua integralidade as políticas públicas para a população jovem do Marajó para assim, evitar na base este aumento gradual do adoecimento desta população em uma sociedade que cada vez mais vem exigindo muitas competências deste jovem, mesmo não assegurando condições adequadas para desenvolver tais competências.

E para finalizar, pontuar que nossa discussão veio no sentido de questionar e provocar discussões na comunidade marajoara, na academia e no poder público, sobre a maneira como o sistema de “garantia de cidadania”, podemos dizer assim vem sendo garantida para que não tenhamos uma juventude adoecida, mas sim uma juventude promissora.

REFERÊNCIAS

AULETE, C. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL, **LEI Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Art. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080. Acesso em: 30 jan. 2021.

BÓLLA, K. D. S. **Perspectivas da visão transdisciplinar holística e UNESCO**. Disponível em: <http://www.repositorio.unesc.net> > Acesso em: 30 jan. 2021.

BOSATO, I. R. H. **Desenvolvimento de metodologia adequada à disciplina de biologia, que permite uma diminuição da visão fragmentada do saber e contemple uma visão mais integrada e holística**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufsc.br/xmlui/handle> Acesso em: 30 jan. 2021.

CHADE, J. **Proporção de gastos públicos com saúde no Brasil ainda é inferior a 81 países**. 2020. Disponível em: <http://www.noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. Editora Ática. – São Paulo – SP. 1997.

COUTINHO, A. N. Q. **Condições de saneamento e incidência de doença diarreica aguda em quatro municípios do arquipélago Marajoara – Pará no ano de 2012**. Aurileide

Noronha Queiros Coutinho, 2013. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-graduação em biologia de agentes infecciosos e parasitários, Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará, 2013. Disponível em: <http://www.ppgbaip.propesp.ufpa.br> . Acesso em: 30 jan. 2021.

COUTINHO, A. N. Q., Equifinalidade – **Wikcionário**. Disponível em: <http://www.pt.wiktionary.org/wiki/equifinalidade>. Acesso em: 30 jan. 2021.

JUNIOR, S. M. **Fator amazônico e cultura política na gestão do SUAS**: as influências no processo de consolidação do SUAS no Estado do Pará. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/29508/17744>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LEMLE, M. **Fator amazônico** - Centro Colaborador OMS. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=374&sid=13>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LIMA, V.M. et al. **O desafio da saúde pública em pequenas cidades da Amazônia**: um estudo de ponta de pedras, ilha do Marajó – Pará, 2012. Disponível em: <http://www.revista.univap.br/revistaunivap/article/download>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MATTOS, A. N. **O livro Urgente da Política Brasileira**: Um guia para entender a política e o Estado no Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.smashwords.com/book/view/655292>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Importância da Geografia"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/importancia-geografia.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SANTANA, E. **Holismo e Filosofia Holística | Educa Mais Brasil**. Disponível em: <http://www.educamaisbrasil.com.br/.../Filosofia>. Acesso em: 15 abr. 2019.

TEIXEIRA, E. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. **Rev. Esc. Enf. USP**, v.30, n.2, p. 286-90, ago. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reusp> Acesso em: 23 jan. 2021.

6

A defensoria pública e a defesa das juventudes

Guilherme Israel Kochi Silva

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA E O REGIME CONSTITUCIONAL

A Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.

Essa é a definição constitucional da Defensoria Pública, disposta no art. 134, *caput*, da Constituição Federal. Tal definição, contudo, abarca diversos conceitos, como função jurisdicional, regime democrático e promoção de direitos humanos, que merecem detida atenção, especialmente se formos destacar essas funções no âmbito da proteção da juventude, ou melhor, das juventudes. Tais conceitos serão abordados, separadamente, nos próximos tópicos.

O caráter plural das juventudes indica que estas não guardam homogeneidade entre si, que não é um único corpo formado por indivíduos iguais, mas uma categoria de pessoas rica em costumes, gostos, interesses, inteligências e tantos outros caracteres distintos. Mas também significa que as juventudes são desiguais em aspectos econômicos, de acesso a direitos e de exercício da cidadania, apenas para citar alguns.

2 A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E A DEFENSORIA PÚBLICA

A pluralidade ideológica, política e organizacional, verificável na juventude e também na sociedade em geral, é extremamente saudável em uma democracia, mas que não se pode verificar se as desigualdades sociais forem tamanhas, a ponto de impedirem o exercício daqueles direitos.

Neste sentido, a Constituição Federal, em seu art. 3º, estabelece:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
(...)

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

A Defensoria Pública também tem como objetivo, segundo o que consta no art. 3º-A, I, da Lei Complementar 80/94 (Lei Orgânica Nacional das Defensorias Públicas), a redução das desigualdades sociais. Estão ambas, Defensoria e Constituição, portanto, em plena sintonia. Uma não se sustenta sem a outra.

A desigualdade social, para que possa ser combatida e reduzida, precisa ser, antes, compreendida em seus diversos aspectos, das causas que a elevam e sustentam, às consequências que dela decorrem.

Diversos estudos mostram a evolução das desigualdades sociais no mundo, cabendo destacar valiosas lições daquele realizado por Thomas Piketty.

Uma análise das diferenças salariais entre os 10% mais bem pagos e os 10% menos bem pagos, em diversos países, entre os anos de 1970 e 1990 é crucial para compreender-se o problema.

Nos EUA, por exemplo, em 1970 a diferença entre o salário médio dos 10% mais bem pagos e dos 10% menos bem remunerados era de 3,2 vezes. Em 1980 passou a 3,8 e, em 1990 para 4,5.¹⁵ No Reino Unido, a diferença, em 1970 era de 2,5, em 1980, de 2,6 e em 1990, de 3,3.

Em todos os demais países nos quais foi feita essa análise, Alemanha, Itália, Japão, Suécia e França, ou a desigualdade salarial entre as frações da população mencionadas manteve-se estável, ou reduziu insignificamente.

Ainda assim, segundo o próprio autor, é preciso considerar-se que, desde os anos 1970, diversos países ocidentais passaram a adotar sistemas de tributações progressivas e de transferência de rendas, o que pode ter contribuído para a estabilização ou leve diminuição nas diferenças de rendas na população.

No Brasil, embora não haja um estudo tão profundo e que abranja um período tão significativo quanto o realizado por Piketty – pelo menos quanto aos que conseguimos localizar, é possível verificar-se as mesmas tendências internacionais.

Uma análise realizada por Sérgio Wulff Gobetti (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea) e Rodrigo Octávio Oraira (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

¹⁵ PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. Versão e-book da Amazon. Posição 371.

e International Policy Centre for Inclusive Growth – IPC-IG), intitulada “Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas”, a partir de dados disponibilizados pela Receita Federal, demonstra que a renda no Brasil também tende a se concentrar, cada vez mais, sob o domínio de uma parcela decrescente da população. Segundo os autores, o décimo mais rico concentra cerca de metade da renda nacional, sendo que apenas o meio milésimo (0,0005) mais rico detém cerca de 8,5% de toda a renda nacional.¹⁶

Segundo a posição liberal de direita, “só as forças do mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade possibilitam no longo prazo uma melhora efetiva da renda e das condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos”.¹⁷

De outro lado, segundo a tradicional posição de esquerda, “herdada dos teóricos socialistas do século XIX e da prática sindical, [...] somente as lutas sociais e políticas são capazes de atenuar a miséria dos menos favorecidos produzida pelo sistema capitalista”.¹⁸

Os estudos mostrados acima são suficientes para se chegar à conclusão de que somente as forças do mercado não são capazes de promover a redução das desigualdades sociais. O aumento das desigualdades sociais em países direcionados pelas leis do mercado indica que estas não diminuem a distância social entre os mais pobres e os mais ricos, tornando, na realidade, mais distantes e sólidos os estratos sociais.

Ainda que a integralidade da população tivesse acesso a todos os direitos considerados básicos para uma vida digna (educação, saúde, moradia, alimentação, lazer, segurança etc), a existência de enormes desigualdades sociais e a massiva concentração de renda em parcela ínfima da população acabaria sempre por prejudicar os mais pobres, acentuando sua condição e incrementando o ciclo vicioso.

Segundo Galeano, “Nos Estados Unidos, o mapa ecológico é também um mapa racial. As fábricas que mais contaminam e os lixões mais perigosos estão situados nos bolsões de pobreza onde vivem os negros, os índios e a população de origem latino-americana”.¹⁹

¹⁶ International Policy Centre for Inclusive Growth. Disponível em: https://ipcig.org/pub/port/WP136PT_Tributacao_e_distribuicao_da_renda_no_Brasil_novas_evidencias_a_partir_das_declaracoes_tributarias_das_pessoas.pdf. Pesquisa em 30 de julho de 2019, às 20:43.

¹⁷ PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. Versão e-book da Amazon. Posição 88.

¹⁸ Idem. Posição 91.

¹⁹ GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar. Versão digital do livro pela Amazon. Posição 3336.

Lá, país-modelo do sistema capitalista, a maior parte da população pobre tem acesso a direitos básicos, como moradia e educação, mas nem por isso está imune aos conflitos de classes.

Pouco a pouco, o capitalismo se tornou muito mais do que uma doutrina econômica. Hoje engloba uma ética – um conjunto de ensinamentos sobre como as pessoas devem se comportar, educar seus filhos e até mesmo pensar. Sua doutrina fundamental é que o crescimento econômico é o bem supremo, ou pelo menos uma via para o bem supremo, porque a justiça, a liberdade e até mesmo a felicidade dependem do crescimento econômico.²⁰

Para nos valermos de exemplos locais, os recentes crimes ambientais ocorridos em Minas Gerais, nas cidades de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), provocados pelo uso insustentável dos recursos naturais, afetaram indiscutivelmente os mais pobres, que viviam nas proximidades das mineradoras e que dependiam, direta ou indiretamente, dos rios contaminados para a sua sobrevivência.

A construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira-PA, também segue a mesma lógica de degradação ambiental e social seletiva. O relatório apresentado pelo Ministério Público Federal, após Vistoria Interinstitucional realizada na Volta Grande do Xingu, na qual participaram, dentre outros, a Defensoria Pública do Estado do Pará, o Ministério Público do Estado do Pará, a Defensoria Pública da União, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Fundo de Populações das Nações Unidas (ONU), a Embaixada da União Europeia no Brasil (EUR), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Ambientais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Movimento Xingu Vivo para Sempre, além de professores e pesquisadores, chegou a conclusões estarrecedoras.²¹

Segundo o relatório, para a construção da usina foi necessário o desvio de 80% do curso da água do rio para alimentação das turbinas, afetando as comunidades locais, pertencentes a povos tradicionais, como ribeirinhos, pescadores artesanais, pequenos produtores de farinha, extrativistas, indígenas. Sem fonte de seu sustento e sobrevivência e ilhados pela impossibilidade de locomoção, as populações locais viram-se suprimidas de dignidade tão somente para a construção de um empreendimento que serviria para abastecer

²⁰ HARARI, Yuval Noah. Sapiens, uma breve história da humanidade. Versão e-book pela Amazon, posição 5673.

²¹ Ministério Público Federal. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/Relatorio_VGX_2019.pdf. Pesquisado em 30 de julho de 2019, às 22:21 horas.

uma demanda crescente por consumo de bens e serviços variados, a milhares de quilômetros dali.

Todos os afetados são potenciais usuários dos serviços prestados pela Defensoria Pública. Além de ser a população mais pobre a que é mais desgraçada pelas catástrofes ambientais, a grande influência política que alguns setores da economia exercem na formulação de leis e de políticas públicas, evidenciada pela grande concentração de riquezas em seu poder, também desfavorece os menos abastados.

Em uma sociedade na qual quase tudo é comercializado, ter dinheiro significa poder. Combater a pobreza e garantir acesso aos direitos mais básicos a todos é medida extremamente necessária, mas também é preciso reduzir as desigualdades sociais e afastar os sistemas que permitem a sua manutenção.

3 DESIGUALDADES SOCIAIS E DEMOCRACIA

Aqui, chegamos ao nosso segundo problema: a limitação da atuação da Defensoria Pública e do sistema jurisdicional como um todo, da produção legislativa do Estado (em sentido amplo) e da Constituição em vigor.

Nossa Constituição (Art. 170, *caput* e incisos II e IV), em uma confusa miscelânea, estabelece a livre iniciativa como base para a ordem econômica, pautada pelos princípios da propriedade privada e da livre concorrência, mas também guiada pelos “ditames da justiça social”.

Tais previsões são rasas e envoltas em hipocrisia, ou estão ultrapassadas e merecem ser revistas? Como atuar pela redução das desigualdades sociais dentro de um sistema constitucional que abraça um modelo que, empiricamente, mostrou-se ser um catalizador das injustiças sociais?

A diferença no poder aquisitivo por parte da população e a crescente concentração de riquezas torna bens e direitos desigualmente acessíveis e acaba, em um ciclo vicioso, acentuando as desigualdades e injustiça sociais. Ainda que neste caminhar, mais pessoas tenham tido acesso há mais direitos básicos, como moradia, alimentação, trabalho.

As desigualdades sociais são fatores essenciais na análise da democracia e do exercício da cidadania. Os setores econômicos poderosos – como os setores do agronegócio e da mineração – ditam as políticas que serão adotadas no país. Não para promover o bem

comum, não para melhorar a qualidade de vida da população, mas para satisfazer seus interesses pessoais de acumulação de riquezas e de crescimento econômico infinito.

A falta de representatividade das camadas mais pobres em setores políticos estratégicos impede que seus direitos sejam promovidos e alcançados. Em um modelo político e social pautado no crescimento econômico, qual o poder que as juventudes podem representar? Como as juventudes podem se fazer representar politicamente, se não detém o poder econômico?

Enquanto a nossa democracia estiver subordinada a um sistema econômico de acumulação e concentração de riquezas, não alcançará a todos. As políticas públicas irão sempre atender aos interesses dos economicamente poderosos e seus simpatizantes. Vez ou outra haverá concessões às camadas mais pobres ou vulneráveis. Mas não nos enganemos, elas servirão apenas para manter as estruturas de poder estabelecidas. Se para isso for necessário, uma concessão, aqui ou ali, que assim seja.

4 A DEFENSORIA PÚBLICA E O COMBATE COTIDIANO ÀS VIOLÊNCIAS COMETIDAS CONTRA A JUVENTUDE

A necessidade de alteração nas dinâmicas de poder mostra-se presente tanto nas macroestruturas (como acima mencionado), quanto nas microestruturas sociais.

O combate às desigualdades sociais nas juventudes também implica o enfrentamento diário ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo e tantas outras formas de discriminação que limitam o exercício de direitos e a dignidade de tantos jovens.

Neste aspecto, compreender a interseccionalidade entre tais conflitos é fundamental para se buscar uma resolução global, e não apenas pontual, das violências sofridas e cometidas contra as nossas juventudes.

A Defensoria atende cotidianamente mães jovens e solteiras que buscam o pagamento da pensão alimentícia pelos pais omissos em seus deveres, não apenas legais, mas também morais. Além dos deveres do pai e da mãe de proverem os recursos materiais necessários ao desenvolvimento dos filhos, estão os deveres de darem afeto, amor, carinho, educação.

Um atendimento aparentemente trivial mostra-se extremamente complexo, se analisadas todas as suas implicações. Por trás da ausência paterna está o sistema patriarcal e o machismo, que insistem em atribuir funções sociais específicas ao homem e à mulher,

limitando esta aos afazeres domésticos e à maternidade e àquele, apenas as obrigações de sustento material familiar, livrando-os de qualquer dever sob o aspecto moral e afetivo.

Como consequência, mulheres jovens também se veem afastadas de seus direitos à educação – já que muitas são obrigadas a abandonar os estudos para cuidar de seus filhos – e ao trabalho, por exemplo, sem falar nas implicações psicológicas, na redução do convívio social, do lazer e da busca por relacionamentos afetivos.

Em outras palavras, o não pagamento de pensão alimentícia implica na violação de diversos outros direitos das mulheres e das crianças, como educação, trabalho, lazer, afeto, saúde e tantos outros.

Limitar o atendimento àquela pessoa, que busca a satisfação de um interesse particular, a uma prestação jurídica meramente individual, não contribui para a necessária transformação da sociedade, em busca da redução das desigualdades sociais.

Há a necessidade de, ao lado do atendimento aos interesses individuais, como o exposto acima, buscar enfrentar as estruturas que permitem tais violações.

Debate recente também tem ganhado força nas Defensorias nacionais, em que se discutem os limites constitucionais para a defesa de pessoas acusadas (em sua maioria, jovens negros e periféricos) de crimes cometidos no âmbito da violência doméstica.

Isto porque, muitas defesas seguem uma estratégia machista de atribuir culpabilidade à vítima mulher, seja por algum comportamento seu, seja pelo seu modo de ser. Como se qualquer conduta pudesse justificar a violação de direitos.

O debate é complexo e tem encontrado muita resistência, especialmente sob o fundamento de que o direito penal é também racista e seletivo, atingindo desproporcionalmente jovens negros e periféricos. Neste sentido, segundo defendem, qualquer argumentação seria válida na tentativa de buscar reduzir o punitivismo exacerbado e as duras consequências de uma condenação criminal, ainda que tais defesas impliquem na violação de outros direitos, como o das mulheres.

Contudo, dada à complexidade do tema, já que envolve diversas violações a direitos, que se interligam e se complementam a análise não pode se limitar a apenas um aspecto, no caso, o enfrentamento ao punitivismo e ao sistema penal.

Ao se permitir que argumentos que violem direitos das mulheres sejam utilizados para livrar uma pessoa de uma condenação criminal, mantém-se um sistema que se retroalimenta de violações a direitos.

Os direitos humanos são indissociáveis entre si, são interdependentes, e devem servir como baliza e direção para todo o nosso sistema. Violar direitos humanos, ainda que sob o pretexto de proteger outros, é uma contradição sistêmica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Defensoria Pública é instituição essencial à proteção de direitos das crianças, adolescentes e jovens de nosso país, em especial de uma região tão rica, mas ao mesmo tempo tão fragilizada como o Marajó.

A proteção à juventude implica no enfrentamento às desigualdades sociais e na correta compreensão das suas causas e consequências. A Constituição Federal, ao mesmo tempo em que prevê a necessidade de se buscar justiça social, também garante um sistema econômico que acirra conflitos e aumenta as desigualdades sociais.

As contradições sistêmicas são enormes e dão uma ideia acerca da complexidade do tema. Tais desigualdades sociais também estão diretamente ligadas ao exercício da cidadania e, conseqüentemente, à solidez do regime democrático. Isto porque, o poder econômico está intimamente ligado ao exercício do poder político. Quanto mais precárias as condições materiais do indivíduo, menor a sua capacidade de influenciar o poder político e, portanto, menor a sua representatividade.

As desigualdades, que afetam tanto as macrorrelações de poder, quanto as microrrelações, devem ser cotidianamente combatidas, contínua e progressivamente. Direitos individuais devem ser analisados ao lado das estruturas que os amparam, mas também os violam.

Buscar alterar estruturas de poder que promovam desigualdades e injustiças sociais é dever constitucional, legal e ético da Defensoria Pública, mas que também devem, ou deveriam, ser o norte de atuação para todas as demais instituições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Público Federal. http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/Relatorio_VGX_2019.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019, às 22:21 horas.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**. Versão e-book da Amazon.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens, uma breve história da humanidade**. Versão e-book pela Amazon, International Policy Centre for Inclusive Growth. https://ipcig.org/pub/port/WP136PT_Tributacao_e_distribuicao_da_renda_no_Brasil_novas_evidencias_a_partir_das_declaracoes_tributarias_das_pessoas.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019, às 20:43.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Versão e-book da Amazon.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2013.

7

Políticas de estado e as juventudes dos territórios marajoaras: ações e demandas da Gerência de Promoção dos Direitos da Juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/SEJUDH

Flávio Moreira de Paula

1 INTRODUÇÃO

No dia 02/03/2021, a Gerência de Promoção dos Direitos da Juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará foi convidada a participar de um Webnário promovido pelo Programa de Extensão, Trabalho, Organização social e Formação com as Juventudes dos Territórios rurais da Amazônia Marajoara. Programa esse vinculado ao grupo de estudo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Arqueologia na Amazônia Marajoara (GEPEAMA) da Universidade Federal do Pará, e que também contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado e Assistência Social e do Sindicato dos Trabalhadores e Educação Pública do Estado do Pará do município de Portel, o tema foi “**Políticas de Estado e as juventudes dos Territórios Marajoaras**” mediados pela professora Bianca Nascimento, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Vale antes de adentrarmos no debate que se deu localizar a região marajoara dentro do espaço geográfico paraense e brasileiro. O Arquipélago do Marajó está localizado ao norte do Estado do Pará, banhado pelo Rio Amazonas, Rio Tocantins e pelo Oceano Atlântico, sua extensão é de aproximadamente 50.000 Km² e a população de 525.347.000 habitantes, o clima é quente úmido com temperatura média de 30 graus. Os municípios que compõem o arquipélago são Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, S. Sebastião da Boa Vista e Soure. Segundo dados da Fapespa-2016.

Por muito tempo cidades do Marajó figuraram entre os piores índices de desenvolvimento humano dos Pais, um exemplo disso foi o município de Melgaço, segundo reportagem da folha de São Paulo de 12/08/2013 em uma escala 01 a nota obtida foi de 0,418.

Reportagem do Estado de São Paulo de 01/08/2016 verifica-se que os municípios marajoaras continuam com o pior índice do Brasil. Além de Melgaço, outros municípios aparecem dividindo o ranque de pior índice como é o caso de Chaves na 6º colocação e Bagre 8º posição. Nota-se que entre os 10 municípios com piores índices de desenvolvimento humano do País, três estavam localizadas na região marajoara.

Esses índices advém de um processo histórico de exploração e descaso com a região desde séculos atrás, a perpetuação de um ciclo vicioso de arrancar as riquezas naturais, fazer de sua gente central na exploração e coadjuvante na repartição dos bens produzidos fazem gerar uma realidade de vulnerabilidade social que milhares de pessoas de todas as idades se expõem ao vexame arcaico do sistema capitalista que não tem outra forma de lucrar ao não ser gerando a miserabilidade e dependência social do estado que se mostra ausente no seu papel de ofertar políticas públicas que desfaça minimamente os prejuízos causados a natureza marajoara, assim como ao seu povo.

Mas o escopo desse ensaio não diz respeito à situação caótica e a uma análise mais profunda da realidade marajoara, nossa intenção é tratar de um dos segmentos que também sofrem todas essas mazelas e desrespeitos aos direitos humanos causados pela falta de infraestrutura e serviços essenciais para o bem viver. Abordamos na nossa fala a situação das juventudes marajoaras, e como o estado tem que intervir para que direitos garantidos na constituição de 1988 e no estatuto da juventude de lei 12.857/2013 possam ser garantidos, como bem traz em seus capítulos, *Direito a cidadania, á participação social e política e á representação juvenil, Direito a Educação, Direito a profissionalização, ao trabalho e a renda, Direito a diversidade e igualdade, Direito a Saúde, Direito a cultura, Direito a comunicação e liberdade de expressão, Direito ao desporto e lazer, Direito ao Território e a mobilidade, Direito a sustentabilidade e ao meio ambiente, Direito a segurança publica e ao acesso a justiça.*

2 JUVENTUDES E A GARANTIDA DE DIREITOS NO MARAJÓ: QUESTÕES BÁSICAS E O PAPEL DA SEJUDH

Todos os direitos mencionados acima passam a ser monitorados de perto a partir de novembro de 2020, que é quando assumimos a gerencia de promoção dos direitos da juventude, e temos tentado levar a cabo essa rubrica, visitando em lócus, ouvindo as necessidades das juventudes marajoaras, sendo elas as juventudes dos campos e das florestas.

Entendemos que as reais necessidades de transformação social nascem do seio das necessidades, por isso a importância do reconhecimento sendo apontado por quem vive a realidade.

Em nossas viagens pelos municípios marajoaras, (Bagre, Breves, Curralinho e Ponta de Pedras) encontramos realidades e necessidades distintas em todas as áreas, o que acaba gerando a vulnerabilidade e a falta de esperança e perspectiva de nossos jovens. Ouvimos apontamentos e reclamações desde o processo educacional, do acesso ao primeiro emprego, do acesso à cultura, lazer, esporte e saúde, demandas essas já citadas e garantidas no estatuto que rege os direitos da juventude. Logo o que se constata é que há uma violação grave desses direitos, e cabe ao estado procurar dirimir e no mínimo amenizar essas situações.

Por isso algumas políticas pensadas nessa gerencia para a juventude marajoara vem da sistematização das escutas realizadas em vários municípios do arquipélago, e em cima delas algumas proposições já estão em andamento, como por exemplo, o apoio à casa da juventude em Breves, que atendera jovens de toda a região que venham a estudar e que precise de apoio, assim como a mesma deva ser referencia nas denúncias e demanda dessas juventudes no acesso a políticas publica, a casa da juventude devera manter um diálogo permanente com prefeitura e estado na busca de propostas voltadas para todas as juventudes, campo e cidades da região. Entendemos que ainda é muito incipiente, mas já é um passo para delongarmos uma caminhada na busca dos direitos violados.

Temos cobrado dos municípios marajoaras, que se instituíaam conselhos municipais de juventudes, conforme prevê a lei do plano diretor dos municípios ou a própria legislação máxima que concebe ao jovem em seu Artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o direito a vida, á saúde, a alimentação á educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, crueldade e opressão. Os conselhos reconhecem a juventude pelo estado brasileiro, como grupo social com interesses e necessidades particulares. Ou seja, **o Jovem é um sujeito de direito.**

Reafirmamos a importância dos conselhos como instâncias de participação e interlocução da sociedade com o Estado no planejamento e na execução das políticas públicas. Além dos conselhos, faz-se necessário que os municípios tenham institucionalmente um espaço de referência para as juventudes, o ideal seria uma secretaria exclusiva para atender a demanda, sabendo da precariedade e geração de fundos econômicos municipais, entendemos a dificuldade da implantação da mesma, mas não há empecilho para a criação de

uma coordenadoria, diretoria ou até gerência que represente as juventudes. Pelos os nossos levantamentos, infelizmente são poucas prefeituras que têm espaços voltados para os jovens. Parabenizamos Ponta de Pedras que dá o exemplo tanto no Conselho Municipal de Juventude, sendo o primeiro município a instaurar um conselho juvenil no Marajó, e até agora o único, assim como uma coordenadoria atuante. Parabenizamos e incentivamos outros municípios, a exemplo de Bagre, Breves e Currealinho que começaram a se movimentar nesse sentido, frisamos que não é de competência da Gerência da juventude estadual criar esses espaços e muito menos os conselhos, mas nos cabe fomentar, incentivar e apoiar tais iniciativas.

Em nível estadual o Conselho Estadual de Juventude (COJUEPA) também começa a ganhar uma nova configuração, no momento passa por um processo de reestruturação com a convocação da sociedade civil a fim de compor a comissão eleitoral que delegara os 13 representantes regionais para as cadeiras. A intenção é que todas as 13 regiões integradas do estado e todos os segmentos de juventudes tenham representatividade no conselho estadual, inclusive com representação das juventudes marajoaras.

Em estado de diagnóstico ainda, nos cabe buscar todos os meios de pesquisas e fontes que possam nos trazer dados concretos das juventudes do Marajó, nesse sentido, a Gerência de juventude da SEJUDH ajudou a promover e a disseminar a pesquisa idealizada pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) intitulada “Juventudes e a Pandemia da Corona vírus 2º edição”. A mesma ocorreu entre os dias 24 de abril a 16 de maio e ouviu o total de 68.144 jovens de todo Brasil de 15 a 29 anos, a maior já realizada com o segmento juvenil nos Pais. O Pará teve uma grande participação superando a meta que era de 1.002 (mil e dois jovens) Jovens, chegando a 1882 jovens escutados no estado de todas as regiões, o que nos leva acreditar que teremos uma boa amostra da juventude marajoara. Já solicitamos ao CONJUVE a base de dados do Pará para que possamos em parcerias com universidades, institutos e etc. termos um real perfil de nossas juventudes, estratificando e tabulando por regiões e municípios, isso nos dará subsídios para a elaboração e construção de políticas e programas voltadas aos nossos jovens respeitando as especificidades regionais.

Em busca de melhorias e garantias de direitos, ajudamos a promover e difundir o curso juventude empreendedora 2.1, realizado pelo Besouro umas das empresas de maior referência no âmbito de cursos profissionalizantes na área de *marketing* e tecnologia. Difundimos para todas as juventudes do estado e já iniciamos um movimento paralelo de garantir junto ao governo do estado uma linha de crédito para os jovens que fizesse os cinco dias de curso e obtivessem o certificado.

Tivemos um bom número de inscritos no curso “juventudes Empreendedoras” chegando a 1300, mas também constatamos que a realidade de muitos jovens não permitia que ao menos se inscrevesse pela precariedade e faltam de internet, acessos remotos e pela própria proposta metodológica do curso em si. De qualquer forma a experiência foi valida, e essa nos fez pensar junto às juventudes o porquê de não criarmos no estado uma linha de crédito específica para essas juventudes empreendedoras, potencializar talentos e gerar oportunidades de emprego e renda, seja no âmbito individual como no âmbito coletivo.

A partir dessa necessidade que vem apontada pela própria pesquisa “juventudes e Pandemia” que mostrou uma tendência á redução dos independentes financeiramente e ao aumento dos totalmente dependentes, com elevadas parcelas desses jovens, em todas as faixas de idade, se declararam totalmente dependentes financeiramente, nos chama atenção que são 40% de jovens entre 18 e 24 anos, a titulo de comparação em 2020 eram 37% e 21% entre 25 e 29 anos (em 2020 era 14%) (CONJUVE, 2021). Apesar de serem dados nacionais, refletem muito da realidade de nossas juventudes paraense e especificamente marajoaras.

Nesse sentido é urgente que a empregabilidade, profissionalização e condições objetivas sejam ofertadas a esses jovens, para que possam emancipar-se economicamente e buscar no mínimo o básico para sua sobrevivência, que não é isso que queremos; queremos que esse seja capaz de produzir e reproduzir formas sustentáveis que gere avanços pessoais e coletivos para suas comunidades. Com esse intuito a Gerência de promoção das juventudes juntamente com a frente parlamentar da juventude que tem como presidente da comissão na Assembleia Legislativa do Estado o deputado Dirceu Tem Caten, foram buscar formas para atender nossa juventude no que tange a esse item tão importante e necessário na vida de nossos jovens e da população em geral.

O primeiro passo foi apontar para o governador a necessidade de se criar uma linha de credito especifica para o segmento juvenil que pudesse aos mesmos desenvolverem suas potencialidades e buscarem suas formas de subsistências, o governador entendeu essa necessidade e autorizou que abrissemos negociações com o banco do estado para que essa linha fosse criada. Fizemos a primeira reunião com a presidência e a diretoria do Banpará e encaminhamos uma linha de credito permanente para os jovens empreendedores de todo o estado. Então, o que inicialmente seria voltada apenas para as juventudes que tivessem realizado o curso, passa também a favorecer os demais cursos profissionalizantes que tenham a certificação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará, para uma linha de credito inicial no valor de até cinco mil reais, sendo essa renovável.

Nossa próxima demanda será propor um projeto de lei, para que esse direito seja não só uma política de governo, mas uma política de estado. E já iniciamos as tratativas e a construção do escopo desse produto com a proposta de que todas as juventudes possam ter a oportunidade de terem acesso a esse crédito depois de ter passado por um processo técnico que condiz com sua realidade. No Marajó que foi tema do nosso webnário, já iniciamos a conversa e escuta do que as juventudes precisam de quais cursos elas anseiam para poder colocar em prática seus talentos e representações. Ouvimos em algumas regiões que cursos de capitancias seriam muito bem vindos, uma vez que a região tem essa característica própria de rios e toda a vida econômica depende disso, ouvimos em outros municípios a necessidade de cursos pré-vestibulares que possam prepará-los para o ingresso em universidades públicas nos cursos desejados, e que não precisem sair de suas cidades para isso. Temos a juventude do campo que tem sua especificidade, e cursos voltados para a juventude urbana não seria o mesmo aplicado para esses.

O fato é que diante de uma juventude tão heterogênea, precisamos estudar formas que abrace e contemple todas as suas necessidades ou parte dessas necessidades, por isso uma proposta para a linha de crédito que estamos denominando “**Juventudes Empreendedoras-Pará**”, não tenha um único foco de atuação e centralização, mas que possa ter dentro do seu escopo as várias vertentes para apoiar desde as formas individuais de empreendedorismo, como as formas cooperativistas, associativas e com recorte de lugar e necessidades, por exemplo, quais as necessidades das juventudes quilombolas? Quais cursos e quem poderiam ofertá-los? Talvez até dentro da própria comunidade nós já tenhamos experiências que possam ser incentivadas e apoiadas através dos créditos, às juventudes indígenas, quais suas necessidades? Assim como a juventude camponesa e rural. Portanto, são vertentes e segmentos que tentaremos garantir dentro dessa linha de crédito que possa suprir as necessidades desses jovens.

Buscaremos propor também, que entidades que já atuam com essas juventudes, como universidades, institutos de pesquisas, possam ser referências para esses cursos, inclusive programas como esse da Universidade Federal do Pará. Ouvimos muito das juventudes o pedido de curso via SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR, e etc.. Podemos sim firmar parcerias com essas instituições que já tem um local de profissionalização e experiência dentro do mercado de trabalho, temos inclusive reuniões agendadas com esse sistema S. Mas isso não significa como já falado anteriormente, que esses sejam a única via de formação para nossos jovens e automaticamente sejam a única forma de acessar o crédito. Queremos e

vamos dialogar com as juventudes e com demais entidades aptas a fornecerem condições concretas de desenvolvimento para nossos jovens marajoaras.

Vale ressaltar que essa linha de crédito, não será a única maneira de enfrentarmos a questão do trabalho e da renda de nossos jovens, já temos projetos em andamento na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), que propõe que empresas que contratem nossos jovens venham a ter por parte do estado, uma compensação nos seus impostos, como já acontece com o jovem aprendiz, meu primeiro emprego, o primeiro ofício, a diferença dessa proposta é que os descontos sejam mais atrativos em seus impostos, e não haja restrição de idade e experiência.

Nos próximos dias sentaremos também com a SEASTER para casarmos as políticas da juventude que se encontram naquela secretaria, com as políticas de juventudes que também estamos a construir em nossa secretaria, juntar a assistência e a formação, acreditamos que seja uma das formas de da autonomia as nossas juventudes.

Além de pensar a empregabilidade e renda de nossos jovens marajoaras, um dos pontos que focamos com ênfase é a questão da saúde mental de nossas juventudes. Essa gerência foi solicitada no início do ano de 2021 para fazer um atendimento emergencial em Breves dado a gravidade da situação que se encontrava no município. De imediato, montamos uma equipe multiprofissional que contava com assistente social, psicólogas e técnicas da SEJUDH para nos deslocarmos até o município. Esse primeiro momento foi de escuta, de levantamentos e tomar par da situação. Passamos dois dias ouvindo jovens, assim como também ouvindo servidores da rede municipal de atendimento. Conversamos com secretarias/os, com o CAPS, e movimentos sociais, professores de universidades. Essa visita que chamamos de ação emergencial, gerou o relatório para que o estado e o município pudessem da uma devolutiva e atenuar os problemas.

Nesse relatório que esta disponível ao público, apontamos os principais problemas relatados pelo município, e os principais anseios trazidos pelas juventudes. Percebemos que só uma força conjunta, estado e município, poderia trazer algum êxito nessa questão. Como encaminhamentos, mandamos o relatório para a prefeitura municipal de Breves, e posteriormente para todos/as que estavam acompanhando o caso. De nossa parte fizemos varias reuniões Inter setoriais na secretaria e uma reunião de emergência com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), conversamos e apresentamos o relatório para mais de 10 coordenações de saúde, com foco e ênfase na coordenação de saúde mental. Com base em nossos relatos e, principalmente, no relatório produzido, tivemos algumas orientações da

SESPA, ao qual daremos continuidade e já temos datas marcadas para executá-las, uma das orientações foi que toda a equipe de PSS ou ASS, teria em tese as condições de fazerem, ou melhor, detectar qualquer problema nas famílias acompanhadas pelos agentes seja de cunho fisiológico ou psicológico. Portanto, se isso não esta ou estava acontecendo, seriam necessárias formações específicas para esse tema que caberia ao estado fazer, aos municípios, caberia à contratação de mais servidores para da conta da demanda que aumentava e se agravava principalmente no período pandêmico.

Retornamos ao município de Breves para cobrar dos entes municipais as demandas constatadas no relatório, observamos que algumas começaram a desenvolver, mas falta muito ainda a se fazer. Nessa visita fomos com a proposta de formação para praticamente todas as secretarias, inclusive enfatizando programas que já existem e que foram aderidos por todos os municípios do Pará como Programa Saúde na Escola (PSE), que é voltado exclusivamente para tratar de temas transversais com os estudantes, dentre eles a saúde mental. Encaminhamos por tanto formação dos 263 agentes de saúde, com todo o corpo funcional dos Centros de Referências em Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com servidores da secretaria de esporte lazer e cultura, com servidores da secretaria de educação, e com funcionários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O CAPS, aliás, que teve uma atenção especial de nossa parte por se tratar do único espaço que possa atender casos referentes à saúde mental, e não só do município de Breves, como também de outras regiões, foi colocado na reunião com a SESPA a possibilidade de ampliação para um CAPS nível três, ou até um CAPS, a pedido da coordenação do CAPS de Breves. Segundo a SESPA, há um quantitativo a ser alcançado para que se possa avançar com mais unidade e especialidades dos CAPS, tentaremos justificar que apesar de Breves não ter em si esse quantitativo, ele acaba sendo alcançado pelo numero de pessoas que vão de outras regiões para atendimento, o que acarreta uma grande demanda impossível de ser suprida. Esperamos que com a equipe que levaremos que contara, com dois conselheiros do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas do Pará (CONED), um médico especializado em CAPS, uma terapeuta ocupacional, uma psicóloga e uma assistente social, possamos reforçar junto a SESPA a necessidade de mais condições humanas e estruturais para o CAPS do município.

Vale destacarmos que essa questão do adoecimento mental de nossas juventudes, não é uma particularidade só de Breves, temos recebido muitas outras demandas de municípios do Marajó como um todo, e essa tendência vem a se confirma com a pesquisa “Juventudes e Pandemias 2º edição” segundo a pesquisa, a pesquisa em 2020, a tendência a sentimentos

negativos marcou a questão da saúde mental como tema prioritário entre os jovens. Mais de um ano após o início da pandemia, seis a cada 10 jovens relatam ansiedade e uso exagerado de redes sociais; cinco a cada 10 sentem exaustão ou cansaço constante; e quatro a cada 10 tem insônia ou tiveram distúrbios de peso. Todas essas situações são ainda mais relatadas entre as mulheres segundo a pesquisa. Isso mostra o impacto na vida emocional da pandemia na vida de nossos jovens, outro dado preocupante é de um a cada 10 jovens admitem que um desses impactos da pandemia em suas vidas são pensamentos suicidas ou de automutilação, sendo esse número ainda maior na faixa de 15 a 17 anos.

Tudo isso nos leva a pensar elaboradamente um programa estadual que possa dar resposta às essas demandas, pois o próprio estado garante por meio da Lei N° 9. 258, de 15 de abril de 2021 a notificação compulsória nos casos de violência autoprovocadas, incluindo tentativas de suicídios e automutilação e estabelece acompanhamento e formação para os agentes da rede. Para a Gerência da juventude, Breves deve servir como ação piloto nesse sentido, a depender dos resultados, poderá instituir um programa Psicoeducacional com uma equipe multiprofissional e especializada para atendermos exclusivamente esses casos no estado. Destacamos também que há tramitando na assembleia legislativa do Pará um projeto do deputado presidente da comissão parlamentar de juventude, intitulado S.O. S JUVENTUDE onde prevê um atendimento especializado através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para casos desse tipo.

Para nós da Gestão estadual de juventude é central esse tema e o melhoramento da saúde mental de nossos jovens. Uma vez que não há direito maior a ser respeitado do que o direito a vida, e a vida de nossos jovens importa, pois eles não serão só o futuro já é o presente, aliás, estão sendo. Jogar a responsabilidade do futuro em suas costas pode inviabilizá-los no presente e gerar toda essa carga emocional ao qual estamos agora. Portanto, nos cabe, tecer Esperança e mostrar a eles/as o mundo de possibilidades que os aguarda e cada vez mais valorizar suas potencialidades, ouvi-los, senti-los na essência para que a remanescência seja algo vital e não opcional, que seu protagonismo seja evidenciado, e cada vez mais atuado. É necessário, portanto, observar nossos jovens, ainda mais numa região com tão poucos recursos e falta de perspectiva como o Marajó. Mas, essas são suas casas, e tudo pode se transformar pelas mesmas mãos e bocas, que apontam e falam dos problemas, e o estado deve ser cobrado incessantemente para que tudo isso aconteça.

Trouxemos em nossa fala também a importância do protagonismo juvenil em toda a história da humanidade, pois não há um movimento de transformação social que não tenha

sido protagonizado por jovens, a título de exemplo somente no Brasil, vamos buscar lá no século XIX, jovens abolicionistas que foram de extrema importância na defesa dos escravos contribuindo com muitos em fugas em massas dos negros dos engenhos (CACCIA-BAVA, 2004). Na década de 60, o movimento estudantil (ME), como resultado da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi ferrenho na luta contra a ditadura militar e teve relevante atuação. Sem falar na organização da juventude católica nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

No ano de 1992 os caras pintados ocuparam as ruas exigindo o imediato impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Mais recentemente, em junho de 2013, eclodiram grandes movimentos no Brasil, quando centenas de milhares de jovens ocuparam as vias públicas, num veemente protesto contra o atual modelo político. Aqui no Pará, foi incisiva a participação das juventudes no movimento que ficou conhecido como Cabanagem, uma revolta que ocorreu entre 1835-1840 (RICCI, 2006).

Todos esses exemplos trazem a importância política das juventudes nos rumos da história, e negar isso e renegar a própria história como foi realizada. Nesse sentido o intuito dessa gerência não é propor de cima para baixo o que as juventudes devem ser ou fazer, mas resgatar e potencializar essa força num tripé que traz a organização, formação e luta. Organizar-se em torno de suas pautas, unir-se pelos seus direitos, ao tempo que estudam entendam, compreendem a complexidade das relações em um estado burguês, e organizadas, entendidas e conscientes, lutarem para que não sejam inibidos ou invisibilidades de todos os espaços e processos sociais, principalmente no que tange a garantia de seus direitos.

É preciso puxar a corda e cobrar dos governos em todas as suas instâncias as políticas de acesso aos direitos e dignidades humanas, pensar, propor e assegurar que suas necessidades sejam garantidas. No atual momento temos um cenário nacional que não é propício para as políticas das juventudes brasileiras, mas os poucos programas que existem na Secretaria Nacional de Juventude e no Sistema Nacional de Juventude precisam chegar a todos os cantos do Brasil e, principalmente, ao Marajó, um exemplo disso traremos com um programa que foi fruto de muitas lutas das juventudes, e que hoje por falta de informação ou desestimulação compulsória nossos jovens paraenses não acessam, O ID JOVEM.

2.1 O Programa Identidade Jovem: qual sua importância no Marajó?

O programa Identidade Jovem implementado depois de muita luta e cobrança das juventudes, na década de 2010, foi instituído pelo estatuto da juventude de lei nº 12.852/2013

e regulamentado pelo decreto 8.537/ de 2015. Esse programa possibilita ao jovem de baixa renda o acesso a diversos benefícios como o de meio entrada eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto em no transporte coletivo interestadual e 50% no intermunicipal. Infelizmente o Pará figura com um dos piores estados em termos de adesão a esse programa. Vejamos os dados do Marajó.

Quadro 1 – Adesão dos municípios marajoaras ao ID Jovem

Municípios	Potenciais beneficiários	Ids jovens geradas	Ids jovens ativas
Afuá	6.160 jovens	160	29
Anajás	4.982 jovens	28	2
Bagre	4.376 jovens	23	4
Breves	14.390 jovens	145	15
Cachoeira do Arari	3.068 jovens	82	11

Continua

Chaves	3.177 jovens	16	3
Currálinho	7.617 jovens	32	5
Gurupá	9.021 jovens	46	10
Melgaço	5.186 jovens	42	7
Muaná	6.269 jovens	54	13
Ponta de Pedras	4.678 jovens	53	10
Portel	8.076 jovens	510	30
Salvaterra	4.129 jovens	148	19
Santa Cruz do Arari	1.539 jovens	31	6
São Sebastião da Boa Vista	5.221 jovens	47	8
Soure	4.231 jovens	141	24

Fonte: Secretaria Nacional de Juventude, 2021.

Esses dados dos 16 municípios do Marajó nos mostram como esse programa que poderia contribuir muito, no lazer, no esporte, na cultura, no transporte dos jovens marajoaras, ainda é pouco utilizado. Ouvimos muito das juventudes marajoaras de que o ID JOVEM, não

se aplica para eles, pois o acesso à cultura, ao lazer, a eventos artísticos e esportivos, não existem no arquipélago. E para que pudessem ter o acesso aos benefícios, os jovens teriam que se deslocarem até a capital, eles alegam ainda que as embarcações, meio mais comum na região de transporte, não aceitam os descontos previstos no decreto. O que costumamos dizer é que é importante se obter o ID JOVEM, mesmo que os municípios não ofereçam tais serviços de entretenimento, isso inclusive, pode gerar pautas reivindicatórias e pressão sobre os governos para que esses serviços garantidos no estatuto da juventude possam ser respeitados, e aos poucos ir gerando a demanda nas áreas que são contempladas pelo o ID JOVEM. Pois, o ID JOVEM não garante somente “descontos” mais também a liberdade de criação e recriação aos acessos de bens e serviços culturais e a participação nas decisões políticas. Quanto à negação de empresas de transporte, o jovem deve persistir e denunciar, e exigirem das empresas que emitam um documento contendo data e hora, local e motivo da recusa, com esse documento em mãos o jovem pode se deslocar e registrar a reclamação em um posto de atendimento da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANNTT) Ou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Também é possível registrar a denuncia pelo numero 166, no e-mail ouvidoria@antt.com.br ou no WhatsApp das agência (61) 99688-4306. Vale destacar que o ID JOVEM dá direito a duas passagens gratuitas interestadual, duas passagens de 50% interestadual e 50% de desconto nas intermunicipais. Já tramita na ALEPA um projeto de lei que visa garantir também ao jovem a gratuidade nos transportes intermunicipais, já que no atual momento essas são apenas para as interestaduais. A Gerência da Juventude pretende fazer uma ampla divulgação o ID JOVEM nos próximos meses, para que nossos jovens tenham acesso a esse direito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir nossa participação nesse webnário que está dentro de um programa tão importante que discute a vida do jovem rural do Marajó, não poderia deixar de fazer aos apontamentos devidos a essa questão do jovem campesino. Um dos grandes gargalhos para nossas juventudes é a questão do acesso a serviço e, principalmente, a educação. Levantamento com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica confirma que foram **fechadas** quase 80 mil **escolas** no **campo** brasileiro entre 1997 e 2018, somando quase

4 mil **escolas fechadas** por ano. Um número alarmante que demonstra um projeto de desincentivo a permanência das nossas juventudes em suas comunidades, ou a intencionalidade de mantê-los alheios a conjuntura social do seu País.

A realidade dos jovens marajoaras vem sendo estudada a partir da percepção da educação no campo que se deu na década de 90 segundo Caetano (2017), a partir de autores como: Hage (2005); Barros, et al. (2010); Arroyo, Caldart e Molina (2009); Oliveira (2008), entre outros. Como resultado, demonstra-se o contexto em que se encontra a Educação do Campo no Pará, bem como a realidade de escolas com classes multisseriadas/multianos na região da Amazônia Marajoara e a caracterização de uma escola ribeirinha que possui turmas com essa modalidade de ensino. Evidenciou-se ainda, que apesar de terem iniciado estudos e publicações sobre essa temática, no entanto, faz-se necessário elevar o número de pesquisas e investimentos nessa área, mais ainda quando se trata de classes multisseriadas/multianos, que são realidades presentes em praticamente todo o Estado e são vistas como única opção em muitas comunidades da região.

Nesse sentido se faz necessário se olhar para a violação desses direitos contra as juventudes camponesas do Marajó, primeiro a luta pela permanência e abertura de mais escolas nas áreas interioranas, segundo para que o currículo não seja para o campo, mas do campo, a realidade vivenciada pelos jovens camponeses precisam estar presentes nas matrizes/programas curriculares e serem juntamente com as demais disciplinas fonte de formação, apreensão e desenvolvimento cognitivo e intelectual. Não obstante a matemática o português, esteja também presente os rios, as florestas, os campos e etc.

As juventudes rurais e camponesas terão uma atenção especial de nossa parte no que tange a sua formação enquanto indivíduo e seu reconhecimento enquanto sujeito histórico, produtor e reproduzidor do conhecimento, lutaremos pela garantia de subsistência, de qualidade de vida, de acesso a direitos como a educação e formas de permanência livre e escolhida desses jovens em suas comunidades.

Essa Gerência de Promoção dos Direitos das Juventudes do Estado do Pará estará sempre aberta ao diálogo, a escuta e as sugestões das juventudes do Marajó, visará contribuir com sua emancipação; estará atenta às violações contra esses sujeitos. Mesmo dentro das limitações de uma estrutura que independe de nós, faremos o possível e até o impossível para que o protagonismo juvenil apareça e cresça cada vez mais.

Agradecemos o convite e nos colocamos a disposição da Universidade Federal do Pará somar na garantia dos direitos dos povos marajoaras.

REFERENCIAS

CAETANO, Viviane Nunes da Silva. Educação do campo no Pará e a realidade das classes multisseriadas/multianos no Marajó. **Revista IHGP**, 2017.

OLIVEIRA, Raquel Correia de. A juventude marajoara: indicadores de perpetuação do ciclo da vulnerabilidade social entre os jovens do município de Breves/Marajó-pa. *In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/23280-Texto%20do%20artigo-67411-1-10-20190120%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/23280-Texto%20do%20artigo-67411-1-10-20190120%20(4).pdf). 20 nov. 2020.

CACCIA-BAVA, Augusto. **Tecnologia social e desenvolvimento**. São José dos Campos: Escrituras, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12. 852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Relatório ID JOVEM**, 2021. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/relatorio-id-jovem>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude. **Pesquisa “Juventudes e a Pandemia da Corona vírus 2º edição”**, 2021. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/iniciada-a-2a-edicao-da-pesquisa-nacional-juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PARÁ, Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Lei Nº 9258 DE 15/04/2021**. Dispõe sobre a notificação compulsória nos casos de violência autoprovocada, incluindo tentativa de suicídio e automutilação. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=412963>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, vol. 22, p.5-30, 2006.

8

Escola e juventudes dos territórios rurais no Marajó

Salomão Hage

1 INTRODUÇÃO

Início agradecendo por esse momento, por estarmos juntos e celebrar a vida quando mais de 60 mil²² brasileiros e brasileiras perderam a vida por causa da Pandemia do Covid 19, não só por causa dela, mas por causa das políticas que vêm sendo implementadas no Brasil, em grande medida de caráter negacionista, implicando em não investimento para o enfrentamento necessário ao tratamento da pandemia.

Ressalto a importância de estarmos debatendo o tema *Escola e Juventudes Rurais Marajoaras*, e de ter vocês marajoaras à frente desse debate, abordando diferentes perspectivas, pautando a afirmação das identidades marajoaras-amazônicas num cenário tão adverso como este que enfrentamos na atualidade.

Assisti ao finalzinho da fala do Marielson Guimarães, abordando o financiamento da Educação, e a Cleide Matos com a discussão do currículo. O financiamento se relaciona com o FUNDEB, o currículo tem relação com a BNCC, e o Marajó? O Estado do Pará? A Amazônia e o Brasil? Essa visão relacional é muito importante, provoca a discussão sobre a escola das juventudes marajoaras, do lugar dos sujeitos marajoaras, sempre em conexão com outras dimensões do território, pautando a relação entre o local e o global, que não estão dissociados, se inter-relacionam, se interpenetram, eles estão muito mais articulados do que imaginamos.

Eu me sinto feliz por estar aqui, mesmo não sendo um sujeito marajoara, mas sendo paraense-amazônida e com muita disposição para fortalecer essa rede de mobilização de sujeitos marajoaras, do estado do Pará e da Amazônia, que têm direito a Educação Pública de qualidade, como disse o Marielson em sua fala.

Infelizmente determinados setores que têm ocupado a gestão do município, do estado e do país, não pensam dessa forma. Não sei se seria apropriado chamá-los de “Direita”,

²² Atualmente são mais de 659 mil mortes.

porque essa relação direita e esquerda hoje está confusa, mas com certeza são homens do negócio, que não enxergam a Educação como um Direito, e se não enxergam a educação dessa forma, não põem força na importância de todos os sujeitos marajoaras, amazônidas, paraenses, brasileiros terem garantido o Direito à Educação pública e com qualidade.

2 O DIREITO À EDUCAÇÃO

De fato, só o sistema público garante que todos tenham Direito à Educação, pública, com qualidade, emancipatória. Os defensores do negócio até podem afirmar isso no seu discurso, assim como existe o *Movimento Todos pela Educação*, que se apresenta como defensor coletivo de todos os seguimentos sociais. Na prática, este Movimento representa os setores hegemônicos do nosso país, que têm contribuído para a intensificação das desigualdades sociais, onde os sujeitos que podem pagar usufruem dos níveis mais elevados de escolarização, pagam por esses serviços e, os sujeitos que não podem pagar, tem que se contentar com o que sobra; com o que resta; com a educação pública, considerada para muitos, de qualidade duvidosa, simplesmente porque é pública.

Estamos em um momento de eleições municipais, muito importante para que possamos mais uma vez não apostar nos candidatos que defendem o negócio, votando naqueles que defendem a esfera pública, votando nos candidatos que defendem o espaço público como território de garantia dos direitos humanos e sociais já assegurados pela legislação brasileira. Esses direitos precisam ser assegurados na prática, e isso não acontece porque a maioria acaba em grande medida, apostando em candidatos que defendem o negócio. Negócios não são direitos, não fortalecem os direitos humanos e sociais. Nós precisamos compreender isso.

Quando começamos a discutir sobre o projeto das juventudes do Marajó coordenado pela Eliane Costa e o Natamias Lima, pensamos em ampliar cada vez mais a nossa rede, para envolver outros atores, outros sujeitos coletivos do Marajó que estão envolvidos com as juventudes e precisam pautar o território marajoara como significativo para as políticas, para o processo educacional, para o financiamento, para o currículo.

Sabemos que para as juventudes marajoaras possam permanecer no Marajó com dignidade, para que possam se emancipar, é necessário pautar três dimensões: a *dimensão do trabalho*, para que eles possam gerar renda e continuar a produzir sua existência individual e coletiva; a *dimensão da organicidade* para que eles se mobilizem e se organizem para se

reconhecerem como sujeitos de direito das políticas públicas; e a *dimensão educativa*, que aborda sua escolaridade, sua formação humana, política e profissional.

A professora Cleide Matos afirmou que a educação é uma condição necessária para assegurar nossos direitos de cidadão, e para que a gente se organize e pressione para que isso aconteça. Eu concordo com ela, não podemos dispersar envolvidos em várias frentes. Não se pode tratar a educação isolada do trabalho e da organização social e política do Marajó. Assim como não dá para tratar o financiamento dissociado do currículo, dissociado das lutas que são necessárias para que o Direito à Educação seja assegurado.

Gostaria de provocar o professor Marielson Guimarães, neste momento em que estamos vivendo a regulamentação do FUNDEB, eu constato que as pessoas que estão à frente desta regulamentação e integram as forças progressistas e emancipatórias que estão no nosso campo, são muito pouco sensíveis aos dramas e às realidades que os sujeitos, que vivem nos territórios rurais, enfrentam como a professora Cleide Matos ressaltou. Elas são pouco sensíveis porque não conhecem essa realidade, e quando vão apresentar as propostas, os territórios do campo são invisibilizados, como são invisibilizadas as realidades dos estudantes do campo, que acordam muito cedo, que saem de casa sem se alimentar direito, e estudam em uma escola que não tem uma infraestrutura adequada, que o professor não tem formação, que é contratado temporariamente, essas questões não aparecem no financiamento da educação.

Da mesma forma como nós que participamos dos movimentos sociais não entendemos muito de financiamento, por isso não incidimos mais na definição do financiamento. Assim parece que a gente se fala, mas não conversa de fato, situação que enfraquece os nossos movimentos sociais e o próprio financiamento.

No campo do currículo é diferente, no Movimento da Educação do Campo as pessoas se mobilizam para assegurar os direitos dos sujeitos do campo em relação à educação, elas são mais próximas da discussão curricular, compreendemos mais sobre essa questão. A professora Cleide trouxe o Arroyo, ele é maravilhoso quando afirma: Quando novos sujeitos adentram a escola, a escola tem que ser outra. Assim deveria ser, quando temos os ribeirinhos, os quilombolas, os extrativistas, o menino que só estudava até a quarta série, que só tinha a classe multisseriada para estudar, agora consegue ingressar e concluir o ensino fundamental, cursar o Ensino Médio.

A Escola deve ser outra e não oferecida de forma precária, como o estado oferece, com o transporte escolar de péssima qualidade, como os municípios oferecem, ou o Sistema

Modular de Ensino, nas condições indignas que a gente bem conhece, e faz das tripas coração para que os sujeitos concluam o Ensino Médio. Precisamos entender que sem o Ensino Médio os sujeitos do campo, marajoaras não conseguem ingressar na universidade.

Os integrantes dos movimentos sociais são mais sensíveis à discussão curricular, sabem que a escola precisa mudar, sabem que o professor tem que mudar sua prática, que o currículo tem que ser diferenciado porque os estudantes desde as crianças e principalmente os jovens estão ingressando na escola. O problema é que nos defrontamos com forças muito poderosas, como o movimento *Todos pela Educação*, por exemplo, formado pelos empresários da educação, por empresas de consultoria que estão ocupando cada vez mais as secretarias estaduais e municipais de educação com as parcerias público-privadas.

A Secretaria Estadual de Educação e as secretarias municipais de educação não fazem parceria com as universidades públicas, preferem fazer parceria com a Natura, com o Sistema Positivo, com o Unibanco, com a Fundação Ayrton Sena, e por aí vai. A partir dessas parcerias público-privadas somos continuamente bombardeados por essa narrativa de que a BNCC, como disse a professora Cleide, é condição para a qualidade da educação.

Como um currículo pensado de fora para dentro, distante de nossa realidade, como a BNCC, pode contribuir com a melhoria da qualidade do ensino? Não a considero nem um currículo brasileiro, ainda que ela se afirme nacional, a BNCC é um currículo generalista que vem sendo imposto pelos mecanismos internacionais ao mundo inteiro. Esses mesmos mecanismos que criam os sistemas de avaliação internacionais, nacionais e impõem o que deve ser ensinado para que as pessoas participem desses testes.

Esses mecanismos internacionais estabelecem os resultados nesses exames como qualidade, estabelecem os índices como os indicadores de qualidade; e eu indago: desde quando um índice pode atestar a qualidade da Educação? Podemos elevar bastante o IDEB e ter as condições da educação ainda mais precárias, com intensificação do trabalho docente, com muitos professores contratados, transporte escolar de péssima qualidade. Melhoram-se os índices, mas a realidade permanece inalterada ou altera negativamente. Assim, vivemos esse grande dilema, temos um conjunto de projetos inovadores e emancipatórios, mas existem os condicionantes impostos pelo poder financeiro, econômico e político que os homens do negócio em nível municipal, estadual, nacional, impõem à realidade local.

O Marajó, como disse a professora Cleide, é muito rico, possui uma riqueza imensa, mas essa riqueza é concentrada, é controlada por poucos sujeitos que concentram o poder, assim como a riqueza dos nossos conhecimentos acaba sendo controlada por meio da BNCC,

que define as aprendizagens essenciais, generalistas, uniformizantes, sintonizadas com o mercado de trabalho, com o negócio que os estudantes vão adquirir.

É por meio dessas aprendizagens essenciais que se determina a qualidade da Educação e são criados os mecanismos que impõem aos professores os currículos padronizados, os livros didáticos das grandes editoras, e agora por meio do ensino remoto, o ensino não presencial que agride com mais intensidade os estudantes de escola pública que são a maioria da população brasileira e, que agride com mais intensidade ainda, os estudantes do campo, quilombolas, indígenas e extrativistas, porque além de serem estudantes das redes públicas, estudam em escolas e comunidades distantes das sedes dos municípios, com muita dificuldade pra acessar as redes de internet.

Importante à gente compreender que os estudantes dos territórios dos povos tradicionais e camponeses não estão isolados e nem estão desconectados, apenas são privados de um elemento básico que é o acesso às tecnologias de informação para poder acompanhar adequadamente o ensino não presencial. E no caso do ensino remoto, é mais complicado ainda, pois assume a ideia de ensinar de qualquer jeito, da maneira que der, enviando apostilas, exercícios de fixação, contando com a ajuda dos pais, os apoiem ou não, isso não importa desde que o material chegue aos estudantes e eles resolvam e devolvam às escolas.

Essa situação é problemática e deveria nos afetar diretamente, porque temos uma parcela restrita da população que tem condições de acessar os diversos aplicativos e possui internet à vontade, continuamente, com dados móveis de excelente qualidade. Esse público segue em frente neste período pandêmico, sem nem um tipo de obstáculo, enquanto a maioria dos estudantes brasileiros enfrenta percalços de toda ordem para continuar seu processo de escolarização por meio do ensino remoto, de forma não presencial.

Essa situação também tem contribuído diretamente para que as desigualdades sociais e educacionais se intensifiquem cada vez mais, utilizando um discurso de defesa da qualidade da educação, e descumprindo o que a Constituição Federal estabelece. Isso porque o foco central deixa de ser a garantia do Direito à Educação de todos, com a Pandemia, parece que muitos gestores se desobrigaram dessa decisão, afirmando que não foi à educação que criou essa situação de desigualdade e, portanto, não pode ser responsabilizada pelas desigualdades educacionais.

Assim, podemos continuar com o negócio, mesmo que o negócio esteja beneficiando um ‘punhadozinho’ de pessoas, porque, se a riqueza é concentrada, se a riqueza é centralizada, é sempre centralizada nas mãos de poucos, desses poucos que usufruem dos

meios de transporte mais modernos, que usufruem do acesso aos créditos, ao financiamento, do acesso aos conhecimentos. Infelizmente, a grande maioria da população brasileira concorda que seja assim e legítima esta visão dos negócios. Acha que os negócios devem permanecer e se impor em todos os campos sociais, incluindo na Educação, ainda que exclua grande parte da população.

Na verdade, hoje sabemos que essa ampla parcela da população não é excluída de fato, pois, de alguma forma, todos estamos incluídos no Sistema-mundo, só que a grande maioria é incluída por meio da exclusão, é isso que acontece com os sujeitos do campo, das águas, da floresta, com os indígenas, quilombolas e extrativistas. Eles acessam as políticas públicas, mas de forma muito precarizada.

Vejam a importância de estarmos aqui pautando a escola e a realidade marajoara, os sujeitos marajoaras, o financiamento para essa escola, e o currículo para essa escola, para fortalecer a identidade marajoara, ou melhor, as identidades marajoaras. Pergunto a vocês, o que se aprende na escola sobre os territórios do Marajó? E sobre as identidades marajoaras, a escola pauta essa questão? Se a gente não aprender isso, não vamos nos tornar marajoaras, a gente não é marajoara só porque nasceu no território marajoara, à gente se torna marajoara na relação que estabelece com os sujeitos marajoaras no território, e vai aprendendo a ser marajoara, na família, na comunidade, na igreja, no trabalho, na escola, em todos os espaços do território em que participamos.

Agora se a escola que temos é generalista, vai nos ensinar a ser universal, a ideia é essa, formar os estudantes para serem globais num mundo com as tecnologias. Eu não discordo disso totalmente, apenas acho que temos que aprender a ser globais tanto quanto temos que aprender a ser locais, então, quem pensa na dimensão local? A escola não pensa, a escola está de costas para isso, a escola mostra para o sujeito marajoara, que se ele quiser elevar a sua escolarização, tem que deixar a sua escola ribeirinha, tem que deixar a sua reserva extrativista, tem que deixar o seu terreno, o seu lote e mudar para a sede do município, onde terá a oportunidade de “ser gente” de verdade.

Mas, a sede dos municípios não possui as condições necessárias para receber todo contingente populacional expulso dos territórios do campo. A escola não se importa com isso, a escola omite essa situação, e ainda convence os estudantes a se deslocarem para a capital, a deixar o território marajoara caso queira me viver bem e se dar bem na vida. Esse é o fluxo que todas as pessoas acabam vivendo para poder ter acesso à escolarização nos níveis mais elevados. Se alguns voltam para o Território depois de ter saído? Sim, alguns voltam, vejam o

caso da Cleide, Marielson, Eliane e muitos outros marajoaras, que não só voltaram, e ainda estão tendo a oportunidade de trabalhar numa universidade pública no município de Breves.

Imaginem que Breves é apenas um dos municípios do Marajó, mas ainda existem muitos outros municípios marajoaras. Então, como fazer com que muitos outros estudantes dos vários municípios marajoaras, dos territórios rurais do Marajó, acessem os cursos de graduação, se o estado só oferece o Ensino Médio na forma do Sistema Modular, em condições precárias?

Encerro minhas reflexões dizendo que a gente precisa tocar nas mentes e nos corações dos sujeitos marajoaras, dos estudantes marajoaras para que eles consigam entender a importância de se apartarem do negócio, senão eles vão estar sempre nessa mesma situação, pois, o negócio nunca prometeu e nem assegurou para todos/as, uma vida digna como sujeito, e com todos os seus direitos assegurados.

Então vai de nós que hoje integramos as forças progressistas e emancipatórias do Marajó, do estado, do país e do mundo, estarmos conectados com o mundo para chegar junto aos sujeitos marajoaras. Não precisamos falar muito, temos que nos voltar para a base. Infelizmente, hoje vivemos em diálogo com a base, mas não conseguimos tocá-la, talvez porque o negócio tenha um projeto educativo muito mais forte, muito mais poderoso e mais convincente do que o nosso.

Há muitos condicionantes hoje, inclusive contando com a religião, por Deus e pela pátria, Deus acima de tudo, e a pátria com isso? O negócio está sempre prosperando. Será que Deus estabeleceu que um punhadinho de gente deveria viver bem, e a maioria viver em condições indignas? Claro que não. Mas até os dias de hoje o negócio lança mão de Deus para fazer com que o sistema capitalista prolifere, se fortaleça. Então eu penso que devemos conversar mais com as pessoas, e mostrar que não defendemos o negócio, mas, que defendemos os direitos que todas as pessoas possuem. Obrigado a todos, todas e todes!

3 PROBLEMATIZANDO

3.1 L. G²³: Como almejar mudanças, visto que está em curso um projeto dentro das escolas de Ensino Médio, assumido pela própria equipe da gestão estadual da SEDUC para a implementação da BNCC na forma que está redigida?

²³ Participante do webnário. Usamos as iniciais de seu respectivo nome para proteger a identidade e garantir o sigilo ético.

Salomão Hage: L.G. fez a pergunta que não quer calar, a pergunta da ordem do dia. Na semana anterior participei de duas *lives* com a SEDUC a convite do CENPEC. Estão organizando com a equipe do Ensino Médio o novo currículo. Impressionante como conseguem combinar no discurso, a BNCC com o currículo integrado, com a valorização das questões étnicos raciais, com a educação integral de Paulo Freire, eu problematizei bastante tudo isso.

Compreendo que os técnicos da Secretaria de educação têm suas limitações, que a decisão, por exemplo, de adotar ou não a Base, não é discutida como a base, vem de cima para baixo, assim como as parcerias público-privadas, também vem de cima para baixo. Então, como podemos desafiar a BNCC neste momento? Essa é uma pergunta temos que nos fazer. Vou responder não com uma fórmula, mas com minha experiência, no alcance do que consigo enxergar.

Considero fundamental que possamos nos apropriar da discussão curricular, dos significados de se adotar um currículo nacional, de seu papel em relação ao controle político do conhecimento, e das políticas públicas. A BNCC influencia na formação de professores, por isso há a Base Nacional de Formação dos Educadores. A BNCC influencia na gestão educacional, impondo o gerencialismo no campo educacional; a BNCC influencia no financiamento, passando a investir na produção de livros didáticos, de aquisição de aplicativos de acesso ao ensino não presencial; na preparação para os testes e na avaliação educacional.

Precisamos compreender muito bem essa realidade. Quando a gente compreende, se apropria, e se dá conta do tamanho do enfrentamento necessário e de que não podemos fazer enfrentamentos isolados, desconstruindo tudo, não funciona desta maneira. Lembro-me do Mito da Caverna, de Platão. É excelente para esclarecer o que acontece quando um sujeito oprimido rompe as correntes, sai da caverna e consegue ver além das sombras. Ao voltar e contar sobre sua experiência aos outros companheiros explorados e oprimidos sente-se desconfortáveis a ponto de querer aniquilar o companheiro.

Falo isso porque, na medida em que a gente se apropria da situação, vai criando estratégias de enfrentamento mais adequadas para cada ocasião. Neste caso, com a BNCC, precisamos agir pelas contradições, pois nenhuma proposta, por mais hegemônica que seja como é o caso da BNCC, não é total, não é totalizante. Sempre existem espaços para a construção da contra hegemonia.

Esse é o papel nos cabe, conhecer muito bem como se estrutura o currículo nacional, como opera sua perspectiva meritocrática, de controle dos conhecimentos que os estudantes vão aprender. O papel da resiliência nos estudantes, que precisam individualmente superar os obstáculos nas condições adversas existentes, os sentidos do empreendedorismo. Eu sempre me lembro da música gospel: “Campeão vencedor Deus dá asas faz teu vôo...”. As igrejas cantam e nós assimilamos e queremos que os alunos sejam campeões, vencedores, sem considerar muitas vezes, que quando há um campeão significa que os demais serão todos perdedores.

Então, nosso papel é de minar os pilares que fundamentam a BNCC, nosso papel é de destruir esses pilares e não achar que ela é muito maior do que nós. A BNCC é grande, claro que é grande – pensem em todos os mecanismos que existem hoje para nos impor a BNCC, o povo do negócio tem muito poder. O Movimento *Todos pela Educação*, o *Movimento Todos pela Base*, eles nos bombardeiam continuamente, por meio dos nossos e-mails, do nosso *Whatsapp*, com informações de como que a BNCC é maravilhosa, de como ela opera milagres.

Só conseguiremos enfrentá-la se nos apropriarmos de fato dos significados do currículo nacional, de suas bases, de seus fundamentos, de sua historicidade. Concluo minha fala lembrando que quando os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram tinham o mesmo papel da BNCC, era todo poderoso, um currículo nacional que foi implementado pelo Ministério da Educação, com o apoio das forças do negócio. Mas, com o passar do tempo, a resistência coletiva a esse currículo, que era imposto ainda que se afirmasse democrático foram desconstruindo os seus pilares. E o que são hoje os Parâmetros Curriculares Nacionais? Reinou absoluto e atualmente tem muito pouca significância.

É exatamente o que vai acontecer com a BNCC, é só aguardar um pouco, as forças de resistência se fortalecer. Ainda que ela se utilize de um discurso democrático de construção coletiva, sabemos que a BNCC não é isso. Foi produzida por um grupo de intelectuais que definiu o que deveria ser o currículo nacional, muito alinhado com o currículo internacional e agora tem os governos estaduais e municipais, representados pela UNDIME e CONSED, pra fazer com que os educadores e as educadoras assimilem a BNCC, incorporem a BNCC, utilizem a BNCC, mas tudo como imposição, porque os professores e professoras não estão satisfeitos com a BNCC. Não se pode estar satisfeito com um currículo cheio de prescrições, que define o que todo mundo vai aprender, igual para todo mundo, ninguém pode ficar satisfeito com isso.

Então, quanto mais a BNCC for imposta, mais a resistência a ela será construída, e o nosso papel é exatamente esse, construir resistências, até fazer com que a Base se torne o que são os PCNs na atualidade, um conjunto de prescrições que pouco contribui para orientar o campo curricular da Educação Básica no Brasil. Os PCNs, como a BNCC, nunca cumpriram um importante papel, de provocar modificações, transformações e emancipações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tudo que é bom dura pouco, nossa conversa se encerra nesse momento. Quando pensamos o projeto de juventudes do campo, no Marajó, não imaginávamos que teríamos uma pandemia, e que as ações seriam realizadas mais *online* do que presenciais. Nada acontece por acaso, era necessário um espaço próprio para refletirmos sobre as juventudes. Desde o início tivemos essa clareza do plural, das juventudes que estão nos territórios do campo, das águas e das florestas.

Agora com as *lives* e com a sequência de webnários, estamos ampliando e comprometendo outros professores, outras instituições, outros sujeitos. Penso que nosso próximo passo será criar uma interlocução maior com os jovens. Eles precisam estar conosco, nos webnários, nas discussões, nas ações, para fortalecer o protagonismo dos próprios jovens, que são sujeitos de direitos, de organização, de trabalho, de educação... E para que nossas ações sejam dialógicas, emancipatórias.

Queremos realizar ações com os jovens e não para os jovens ou sobre os jovens; queremos realizar ações com as juventudes, com os sujeitos. Não precisamos falar pelos jovens ou sobre os jovens, eles podem muito bem falar por si próprios. Já são sujeitos de voz, de cultura, de consciência. Eles podem interagir conosco, dialogar conosco. Eles estão nas escolas, nas universidades, estão nas igrejas, eles estão nos territórios do campo, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas. Eles estão nas ruas, em todos os lugares, eles precisam estar conosco, já que o projeto pauta as juventudes.

Demos um passo muito significativo ao pautar as juventudes do campo, das águas e das florestas dos territórios marajoaras. Significa que estamos trazendo para a roda toda essa discussão que estava na periferia, abandonada, silenciada, excluída. Parabéns, Eliane, por estar liderando essa ampla rede de diálogos, de estudos, de formação e de intervenção com as juventudes marajoaras, e por nos convocar cada vez mais a nos comprometer com esse processo, com esses sujeitos dos territórios marajoaras.

#QueremosasJuventudesVivas!

#AsJuvenetudesImportam!

#JuventudesMarajoarasPresente!

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 212 – A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. **Lei 3418/21**. Atualiza a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2301371>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PLATÃO. O Mito da caverna. *In: A República*. Editora escala, 2006.

9

Juventudes marajoaras e a igreja católica: perspectivas e desafios sociais, comunitários e religiosos

Frei Pedro Santos

1 INTRODUÇÃO

Sou frei Pedro Santos, natural da Bahia e faz dois anos e alguns meses que estou morando no Marajó. É, assim, uma alegria imensa porque ao chegar nessas terras marajoaras meu coração inflamou-se pela beleza dessa terra, pela juventude que é uma juventude viva, mas, que sem sombra de dúvidas têm muitas necessidades. A Igreja Católica procura de certo modo cuidar dessa juventude que tanto necessita de bens. A professora (R.P.) falava disso, da importância da Juventude, da grande importância que é a igreja trabalhar essas juventudes, dizia muito bem ela.

Gosto muito da definição que existe de Juventude, aliás, juventudes. De acordo com Souza e Paiva (2012, p. 353 apud UNESCO, 2004),

[...] a juventude refere-se a um período não necessariamente delimitado pela idade, mas que compreende outros fatores, relacionados a intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam de acordo com as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, dentre outros determinantes.

Isso mostra que não há uma única concepção teórica e social para caracterizar e definir juventude. Em outras palavras, não podemos reduzir juventude a faixa etária, a questão geracional, uma vez que se trata de uma categoria em permanente construção social, intelectual e histórica. Daí falar em juventudes, categoria influenciada pelas diversas culturas e de dimensão dinâmica e mutável ao longo do tempo e de acordo com as transformações da sociedade. Juventudes abarcam, desse modo, identidades em construção a partir de múltiplas referências culturais.

Então, considerando os jovens na sua diversidade, a Igreja Católica procura olhar esses sujeitos como seres que necessitam constantemente de cuidados, porque os jovens, para eles tudo é novo. Constantemente o jovem passa por etapas e vai se tornando uma inquietação, uma inquietude que precisa ser sanada. E nesse processo os jovens precisam de muito espaço para que ele cresça na sociedade; para que ele cresça na comunidade; para que ele cresça no espaço onde vive. Aqui no Marajó percebo que a juventude é muito limitada. Por que é

limitada? Infelizmente falta muita infraestrutura, falta muito espaço para as juventudes. A professora (R.P.) dizia das políticas públicas e, sem sombras de dúvidas, creio que falta muito isso para as juventudes aqui no Marajó.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES

A Igreja Católica procura de todo meio cuidar desses jovens. A igreja vê o futuro nos jovens, um futuro político, um futuro de crescimento enquanto trabalho. A igreja vê o jovem nesse sentido, com um futuro brilhante pela frente, mas, infelizmente a Igreja Católica não consegue, ou melhor, dizendo as igrejas nem sempre têm estruturas para oferecer aos jovens o que eles precisam. Nesses dias discutia aqui, discutia não, conversava com os freis aqui, dizia que a Igreja Católica se propõe a fazer muito pelos jovens, mas, às vezes, nós não temos condições. Não estou falando de condições econômicas, não é, nesse sentido, mas condições de trabalhar só, porque precisamos nos unir aos políticos para que tragam benefícios, para que tragam estruturas para essas juventudes que, muitas vezes se encontram perdidas, porque não tem espaço.

Eu dizia, seria bom sentarmos com o prefeito e discutir algumas ideias em prol das Juventudes em nosso território do Marajó, não somente na cidade, mas nos interiores que tem uma riqueza imensa de jovens. Nós precisamos fazer alguma coisa além de encontros e reuniões religiosas. Na Igreja Católica, muitos pensam que o cuidado que a igreja tem com os jovens é só em fazer um encontro, uma reunião, mas, não é isso, apenas. É muito mais que isso. Então nesse sentido a igreja busca por meio da sua capacidade cuidar do jovem, orientar ele, para que não somente busque uma caminhada, uma espiritualidade, mas também, busque crescer no âmbito econômico, educacional e social.

Os jovens precisam crescer, os jovens precisam se formar, os jovens precisam estudar, os jovens precisam de lazer, precisa de tudo isso. Quando cheguei aqui no Marajó logo percebi que a questão da juventude é gritante, isso me preocupa muito, isso dói muito meu coração. A gente procura de alguma maneira ajudar, mas vejo que é muito pouco, nós precisamos de mais ações. Os jovens precisam muito de ajuda nesse sentido, então não tem como fazermos as coisas sem apoio. Precisamos de ajuda, a igreja precisa de ajuda. Daí disse aos freis vamos sentar com o prefeito, vamos unir a igreja e a prefeitura com profissionais, não sei montar um grupo de ajuda, de apoio, de combate grande.

A igreja sem as juventudes não é nada, ela não tem proporção de futuro. A juventude é a riqueza das igrejas; é a riqueza do município; é a riqueza da cidade, da sociedade e precisamos cuidar desses jovens, precisamos buscar políticas públicas que tragam benefícios para os jovens. Políticas que tragam, digamos, assim, os remédios que os jovens precisam para que cresçam e vivam.

O bispo de São Sebastião no Rio de Janeiro diz o seguinte sobre a igreja e os jovens: “os jovens constantemente está em busca de algo para que ele se torne um adulto saudável no futuro” (DOM ORANI TEMPESTA, 2018). Ele diz, com isso, que um adulto com o emocional saudável, o físico saudável, o espiritual saudável é reflexo de uma juventude saudável. O crescimento pessoal, profissional e espiritual do jovem é indispensável para uma vida adulta próspera. Ele diz que a igreja sem dúvida é um núcleo que pode ter vários sentidos para cada indivíduo, para o jovem a igreja pode ser um espaço para buscar apoio em seu crescimento pessoal e profissional.

A igreja, não somente a igreja, as instituições em geral precisam investir nas juventudes, precisam valorizar os jovens. Ser valorizado, ser amado, encontrar apoio para sua busca e amadurecimento pessoal é condição *sine qua non* para um adulto saudável. Então, assim, particularmente sou apaixonado pelas Juventudes Marajoaras porque aqui essas juventudes têm muito a oferecer. É uma juventude que se propõe a trabalho nas igrejas, e não estou falando somente para igreja católica.

Vejo que essas juventudes se colocam a trabalho, se dispõem. Mas, como já mencionei essas juventudes, muitas vezes, não tem espaço. São limitados. A igreja e a política perdem a juventude. Precisamos de políticas, ações, medidas em que nossas juventudes sejam valorizadas. Políticas que reconheçam a capacidade de crescimento dos jovens no estudo, no âmbito profissional e no âmbito religioso. Falta muito e isso me corta o coração. Quando vejo aqui jovens que tem forças de vontade, tem coragem de ir à luta, mas não tem espaço, não têm trabalho, não têm oportunidade de estudo, não têm, ou seja, não tem o que fazer é preocupante.

Muitos jovens, nesse sentido, por não ter um espaço muitas vezes se perdem. A igreja tem essa grande preocupação e não apenas em realizar encontros ali e falar de Jesus, falar que Jesus os ama, porque isso é muito pouco. Dizer aos jovens que Jesus os ama sem dúvida é importante, mas, os jovens precisam de muito mais, os jovens precisam de inovação; os jovens precisam encontrar os passos que sejam seus; os jovens precisam encontrar, sem sombras de dúvidas, soluções que os levem a crescer para que no futuro sejam pais de

famílias saudáveis e adultos saudáveis; para que sejam trabalhadores, profissionais em todos os âmbitos da vida.

Então, assim, essa é a visão que tem a igreja, que os jovens são um tesouro, mas, que, às vezes, a igreja se sente meio limitada para cuidar sozinha de tantos jovens. De jovens que precisam de tantas coisas, aliás, de infraestrutura e políticas públicas que tragam benefícios para eles. A igreja sozinha não é capaz de trazer e proporcionar tais benefícios.

3 UMA IGREJA EM SAÍDA NO MARAJÓ NO CONTEXTO PANDÊMICO: DESAFIOS COM AS JUVENTUDES

3. 1 Como organizar uma igreja em saída no Marajó com todas as suas especificidades, problemas sociais e a crise sanitária?

Tá sendo um desafio muito grande ser uma igreja em saída nesse tempo de pandemia, mas não é impossível, a igreja em saída, significa que nós somos Sacerdotes missionários. Todos aqueles que estão à frente de alguma Pastoral, estão à frente da igreja, são responsáveis por essa igreja sair. Nós como igreja viva iremos ao encontro dos necessitados, ao encontro daqueles que precisam. E se nós levamos essa ideia de uma igreja em saída para as juventudes, nós que somos a igreja viva irmos ao encontro das juventudes podemos trazer para eles bem estar, benefícios, e claro, sem sombra de dúvidas, políticas públicas.

Infelizmente, o poder público pode ter ideias no papel, mas na prática não tem e, isso ficou claro nesse tempo de pandemia, o que é muito difícil porque tudo se tornou muito limitado. Mas nós, não paramos, nós vamos porque é a nossa missão de ir ao encontro daqueles que precisam; de encontrar com aqueles que necessitam. A igreja em saída é está, por isso que gosto muito.

Sempre digo para os jovens aqui, que gosto de estar no meio deles, porque no meio deles me sinto como eles. Entendo que não adianta eu fazer discursos bonitos, e ficar distante, longe da juventude. Então, assim, eu tenho que estar no meio deles, para saber quais são as suas necessidades, quais são os seus problemas, suas dificuldades. Só sabemos dessas coisas estando com eles. É por isso que gosto muito de estar com as juventudes.

E se a igreja em saída está no meio deles podemos sentir o que ele sente. É isso que pede o Papa Francisco, isto é, nos colocar em meio aos que precisam para sabermos quais são

as suas necessidades, os seus pensamentos. Então uma igreja em saída é isso, é um sentir o que o outro sente, e nesse tempo de Pandemia isso é urgente e necessário.

Ontem mesmo conversando com um jovem, coordenador da Pastoral da Juventude aqui na cidade, ele dizia frei estou cansado porque parece que as coisas não caminham, não melhoram, tudo é limitado; nossa Juventude está se perdendo. Eu dizia para ele, também estou cansado, meu coração dói, mas nós não podemos desistir. Nós não podemos deixar com que a juventude se perca. Devemos criar alternativas, como diz o Papa Francisco (2013) ir ao encontro desses que precisam mesmo em meio de pandemia é compromisso da igreja em saída.

Então, alguma coisa nós devemos fazer, alguma coisa precisa ser feita mesmo dentro das nossas limitações. Precisamos ir ao encontro deles. E ir ao encontro deles é algo que amo. Desde quando cheguei aqui, já disse e repito, fiquei apaixonado por essa Juventude, tão rica. São tantos jovens capazes não somente de fazer algum trabalho dentro da igreja, mas jovens capazes de fazer algo grandioso dentro da sociedade. Isso é encantador. Meu coração dói quando os jovens desistem por não ter o seu espaço garantido, por não ter o apoio que necessitam, por serem negligenciados por falta de políticas públicas.

3.2 A arte atrai as juventudes e a igreja incentiva ações nesta área, como a arte pode contribuir e despertar o talento dos jovens nesses tempos?

Sem sombras de dúvidas a arte é importantíssima. Na igreja católica nós procuramos envolver os jovens em muitas atividades, temos teatro, temos os corais. Aqui tem um grupo muito importante que nós apoiamos. Particularmente, acho o grupo belíssimo. Refiro-me aos Triunfantes. Eles fazem apresentações belíssimas e incríveis. Aqui também é muito famosa a peça que os jovens fazem, por exemplo, sobre a “Paixão de Cristo”. Acho belíssima. Muitos jovens se destacam. Assim por meio desses pequenos espaços eles tentam mostrar suas artes, o seu talento.

Nos grupos de dança, aliás, por meio da dança, surgem muitos talentos. Agora estou brigando, é brigando no bom sentido, com alguns jovens que tem o dom de cantar muito bem, mas que se sentem presos, que não sabem se destacar, jovens que se escondem, mas que podem ir longe. Os jovens não precisam se destacar naquilo que gostam, mas precisam fazer e ser incentivados em fazer o que gostam. Então, assim, realmente a arte é uma fonte de talentos

e dentro da nossa possibilidade como Igreja nós apoiamos os jovens, nós incentivamos, nós buscamos ajudar por meio desse trabalho.

4 A NEGAÇÃO DE DIREITOS ÀS JUVENTUDES RIBERINHAS NO MARAJÓ

Uma das situações muito preocupante nas comunidades ribeirinhas, vocês que são professores devem saber disso muito bem é a questão da educação. Quando saio para visitar algumas comunidades ribeirinhas e conversando com os jovens e até mesmo com crianças e adolescentes, me relatam que não tem estudo. Eles não têm, aí pergunto por que não tem?

A maioria deles diz que para ter, para conseguir terminar o ensino médio precisa ir à cidade, precisa morar na cidade. Porém, a maioria não tem condições, a família não tem condições de sustentar um jovem para terminar o Ensino Médio na cidade. E eu não estou falando de fazer uma faculdade, mas, de terminar o Ensino Médio. Isso é muito doloroso. Não sei se algumas pessoas falam que sou muito sentimental, mas, essas coisas, assim, cortam o meu coração. E corta o meu coração porque é roubada a oportunidade dos jovens, é roubado deles o direito de estudar.

Então, assim, torna-se uma realidade muito, muito difícil para eles. Vejo que a política deve olhar esse lado, nenhum cidadão tem que ter os seus direitos roubados. E falando não só da educação, também precisa de saúde. A questão dos Direitos Humanos é muito preocupante, vejo que há muita coisa para ser feito. Há muitas necessidades do Povo Ribeirinho, não estou dizendo que são menosprezados, inferiores e que, por isso, precisam de mais coisas, porque não gosto disso. Sempre digo que somos todos iguais e, eles deviam ter os mesmos direitos do povo da cidade, mas, infelizmente não tem. Eles são tratados de forma diferente, a professora (R.P) falava da questão do preconceito racial, do preconceito que os jovens do meio rural sofrem.

Tudo isso, dói muito. Dói ver jovens, adolescentes, crianças não conseguirem estudar por falta de oportunidade. Isso nossos governantes tem que olhar. Como disse quando se nega estudo a esses sujeitos, é o mesmo que roubar o direito deles. Vejo isso como uma situação muito preocupante. Daí dizer que a política precisa chegar para que todos tenham o mesmo direito. Como Jesus veio e disse: eu vim para que todos tenham vida. Então, a vida é para todos e não somente para alguns. Nossos governantes estão aí para isso, para lutar e garantir que todos tenham as mesmas oportunidades, que todos sejam tratados e reconhecidos com igualdade. Mas, infelizmente não é o que acontece.

5 "PECADO" QUE A IGREJA COMETE EM RELAÇÃO AOS JOVENS NO MARAJÓ

Existem algumas falhas, ou seja, como Igreja Católica, poderíamos fazer muito mais em prol das Juventudes, porém, é aquela dificuldade que já mencionei. Muitas vezes nos faltam pessoas, nos faltam, digamos, assim, apoio. Aqui é muito grande, então vejo assim que, às vezes, falta gente. Jesus disse: “A messe é grande e os operários são poucos” (LC 10,1-9).

Outro dia comentava com os freis aqui, a gente acompanha a Pastoral da Juventude, mas não têm frei para cuidar da Juventude. Vejo que tem jovens em outros movimentos que não temos como acompanhar. Que bom seria se tivesse frei disponível para cuidar só da Juventude. Pois, aí nós daríamos para eles uma assistência muito maior, mas, infelizmente, faltam operários. Então, assim, não é possível nos dedicarmos totalmente aos jovens, porque tem muitas outras coisas na igreja para fazer. Por isso, não diria que a igreja comete pecado com os jovens, mas diria que a igreja falha. São falhas que podem ser sanadas com orientações, como posso dizer, com mudanças no papel da igreja. Uma das coisas que acho muito importante é o trabalho dos leigos. Se eles (os leigos) nos ajudarem a cuidar da juventude as dificuldades serão aos poucos superadas.

Outro dia, um pouquinho antes de virar pandemia, dizia que queria um grupo de leigos comigo no interior, para que enquanto estiver fazendo as coisas referentes aos sacramentos da igreja, isto é, celebrar a missa, receber uma confissão, o grupo estaria conduzindo com os demais uma formação, um encontro. Assim, algumas dificuldades poderiam ser superadas.

Então, em relação à pergunta de como a igreja pode auxiliar os jovens carentes por falta de recursos financeiros e de auxílio psicológico? Vejo que para aqueles que necessitam e, que não tem condições, à igreja tem uma grande preocupação. Nós ajudamos, nós procuramos ajudar da melhor maneira possível. Todo mês distribuimos cestas básicas. Nós atendemos muitas pessoas que não têm condições de comprar um remédio. A pessoa vai ao médico, mas, não tem condições de comprar o remédio. Nós pegamos a receita e compramos, ou seja, naquilo que é possível nós auxiliamos aqueles que sofrem de maneira econômica.

Geralmente alguns não têm economia nenhuma, então isso é uma preocupação nossa também. A igreja sempre se preocupa com isso. Quanto à assistência psicológica até nós aprendemos. Acompanhamos muitas pessoas, escutamos muitas pessoas. Às vezes, sento com

os jovens e, digo, olha não se preocupem com o tempo. Entendo que ouvir vai auxiliá-lo com suas dificuldades. Escutá-lo e orientá-lo é fundamental. Nessas escutas e conversa muitas vezes horo com os jovens pela situação deles. Sei que, às vezes, não tem uma solução imediata, mas, podemos orientar em uma direção. A gente sempre está aí disponível para dar uma orientação, sei que é pouco, porque falta muita coisa.

Nós estamos buscando, em questões de orientação ajudar com essa situação do suicídio que é muito gritante. Nós estamos buscando com a prefeitura auxílio, algo que ajude a igreja nesse sentido, porque não basta os jovens vir aqui nos escutar. E depois quando chegar a casa se suicidar. Dar apenas orientação é muito pouco, a gente precisa de muita ajuda nesse sentido. Os jovens precisam de perspectivas, de espaços, de apoio que lhes permitam visualizar um futuro, construir uma vida melhor. Daí a importância das políticas públicas, de pessoas que realmente ajude, e que não apenas use o nome de Deus como *slogan* e *Marketing*.

Como mencionado, Deus é usado politicamente para falar da Amazônia. E é usado por muitos não somente na Amazônia, não vejo que é somente da Amazônia. E vou mais longe, Deus é usado no país todo, muitos políticos usam Deus como *slogan* para sua politicagem corrupta e miserável. Em nome de Deus enganam o povo, mentem para o povo descaradamente. Se beneficiando do nome de Deus e da boa fé das pessoas, os políticos realizam suas metas, conseguem seus benefícios.

O povo brasileiro, especialmente, o povo marajoara, o povo Amazônico é um povo de fé, é um povo crente e, quando se fala em nome de Deus, muitas vezes convence o povo. Assim, Deus passa a ser usado por muitos políticos. Não tenho medo de dizer que o nome de Deus vem sendo usado de maneira incorreta, isso porque não é usada para te mostrar uma fé, mas, sobretudo para enganar e tirar vantagem em cima da boa intenção das pessoas.

Agradeço imensamente a todos pela participação. É uma alegria imensa passar essa manhã com vocês. Gostaria de dizer que estou sempre disponível para ajudar no que for necessário.

REFERÊNCIAS

JO 10, 1-10. Disponível em: <https://www.lugarsagrado.com/node/186394>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LC 10,1-9. Disponível em: <https://pastoralfamiliarnsamparo.webnode.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Juventudes marajoaras em movimento na defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade

PAPA FRANCISCO. EXORTAÇÃO APOSTÓLICA. **EVANGELII GAUDIUM**, 2013. <https://www.vatican.va/content/...html>. Acesso em: 22 set. 2021.

SOUZA, Cândida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, vol.17, n. 3, p. 353-360, setembro-dezembro/2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

TEMPESTA, Cardeal Orani João. **O jovem, a igreja e a busca**. CNBB, 2018. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/o-jovem-a-igreja-e-a-busca/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

10

JUVENTUDES MARAJOARAS E AVIOLÊNCIA NO CAMPO

Fabiane Nascimento

Luce Mara Lobato dos Santos

Renata Machado

Regina Machado

1 INTRODUÇÃO

O cenário no qual o jovem na contemporaneidade exerce sua cidadania é imbricado de limitações, onde as juventudes por ainda estarem em processos de formação e, dentre outras questões, são vistas com ressalvas no que concerne à condução e construção de seus sonhos e objetivos, este cenário tanto no campo quanto na cidade retratam privações de direitos, formas diversificadas de violência e, conseqüentemente falta de oportunidades.

É imprescindível que na sociedade, as representações governamentais e as instituições de ensino atentem para a importância do protagonismo juvenil, em especial à parcela que se encontra no campo, onde as oportunidades de acesso aos serviços, educação e lazer são mais limitadas, neste sentido compreende-se que é necessário discutir e pesquisar a respeito da juventude e neste estudo, em especial as juventudes marajoaras e as diversas formas de violência a que eles estão expostos cotidianamente.

São várias as implicações decorrentes da ausência do estado e logo das visíveis violações de direitos imbricadas no cotidiano das pessoas que vivem e trabalham em áreas rurais. No que concerne às juventudes é oportuno refletir sobre como se desenham essas relações que cooperam para que estes jovens fiquem às margens de direitos e oportunidades, o que interfere no êxito do protagonismo juvenil. Desta forma este estudo busca investigar a seguinte problemática: Como as diferentes formas de violência e seus condicionantes podem interferir no protagonismo de jovens do campo no Marajó?

Em face ao exposto e como contribuições para elucidar o problema de pesquisa trabalhar-se-á com as seguintes perguntas norteadoras: Como são tipificadas as principais formas de violência? Que fatores contribuem para as diversas formas de violência junto aos jovens Rurais do território marajoara?

Com vistas a evidenciar o quão necessário é discutir e refletir sobre a temática das diferentes formas de violência a que os jovens do campo estão expostos, este estudo compila pesquisas de diferentes autores que discutem o assunto. Pesquisar neste âmbito oportuniza trazer à tona reflexões sobre a conjuntura da sociedade contemporânea que historicamente por diversas vezes não valoriza os jovens, cidadãos que muito podem contribuir para o pleno desenvolvimento da sociedade nas mais diversificadas áreas.

Desta forma, a motivação deste estudo parte de experiências vivenciadas pelas autoras que nos meandros de suas atividades junto à educandos ribeirinhos convivem com a realidade a que jovens marajoaras estão envoltos, acredita-se que evidenciar e refletir sobre o assunto poderá contribuir para que instituições governamentais, sociedade, instituições de ensino e pesquisa tenham maior atenção para com esta importante temática.

Neste contexto o artigo consubstanciou-se na pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em conceitos teóricos dos autores: Abramo (1997), Pais (1990), Bourdieu (1983), Dayrrel (2007), Leão; Rocha (2015), Sacramento; Rezende (2006), Paviani (2016), Abromovay (2002), Peralva (2000), Zaluar (1999), Castro *et al* (2001), Ramos (2020), Carmo; Fernandes; Medeiros (2020), Euler; Ramos (2021), Santos (2017) e (PALHARES; SCHWARTZ, 2015).

Diante do exposto este artigo objetiva refletir sobre a diversidade de formas de violência e seus condicionantes no cotidiano da juventude marajoara do campo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem abordagem qualitativa, conforme Minayo (2001) esta abordagem se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Nessa perspectiva, a metodologia desta pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico, auxiliando o pesquisador na obtenção do conhecimento propriamente dito em relação ao tema escolhido. Para tanto, como instrumentos de pesquisa, foram utilizados livros, artigos de periódicos virtuais e sites. Considerando-se o objeto de estudo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, Segundo Marconi; Lakatos (2010, p. 57), “a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”.

A finalidade deste tipo de investigação é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, enquanto que, a pesquisa exploratória tem como base de informações essencialmente fontes literárias, livros, sites, artigos e documentos oficiais, buscando-se levantar informações sobre o objeto pesquisado de forma a delimitar o campo de trabalho (GIL, 2010).

Para analisar os dados levantados, utilizou-se a análise qualitativa que se consubstancia em realizar análises de dados de forma a interpretá-los de forma reflexiva. Desse modo, apreende-se que a metodologia deste estudo atende as necessidades como percurso metodológico para validação desta pesquisa.

3 JUVENTUDES DO CAMPO NA AMAZÔNIA MARAJOARA

O campo amazônico, muitas vezes invisível nas estatísticas oficiais, contempla realidades sociais e educacionais muito diversas: sujeitos indígenas, em comunidades quilombolas e ribeirinhas, em áreas de assentamento e acampamento da reforma agrária, entre outras, compõem a sociedade Amazônica. Assim, a construção de sua identidade deve ser pensada nos marcos da universalidade e cidadania, com valores ideais e universais.

Destarte, os debates relacionados à categoria das juventudes do campo, dos ribeirinhos, do povo da floresta nos traz como ponto de partida uma reflexão de seu uso. Inicialmente o termo juventude demanda um primeiro esforço de desconstrução de representações sociais que operam no senso comum e tendem a delimitar a juventude ao recorte etário com determinados valores e práticas sociais comuns. Tais imagens variam de acordo com o contexto social e o momento histórico, oscilando entre expectativas positivas ou negativas sobre os comportamentos juvenis (ABRAMO, 1997).

Há uma tendência a abordar a juventude como expressão de uma unidade geracional – “a cultura juvenil” -, que obscureceria a diversidade de situação e pertencimentos vividos pelos jovens. Como enfatiza Pais (1990, p.140), “a sociologia da Juventude vacila entre compreendê-la como constituída por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida ou como um conjunto social necessariamente diversificado” de acordo com o pertencimento de classe, a condição econômica, os interesses, etc. Nessa perspectiva, ao considerar a diversidade que há por detrás da palavra juventude, o seu uso expressaria uma manipulação e um abuso de linguagem nos termos de Bourdieu (1983). Por outro lado, há de se reconhecer que sujeitos nascidos em determinado tempo histórico compartilham as questões de seu tempo em estreita relação com as especificidades do ciclo de vida a que pertencem.

Diante disto, buscando superar de um lado a naturalização e a homogeneização, ao se compreender os jovens somente a partir de recorte etário/geracional, e de outro a sua diluição em uma diversidade que os tornam invisíveis socialmente, propõe-se compreender os jovens a partir da ideia de condição juvenil (ABRAMO, 2005; DAYRREL, 2007). Esse termo reconhece que toda sociedade constrói representações sociais e atribui determinados valores à juventude a partir de um recorte geracional. Ao mesmo tempo, não desvincula isso das especificidades de cada situação social vivida a partir das condicionantes de classe, gênero, pertencimento étnico-racial, etc.

Para Leão e Rocha (2015, p.19), perguntar pelos jovens seria investigar as “relações em que estão inseridos, atentando para as dimensões simbólicas e culturais, como também as situações materiais que definem limites e possibilidades de viver a experiência juvenil”. Assim, em termos universais, pode-se dizer que a juventude é uma fase da vida em que os sujeitos vivem intensas e rápidas transformações biológicas, emocionais e cognitivas, que impactam seu modo de ser no mundo. Momento esse que os mesmos vivenciam também processos de construção de uma maior autonomia e se colocam questões acerca de suas escolhas e projetos futuros. É uma fase em que se ampliam as relações pessoais, políticas e sociais para além dos espaços restritos da família e da escola.

Essas juventudes dominam saberes, porém, muitas vezes não são compreendidos como sujeitos com autonomia, mensageiros de diferentes culturas de extrema relevância, vivem em espaços de descaso pela ausência de políticas públicas para os sujeitos que lá residem. Refletir sobre essas juventudes que vivem no campo Amazônico no contexto atual é um desafio, tanto nas condições socioeconômicas quanto em condições educacionais.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) cerca de 30,8 milhões de brasileiros que vivem no campo, encontra-se em franca desvantagem, tantos em termos de recursos financeiros (capital físico) quanto ao capital sociocultural (escolaridade e frequência na escola) se comparado com os demais da população urbana (INEP, 2007). O que evidencia uma fragilidade em relação às políticas públicas de forma efetiva, evidenciando que os anseios dos sujeitos do campo, seguem de forma recorrente, ignorados no desenho dessas políticas públicas sociais, ficando a margem da agenda política do país.

Eis um dos vários desafios enfrentados pelas juventudes do Marajó, fazer valer o que tem sido de direito, mas não de fato, construir uma identidade no contexto rural que venha a contemplar a heterogeneidade e a diversidade do jovem inserido nesta tessitura.

4 TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA

Historicamente a violência está presente em todos os espaços, é um fenômeno complexo, um problema social e de saúde pública. A violência é uma questão social e, portanto, não é objeto próprio de nenhum setor específico (SACRAMENTO; REZENDE, 2006), possui formas diversas e surge na sociedade sempre de modo novo, ninguém consegue evitá-la e nem estar livre dela, ela é própria de todos os seres humanos (PAVIANI, 2016).

Ao problematizar características sobre a violência, é possível entender que as ciências partem de diferentes definições de violência a partir do objeto e do método de sua investigação (PAVIANI, 2016). Apesar das pesquisas estarem problematizando um único assunto os especialistas, raramente, consideram o fenômeno com uma totalidade, por isso há necessidade de investigar aspectos e posições diferentes para que se consiga ter olhares diferenciados de campos de conhecimentos distintos.

A violência tem sido estudada no campo da saúde pública, e muitos profissionais, pesquisadores e sistemas de saúde pública tomaram para si as tarefas de entender as raízes da violência e evitar que ela ocorra, diz o Relatório Mundial sobre violência e saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS). O Relatório também aborda sobre os tipos de violência que estão presentes no mundo todo, argumentando que a violência pode ser prevenida e que a saúde pública tem um papel crucial no reconhecimento de suas causas e consequências (OMS, 2002). Nesse contexto, a OMS define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002. p. 05).

Essa definição demonstra as consequências das muitas formas de violência, e necessariamente não resulta em lesões ou mortes, mas que provocam diversos danos psicológicos, privação, entre outros, além do impacto na vida das pessoas que pode ter consequências imediatas ou podem perdurar por muito tempo, considerando a necessidade de analisar e compreender a totalidade do impacto na vida das pessoas e na sociedade, pois existem vários aspectos que na definição que podem ser levados em consideração para se compreender a violência.

De acordo com a OMS (2002), a violência se divide em três grandes categorias conforme as características de quem comete o ato de violência. Essas categorias se apresentam como Violência Dirigida a si mesmo, ou seja, a Violência auto infligida, que é subdividida em

comportamento suicida (pensamentos suicidas, tentativas de suicídio e suicídios completados), autoabuso (atos como a automutilação); a Violência Interpessoal, que possui a violência da família e de parceiro (a) íntimo (a), que ocorre entre os membros da família e parceiros íntimos, inclui violência como abuso infantil, violência praticada por parceiro íntimo e abuso contra os idosos (mas, não exclusivamente dentro de casa); e a violência comunitária que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco, inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos (OMS, 2002).

Há ainda a Violência Coletiva que é subdividida em violência social, política e econômica. Violência Social: crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência de multidões. Violência Política: inclui guerras e conflitos de violência pertinentes, violência do Estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores. Violência Econômica: inclui ataques de grupos maiores motivados pelo ganho econômico, tais como ataques realizados visando a interromper a atividade econômica, negar acesso a serviços essenciais ou criar segmentações e fragmentações econômicas (OMS, 2002).

Torna-se importante dizer que essa tipologia da violência permite fornecer estrutura significativa para se compreender os padrões de violência que ocorrem no mundo. As pesquisas e os estudos sempre estão apontando documentos com diretrizes para diferentes tipos de violências em diversos cenários (OMS, 2002).

Dentre as diferentes definições de violência que são observadas, consideramos também para este texto a concepção de Johan Galtung que diz que a violência também ocorre quando o real é evitável ou poderia ser evitado de alguma forma, e estabelece três tipos de violência: direta, estrutural e cultural (PALHARES; SCHWARTZ, 2015).

Sobre a violência direta, observa-se que na relação estão envolvidos o emissor e a vítima da violência, e a consequência do ato pode ser de natureza física (ferimentos corporais) ou psicológica (medo e insegurança). Esse tipo de violência direta, Galtung caracteriza como semelhante ao conceito de agressão física, ou seja, agressão facilmente identificável (PALHARES; SCHWARTZ, 2015).

Palhares; Schwartz (2015) ressaltam que na visão de Galtung a violência estrutural está diretamente ligada ao acesso limitado ou dificultado aos serviços prioritários, como renda, educação, alfabetização de assistência médica, estes são alguns exemplos de recursos que são distribuídos de forma desigual. Os recursos quando disponíveis à população em

situação de pobreza são escassos e esse fator pode afetar diretamente a saúde dessa população, podendo ocasionar problemas de saúde para a vida toda.

E ainda, sobretudo em tempos de abundância de alimentos as pessoas morrem de fome nos países subdesenvolvidos, esse cenário é visto como desigual e violento, e por essa razão, Galtung analisa que a violência estrutural contempla os fatores econômicos, políticos e sociais.

Para Galtung, é difícil caracterizar o que vem a ser a violência cultural ou caracterizar uma cultura como violenta, no entanto o autor ressalta que existem elementos como “a educação, meios de comunicação, arte, ciência, religião e ideologia que fazem parte da formação, construção ou reconstrução de valores, ideias e normas de uma sociedade” (PALHARES; SCHWARTZ, 2015. p. 20).

Dessa maneira, os autores afirmam que esses elementos são capazes de influenciar, moldar, direcionar a própria vivência comunitária e social, e esse fator pode mascarar; esconder e condicionar as pessoas a não verem o que está posto, a considerar natural o que a realidade social apresenta, como por exemplo, a repressão e exploração encontradas no mercado de trabalho das mais variadas profissões, entre outras situações. A literatura da violência no Brasil destaca que é necessário reconhecer como condicionantes da violência à presença da pobreza e das desigualdades sociais no país.

Para Abramovay (2002), a violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política. Não há um fator que explique exatamente o que é a violência, o que existe é uma multiplicidade de atos violentos, e que poderão ser vistos sob outro olhar, levando em consideração alguns fatores como as normas, as condições e os contextos sociais, em um determinado período histórico.

Abromovay (2002) pondera que a tese sobre democracia, cidadania incompleta e violência é desdobrada por Peralva (2000) “considerando novas configurações que singularizariam um cenário que potencializaria violências nos centros urbanos brasileiros na virada do século” (ABROMOVAY, 2002, p. 25). Essas configurações dizem respeito a aspectos relacionados ao aumento do acesso a armas, aspecto frisado por vários entrevistados em distintas pesquisas, em áreas de pobreza (Peralva (2000); Zalar (1999); Castro *et al* (2001) ; Abramovay (2002);

Há ainda a juvenilização da criminalidade; maior visibilidade a reação da violência policial, em particular contra jovens em bairros periféricos; ampliação do mercado de drogas e poder de fogo do crime organizado, em especial do narcotráfico em diversos centros

urbanos; e cultura individualista e por consumo — "individualismo de massa" — que derivaria em expectativas não satisfeitas, potencializando violências (ABROMOVAY, 2002, p. 25).

Nesse contexto, o debate acerca da violência traz a reflexão sobre o papel do Estado, sobre a importância da reforma política e a participação da população que vive em vulnerabilidade nos debates democráticos, pois se entende que a incerteza política e os conflitos institucionais, provocam a violência e esse fenômeno multifacetado não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, sejam no espaço público ou privado (ABROMOVAY, 2002).

Contudo, identificar os diversos tipos de violência e investigar suas causas é importante para a intervenção na busca por possíveis soluções. De acordo com Abromovay (2002), pesquisas recentes vêm utilizando as definições de violência direta, indireta e simbólica para identificar diferentes expressões do fenômeno.

A violência direta se refere aos atos físicos que resultam em prejuízo deliberado à integridade da vida humana. Essa categoria envolve todas as modalidades de homicídios (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres de civis). A violência indireta envolve todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva que implique prejuízo psicológico ou emocional. Por fim, a violência simbólica abrange relações de poder interpessoais ou institucionais que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos (ABROMOVAY, 2002, p. 27-28).

De acordo com a autora ao se conceituar a violência demonstra-se que esse fenômeno está presente em quase todas as relações sociais e também se transveste de várias formas. Na contemporaneidade, ela apresenta-se, nos mais variados espaços, ambientes e comunidades, isso significa que a médio e longo prazo as pessoas serão atingidas por alguma forma de violência. Os altos índices da violência somente demonstram que a sociedade é violenta e que muitas vezes simples ações são substituídas por medo e insegurança.

5 JUVENTUDE MARAJOARA E A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

A Amazônia Marajoara é um território com profundas contradições, pois, ao mesmo tempo em que possui uma rica biodiversidade e conta com 96% de suas florestas em pé, tem em sua história desigualdades sociais que é herança de anos de exploração e dominação do capital na região. Conforme explica Ramos (2020), a Amazônia Marajoara sofre com um preocupante quadro de mazelas sociais, fato que coloca oito de seus 16 municípios no *ranking*

dos 50 piores índices, avaliados no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Os ciclos produtivos representados, sobretudo pela borracha, palmito e a madeira deixou um rastro de destruição, especialmente, no Marajó das florestas, pois o poder público não priorizou as políticas sociais que beneficiassem a população. Assim, ao final de cada ciclo econômico agravam-se os problemas sociais da região. O desmatamento e degradação ambiental e humana vieram na esteira do suposto desenvolvimento econômico e muitos dos trabalhadores rurais se submeteram às condições precárias e degradantes de trabalho nessas atividades econômicas.

Nesse contexto, a madeira foi à atividade econômica que marcou profundamente as relações sociais do povo marajoara. “A extração virou uma atividade econômica hegemônica com características conservadora, classista e racista” (CARMO; FERNANDES; MEDEIROS, 2020, p.31). Logo, os impactos deixados pelo ciclo da madeira, com o aval do Estado, perduram até os dias atuais. Isso porque, a maioria dos trabalhos ofertados para as pessoas do campo, era braçal e não precisava de escolaridade para ocupar os cargos.

Os homens e mulheres que trabalharam nas madeireiras, com fim do ciclo, devido às pressões internacionais, ficaram completamente sem perspectiva de renda. A alternativa encontrada foi migrar para as sedes dos municípios e adentrar no mercado informal (carreiros, vendedores ambulantes, batedores de açai) para conseguir o sustento de suas famílias (OLIVEIRA, 2018).

Nessa perspectiva, com fechamento das madeireiras, os problemas sociais aumentaram vertiginosamente como abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil, violência contra mulher, aumento no consumo de drogas tanto lícitas, como ilícitas e aumento da criminalidade.

Diante deste contexto, é interessante questionar, como os problemas sociais deixados pelos ciclos produtivos afetaram a juventude marajoara? Para responder esse questionamento vamos nos reportar ao arcabouço teórico sobre a temática juventude, violência e vulnerabilidade social de Palhares; Schwartz, (2015) *apud* Galtung (1969) e Abramovay (2002), teóricos que discutem a referida temática.

É importante destacar, que, sem dúvida nenhuma, ocorreu uma transferência intergeracional das mazelas sociais deixada pelo capital. E ausência e/ou a precarização das políticas públicas tem gerado uma série de desdobramentos resultando em uma situação de vulnerabilidade social desses indivíduos.

Segundo Abramovay (2002,p.14), “a vulnerabilidade social trata da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou não acesso a insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) estratégicos”. Logo, ausência ou precarização das políticas públicas diminuem as chances dos jovens desenvolverem todo seu potencial para se tornarem sujeitos de direitos.

A vulnerabilidade também se desdobra em outro aspecto perverso, que é a escassa disponibilidade de recursos materiais e simbólicos a indivíduos excluídos da sociedade gerando uma situação de violência estrutural de grandes proporções. Assim, a reflexão sobre violência estrutural baseia-se no referencial teórico de Galtung (1969), sociólogo norueguês, reconhecido mundialmente por sua produção acadêmica sobre violência e paz.

Assim, de acordo Galtung (1969) apud Palhares; Schwartz (2015), o conceito de violência estrutural é aquele que se estabelece na infraestrutura social e que pode se transformar em diversas situações que envolvem a distribuição desigual de recursos ou serviços essenciais. A educação, a saúde, trabalho, moradia são exemplos de recursos que são distribuídos de maneira desigual.

Galtung (1969) apud Palhares; Schwartz (2015) apontam o caráter silencioso, invisível ou menos visível da violência estrutural, pois, não há autor específico e identificável. Porém, é importante ressaltar que apesar de não ter alguém que seja responsável diretamente pela situação, a mesma não é fruto do acaso ou de uma força maior. Nesse caso, é consequência direta ou indireta da ação humana sobre as estruturas do poder, que geram desigualdade na distribuição dos recursos.

A miséria é um exemplo de correlação entre desigualdade e a violência, pois de acordo com Galtung (1969) apud Palhares; Schwartz (2015), a miséria está estreitamente ligada à doença (ou a falta de saúde) produzindo um círculo vicioso, porque os sujeitos vivem em um ambiente em que seus recursos são sempre insuficientes para sua sobrevivência.

Desse modo, de acordo com os argumentos acima, seria legítimo dizer que as juventudes marajoaras vêm sendo vítima da violência estrutural? Para responder essa questão precisa-se ancorar em dados sobre a região que apontam o cenário em que vivem esses indivíduos.

Amazônia marajoara é predominantemente rural (57%). Atividades típicas de agricultura familiar, o nível de renda per capita dos municípios de Marajó varia entre R\$ 148,00 (Bagre) a R\$ 492,00 (Anajás), ou seja, uma grande parcela da população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza. O outro dado importante refere-se ao fato do

Território marajoara possuir um dos menores índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) do país, variando entre baixo e muito baixo IDHM 0,419-0,615 (RAMOS, 2020).

No que se referem ao saneamento básico, os dados de abastecimento de água potável nos municípios que varia entre (5%) em Bagre a (66%) em Soure, tendo como média inferior a 50% entre todos os municípios, a situação é preocupante, pois na maioria dos municípios o saneamento é praticamente inexistente, com exceção de Ponta de Pedras que possui a cobertura de 11% de rede esgotos. O destino dos dejetos é o próprio rio, pois, são despejados a céu aberto na maioria dos municípios (RAMOS; EULER, 2021, p. 3-4).

Nesse cenário, é interessante apresentar dados estatísticos para poder comparar os índices entre o contexto nacional e estadual com a realidade marajoara. De acordo com Castro e Pereira (2019) apud Euler; Ramos (2021) em 2010, 74% da população acima de 18 anos rural no Brasil não tinha o ensino fundamental completo. O outro dado importante aponta que somente 5,5% dos jovens no meio rural, entre 18 a 29 anos, tinham o ensino médio completo no Brasil, em 2013, contra 22,5% no meio urbano (SANTOS, 2017 apud; RAMOS; EULER, 2021).

Para a região Norte, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o percentual era de 4%, logo, menor que a média nacional. Atualmente, o estado do Pará tem a pior colocação no *ranking* de IDHM entre os estados da região Norte e está à frente somente de Alagoas no *ranking* nacional. (RAMOS, 2020).

De acordo com o Censo 2010, os municípios do Território do Marajoara estão entre os piores colocados no quesito educação, sendo Melgaço na última colocação, com 6,89% de estudantes entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo (RAMOS; EULER, 2021).

A evasão escolar é outro aspecto importante para se levar em consideração, na região Norte a evasão de jovens de 15 a 17 anos é 40%, quanto à questão gênero, para os homens o principal motivo do abandono é a necessidade de trabalhar (55%) para as mulheres, a motivação é necessidade de cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com alguma deficiência 46% conforme explica IBGE (2019). Existem outras demandas que contribuem para a evasão, como os longos trajetos percorridos pelo transporte escolar nas escolas de difícil acesso e ausência do ensino médio em algumas regiões.

Os dados acima demonstram o quanto a Amazônia marajoara é território de extrema vulnerabilidade social. Mas eis a questão? Como quebrar o ciclo intergeracional de miséria causada pela violência estrutural do Estado Brasileiro? É importante lembrar que os problemas marajoaras são históricos e estruturais, e não se podem resolver problemas estruturais com ações pontuais. Existe uma dívida social com a juventude que por muito

tempo ficou fora da política (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014). Daí precisa-se refletir sobre alguns pontos que podem nos levar a outros questionamentos e reflexões acerca de possíveis caminhos.

É importante lembrar que o Marajó possui uma rica biodiversidade e é mundialmente conhecido por isso. Então, deve-se levar em consideração que uma das soluções seria conhecer e ouvir a natureza através da nossa ancestralidade cabocla e ribeirinha, ou seja, retomar o Bem Viver e reconhecer a natureza como um sujeito de direito que merece ser cuidada e respeitada para que ela venha continuar cuidando de seu povo.

Nesse contexto, a necessidade de construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário para Marajó (PADRSS) junto os atores sociais que acreditem nas mesmas diretrizes e como Movimento Sindical, Universidades Públicas, Igrejas, Coletivos que defendam a sociobiodiversidade, educadores, jovens lideranças e, principalmente, agroextrativistas moradores dos territórios rurais para pensar e vislumbrar o território marajoara.

Lembrando que as juventudes precisam ter um papel de protagonismo nesse processo, pois, é uma parcela estratégica da população que precisa ser formada para pensar soluções criativas e inovadoras para o meio rural no Marajó. Nesse sentido, para se pensar em Projeto Alternativo (PADRSS) requer eleger o campo como espaço de permanência, produção, de cultura, de saberes, de alimentos. Alicerçados em valores que promovam transformação da vida, diversidade, autonomia e bem-estar de toda população, bem como reduzir as desigualdades étnicas, de gênero, de geração, regionais, enfim que sejam pautadas nas diversidades dos sujeitos do campo de forma a valorizar os saberes como matrizes produtivas sustentáveis, a exemplo da agroecologia, onde se busca produzir alimentos saudáveis para todas as pessoas.

Em síntese, entende-se que pensar e promover coletivamente um projeto popular, comunitário alternativo para o campo se faz urgente e necessário. Faz-se urgente, também, trazer os jovens para o centro do debate, no sentido destes assumirem o protagonismo e constituírem-se sujeitos estratégicos para a transformação da sociedade.

Em outras palavras, é extremamente importante criar condições econômicas, políticas e sociais para que os/as jovens possam ter alternativas de vida. É preciso reverter à dívida histórica que o Estado tem para com esse grupo, e assim, no futuro próximo, possam contribuir para a mudança estrutural que tanto necessitam. Como já mencionado a negligência do Estado por muito tempo é uma das principais causas e fator de vulnerabilidade nas vidas

dos jovens, o que faz deles objetos da violência estrutural. Assim, possibilitar alternativas de reverter esse quadro é condição de extrema urgência.

6 CONSIDRAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões tecidas evidenciamos que o cotidiano do jovem marajoara é repleto de constantes privações de direitos que afetam de forma avassaladora seus planos, sonhos, desenvolvimento e protagonismo nas mais diversificadas áreas. No que concerne à violência no campo observa-se uma constata em relação à violência estrutural que se configura como acesso limitado ou dificultado aos serviços prioritários, como renda, educação, alfabetização, assistência médica, dentre outros, estes são alguns exemplos de recursos que são distribuídos de forma desigual no contexto marajoara e, principalmente nos espaços rurais, este cenário é ratificado pelos baixos índices de desenvolvimento humano da região.

A ausência ou precarização das políticas públicas diminui as chances dos jovens de desenvolverem todo seu potencial para se tornarem sujeitos de direitos, infere-se que as diversificadas formas de violência limitam o desenvolvimento e o protagonismo das juventudes marajoaras, não se afirma que os jovens estão fadados à inércia, mas que o contexto de privações interfere no exercício da cidadania destes jovens que muito podem cooperar para o desenvolvimento embasado nos princípios do bem viver, no contexto marajoara.

É fundamental, numa sociedade em constante mudança, refletir sobre o fenômeno da violência, considerando além das pesquisas e dados estatísticos, a realidade vivenciada no cotidiano, para que se criem possibilidades de amplo debate democrático entre as instituições, órgãos públicos e privados e sociedade civil, provocando-os para a reflexão acerca das causas e consequências da violência, e ainda utilizando esses espaços de discussão como estratégia de combate.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, H.B; MARTONI, P. P. **Retratos da Juventude Brasileira**: Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/ Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Juventude e Contemporaneidade, **Rev. Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p.25-26, maio-ago /set.-dez.1997. Edição Especial.

ABRAMOVAY, M. **violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BRASIL. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, v. 1, 2014, p. 122-132.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões da Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf> . Acesso em 15/02/2022. Acesso em: 18 jan. 2022.

CARMO, E. D; MEDEIROS, N. S; FERNANDES, M. V. C. Precarização, Sofrimento e Memórias dos Trabalhadores das Madeiras no Marajó: a quem interessa(va) o silêncio? **Revista Espirales**, vol. II, Set. 2020.

DAYRRELL, J. **A escola “fz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização Juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, 2007.

GIL, A. C, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. **Panorama de Educação do Campo**. Brasília: Paz e Terra, 2007.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura: PEVS**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 18 jan. 2022.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de, Fundamentos da metodologia científica. In: **Fundamentos da metodologia científica**. Atlas, 2010.

LEÃO, G; ANTUNES-ROCHA, M. I (org.). **Juventudes do campo** – 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, R. C. A Juventude Marajoara: Indicadores de perpetuação do ciclo da vulnerabilidade social entre os jovens do município de Breves/Marajó-PA. v. 16 n. 1 (2018): **In Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23280>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

PAIS, J. M. **A construção sociológica da Juventude**: Educação, Serviço Social e Ciências Sociais. (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmrntvm, 2009.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da Juventude** – *Alguns contributos. Análise Social*, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PALHARES, MFS., and SCHWARTZ, G.M. A violência. *In: Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 11-26. ISBN 978-85-7983-742-5. Available from SciELO Books .

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: *In: MODERNA, Maura Regina (org.). Conceitos e formas de violência*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 08-20. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?> Acesso em: 20 de jan. de 2022.

RAMOS, C. A. P.; EULER, A. M. C. **Marajó conectado: como a internet pode melhorar a vida da juventude marajoara no contexto da pandemia e da bioeconomia**: Embrapa Amapá; PNUD/GEF, 2021. Nota Técnica número 5. Disponível em: <https://www.infotec.cnptia.embrapa.br/infoteca/dandle/doc/1132328>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RAMOS, C. A. **Repasses Federais para o Marajó** - anos de 2019 e 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lyga6XpEsdU>. Acesso em: 20 jan. 2022

SACRAMENTO, L. de T; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. *Revista Aletheia*, n.24, p.95-104, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

11

Participação de jovens beneficiários/as do programa bolsa família em atividades e eventos escolares no Marajó-Pará

Vivianne Nunes da Silva Caetano

Taynan Lopes Costa

Alessandra Araújo Macedo

1 INTRODUÇÃO

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que tem como objetivo combater a pobreza e desigualdade econômica e social no Brasil por meio da liberação de valores mensais a famílias que se encontram situados na linha da pobreza ou extrema pobreza no País. Para que ocorra o recebimento as famílias beneficiárias devem cumprir com condicionalidades na área da educação, saúde e assistência social. Este artigo tem como objetivo geral apresentar de que forma as condicionalidades voltadas para educação influenciam, efetivamente, no nível de participação de adolescentes e jovens beneficiários(as) do Programa Bolsa Família nas atividades e eventos pedagógicos desenvolvidos por escolas públicas no Marajó-Pará. Assim, tem-se como questão norteadora responder: Qual o nível de participação de alunos/as beneficiários(as) do Programa Bolsa Família nas atividades e eventos desenvolvidos em escolas públicas de nível fundamental no Marajó-Pará?

Como base metodológica utilizamos a abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, pesquisa exploratória, com base em autores como Ludke; André (1986), Gil (2002, p. 41). Que devido a situação de pandemia utilizamos a coleta de dados por meio de roteiros de questionários empregados de forma online através de plataformas interativas de fácil acesso, para que, assim, tivéssemos a possibilidade de contactar o maior número possível de participantes que façam parte de comunidades escolares do município de Breves. Dessa forma, formulamos a metodologia de trabalho tendo como objetivo principal colher opiniões positivas e/ou negativas e demais informações a respeito do nível de participação de alunos(as) beneficiários(as) do Programa Bolsa Família – PBF, nas atividades desenvolvidas nas escolas municipais de Breves.

O texto foi organizado em três momentos: 1º) contextualização do Programa Bolsa Família e sua condicionalidade voltada a educação. 2º) demonstramos a importância do PBF na vida escolar e social de adolescentes beneficiários; 3º) apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada por alunos(as) do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas – Campus Breves – Marajó-Pará, intitulada “Programa Bolsa Família: As influências do benefício no desempenho escolar de alunos(as)/beneficiários(as) matriculados(as) do 6º ao 9º ano do ensino fundamental no município de Breves-Marajó-Pará”.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PBF E SUA CONDICIONALIDADE VOLTADA A EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 vem assegurar, de fato, vários direitos sociais aos cidadãos, dentre os pontos de defesa destacamos o artigo 6º que diz: “São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 18).

De acordo com Silva (2012, p. 19), começaram a ser desenvolvidos por volta de 1930 programas de transferência de renda na Europa, já no Brasil vai se iniciar em 1991, com a apresentação de um projeto de lei que visa garantir uma renda mínima para todo brasileiro com idade de 25 anos. Já em 1991 a 1993 vai se pensar na família como beneficiária e a condicionalidade da frequência escolar. Após a experiência de políticas de transferência de renda condicionada nas cidades de São Paulo e Brasília em 1995, o Governo Federal passou a promover Programas de Transferência de Renda em todo Brasil, com ações nas áreas da educação, saúde e trabalho, tendo como objetivo primordial atender a população pobre do país com a renda *per capita* familiar de até meio salário-mínimo, que se encontram dentro da chamada Linha da Pobreza. Segundo Caetano (2018 apud SILVA *et al.* 2011), o final do segundo mandato do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, destacou-se o aumento dos Programas de Transferência de Renda Condicionada, com o intuito de reduzir os índices de desemprego, violência, extrema pobreza e desigualdade social:

Alguns programas de transferência de renda antecederam o PBF, como o Bolsa Escola, criado em 2001; Bolsa Alimentação, criado 2001; Auxílio Gás, em 2002 e; Cartão Alimentação criado no ano de 2003. Todos esses Programas possuíam

condicionalidades para as famílias beneficiárias permanecerem ativas no programa tanto na área da saúde, mantendo a vacinação em dia, pesagem, gestantes com a realização correta do pré-natal e na área da educação manter o mínimo de 85% de frequência escolar. (BENITEZ, 2017, p. 3)

Desse modo, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2004, no Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Lei 10.836/2004 pelo governo federal e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, tendo como finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda (BRASIL, 2004). O PBF passa a ser a “principal ação governamental brasileira que objetiva enfrentar a pobreza absoluta” (NASCIMENTO, 2015, p.15). Para se ter um controle maior sobre o programa, foram criados diversos órgãos que passam a regulamentar e organizar as concessões:

O Governo Federal implantou um sistema de acompanhamento familiar denominado Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON), no qual, os municípios alimentam as informações particularizadas para cada família. No que se refere à educação, as informações são em relação à frequência escolar que não pode estar abaixo do permitido pelo Programa. Os dados são transmitidos para o Governo Federal. Essas informações são alimentadas pelos técnicos de referência, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). (BENITEZ, 2017, p. 3-4).

Assim, o Programa Bolsa Família, em curto prazo, objetivou aliviar de forma imediata os efeitos da pobreza nas famílias beneficiárias por meio da transferência direta de renda. No entanto, para que recebam o benefício, existem algumas condicionalidades a serem cumpridas voltadas a educação, saúde e assistência social. Com relação a educação, existe a seguinte condicionalidade: “Os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, durante o período letivo” (SEDES, 2021, p. 01). De acordo com Benitez (2017) a família que descumpra as condicionalidades, sendo acompanhada pela equipe de referência do CRAS, poderá, de acordo com avaliação técnica, ter o benefício interrompido. E somente após registros e avaliação no SICON, o benefício poderá ser retomado.

Sobre a educação ser uma questão central nos programas de transferência de renda na América Latina, destacamos Silva *at al* (2012) em seu trabalho intitulado “Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos”, no qual as autoras apresentam que os adolescentes por estarem na escola poderão romper o ciclo da pobreza. Os estudos de Oliveira; Soares (2013) apresentam que alunos(as) que cumprem as condicionalidades

voltadas para a educação possuem índices até 40% menores de repetência do que aqueles que não cumprem.

Sendo assim, é perceptível a importância das condicionalidades do PBF para a manutenção de crianças e adolescentes na escola por meio do cumprimento da exigência da permanência e frequência escolar, pois por meio dela abre-se inúmeras possibilidades para os(as) beneficiários(as), sendo um estímulo positivo para os estudantes. Desta maneira, se faz necessário, pesquisas que busquem compreender e validar essas condicionalidades do Programa Bolsa Família, objetivando a permanência ou criação de novas estratégias que possam assegurar a proteção de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade.

3 A IMPORTÂNCIA DO PBF NA VIDA ESCOLAR E SOCIAL DE JOVENS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS

O Programa Bolsa Família, no decorrer das décadas de sua efetivação apresenta sua importância para que estudantes garantam sua frequência escolar, diminuindo, com isso, os índices de evasão das escolas. Contudo, essa assiduidade não é garantia de participação nas atividades e eventos desenvolvidos nas instituições escolares. É a participação efetiva do aluno que poderá garantir o real desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, que não ocorre somente na sala de aula, pois, são necessários, também, outros fatores determinantes a serem inseridos na formação deste(as) educando(as), como a participação em feiras de ciência, eventos culturais, esportivos, momentos que poderão proporcionar um processo de aprendizagem mais dinâmico, com maior interação por meio de trabalhos em grupo, gerando, com isso, a aquisição de conhecimentos socioculturais que contribuirão de forma efetiva e benéfica para sua formação.

Assim, a exigência do Programa do cumprimento da frequência pode proporcionar aos estudantes o maior contato com conteúdos importantes, atividades interativas, discussões e mobilizações em eventos e outros. Com isso, “[...] o PBF, possui como objetivo fazer com que as famílias que se encontram em situação de pobreza não necessitem do trabalho de seus filhos para sobreviver, estimulando a frequência dos mesmos à escola [...]” (CALAIS; BRUM 2016, p. 7):

Com a participação efetiva desses estudantes na escola poderão, futuramente, tornarem-se agentes de mudanças em seus núcleos familiares, tendo a possibilidade de interromper o processo de miséria em que estão inseridos. Assim, para as famílias

beneficiárias a função principal de seus filhos quando crianças é frequentar a instituição escolar para não ter o auxílio cortado, entretanto, com o passar do tempo essa criança cresce, passando a ter outro papel primordial no complemento da renda, pois como adolescentes já possuirão a capacidade e condições de trabalhar em serviços braçais para auxiliar seus pais ou responsáveis, o que pode gerar, conseqüentemente, um aumento nos índices de evasão escolar.

A partir disso é notório que o Programa tem como objetivo, também, erradicar a pobreza e o trabalho infanto-juvenil, porque tendo essa fonte de renda, o aluno poderá frequentar melhor a escola. Portanto, o aluno(a) beneficiário(a), ao cumprir a condicionalidade voltada a educação, mesmo com as dificuldades, pode ter a oportunidade de estar mais presente nas atividades escolares, contribuindo, assim, para uma realidade futura de mudanças e quebra de paradigmas.

Porém, sabemos que frequência escolar não é sinônimo de um bom rendimento e qualidade de ensino, o Programa tem como objetivo erradicar a pobreza dando melhores condições de vida aos membros das famílias beneficiárias que vivem em extrema pobreza, mas isso só ocorrerá se esses jovens tiverem uma boa qualificação que lhes conceda habilidades e competências para que possam entrar no mercado de trabalho com boa qualificação profissional, superando assim a problemática social em que está inserido.

4 VISÃO DE PROFESSORES(AS) SOBRE A PARTICIPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS(AS) BENEFICIÁRIOS(AS) DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA

O município de Breves-Pá, *locus* da pesquisa “Programa Bolsa Família: As influências do benefício no desempenho escolar de alunos(as) beneficiários(as) matriculados(as) do 6º ao 9º ano do ensino fundamental no município de Breves-Marajó-Pará”, tem a economia baseada no serviço público, extrativismo e agricultura, possui uma população estimada 104.280 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). No Cadastro Único em setembro de 2021 totalizavam 23.638 famílias cadastradas e o PBF beneficiou, no mês de outubro de 2021, **16.503 famílias**, representando uma cobertura de 140,6 % da estimativa de famílias pobres no município, segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação o SAGI (BRASIL, 2021).

A pesquisa aplicou questionários online²⁴ com 15 perguntas que tinham como um dos focos verificar como ocorre a participação de alunos(as) beneficiários(as) do PBF nas atividades e eventos escolares em escolas municipais de Breves. Como resultado foram obtidas 61 respostas de professores(as), coordenadores e diretores de escolas da rede pública municipal, que demonstraram seus conhecimentos sobre o nível de participação dos alunos(as) beneficiários(as) do Programa Bolsa Família nas atividades e eventos desenvolvidos nas escolas públicas de nível fundamental em Breves. O questionário aplicado foi com professores(as) que atuam no meio urbano e rural, com as perguntas, nessa perspectiva, com dois focos: 1) elucidar se o Programa Bolsa Família tinha influência no processo de ensino e aprendizagem e; 2) a participação dos(as) beneficiários(as) do programa nas atividades escolares.

Quando questionados(as) se o Programa Bolsa Família influencia no processo ensino e aprendizagem? Das 61 pessoas que responderam, 37 afirmaram que sim, 8 que não e 16 responderam que razoavelmente influenciam. Ao serem questionados(as) de que forma se daria essa influência, 43 responderam que influencia positivamente e 18 responderam que negativamente. 40 pessoas justificaram suas respostas, dentre destacamos que vários afirmaram que: “os(as) alunos(as) vão para a escola por causa do Bolsa Família por causa da frequência”. Outros disseram que “as famílias dos(as) alunos(as) não possuem uma fonte de renda para dar um mínimo de condições para as crianças permanecerem na escola como: Material escolar, uniforme, pelo menos uma refeição que não seja a da escola”. Evidenciando assim que a maioria dos(as) docentes concordam que o Programa influencia de forma positiva para a permanência de alunos(as) na escola e tem ciência que a frequência é um fator determinante para isso, pois o programa consiste em uma fonte de renda mínima para as necessidades básicas dos(as) beneficiários(as). Destacamos outras respostas que chamaram a atenção:

O apoio financeiro dado às famílias carentes possibilita não só a aquisição de material escolar para as crianças, mas, principalmente, a compra de alimentação, bem como de vestuário, como o próprio uniforme escolar. Em tempos de forte desemprego da população e da falta de perspectiva, em muitos casos, o recurso do Bolsa Família representa a única fonte de renda de muitas famílias breveses. Vale destacar ainda que, infelizmente, a merenda servida nas escolas não é de qualidade e, portanto, não supre a necessidade das nossas crianças. Por tudo isso, acredito que o Programa Bolsa Família se estabeleceu como principal política de

²⁴ É importante destacar que a aplicação do questionário no formato online se deu devido a situação de pandemia.

auxílio na permanência das crianças na escola. (Professor do Fundamental I, meio urbano).

A partir dessa fala tão significativa do professor, podemos entender que com o apoio financeiro que o Programa proporciona, os(as) alunos(as) conseguem permanecer na escola porque podem ter acesso a materiais escolares e alimentação, o que incentiva sua permanência na escola, diminuindo a evasão escolar. Sobre isso, um professor do Fundamental II, do meio urbano, disse:

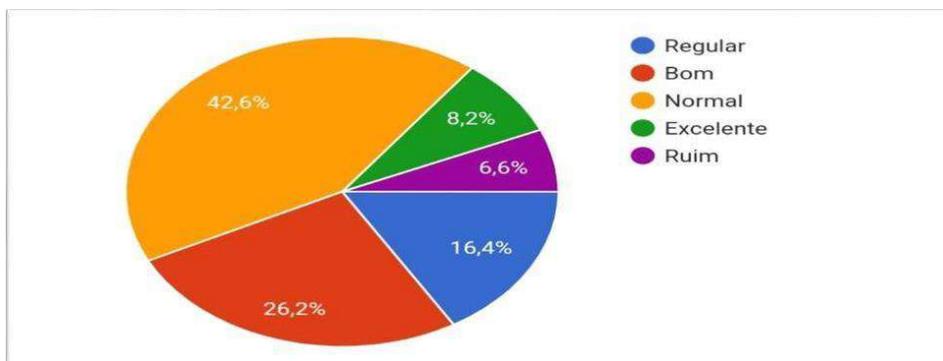
Devido ao fato de o mesmo exigir a assiduidade da criança na escola, em alguns casos nos deparamos com famílias que não compreendem a importância da educação na vida de seus filhos e a permanência do benéfico se torna um grande incentivo para que os pais mantenham as crianças na escola. Assim, como observamos um maior interesse no bom desempenho do filho na escola. Além de possibilitar a manutenção dos materiais escolares.

Esse depoimento chama a atenção porque com o PBF os pais entendem que é importante deixar seus filhos(as) na escola e que precisam dispensá-los da rotina de trabalho para que tenham tempo para estudar (CALAIS; BRUM 2016, p. 07). Entretanto, ainda existem pais que não compreendem a importância dos estudos na vida de seus filhos(as) e acabam os colocando desde cedo para iniciarem os trabalhos na roça, pesca e outros, interrompendo, muitas vezes, a possibilidade de estudo e de capacitação para a vida profissional futura.

Dessa forma, percebemos com as respostas que o programa possui duas vertentes: a primeira seria que a exigência da frequência faz com que a evasão escolar diminua, porém, a outra que alguns pais não levam em consideração isso, não sabendo valorizar a educação e acabam exigindo e precisando que seus filhos(as) trabalhem, perpetuando assim que a educação seja apenas mais um fator de mobilidade social.

Quando questionados(as) sobre o nível de participação dos(as) alunos(as) beneficiários(as) do Programa Bolsa Família nas atividades escolares, de acordo com o gráfico da pesquisa abaixo que demonstra as respostas sobre essa questão, constatamos que a maioria, 42,6% dos(as) professores(as) percebem uma participação “normal” desses alunos(as), 26,2% que é “bom”, seguidos por 16,4% “regular”, 8,2 “excelente” e 6,6 “ruim”.

Gráfico 1: Nível de Participação nas aulas de alunos(as) beneficiários(as) do PBF.



Fonte: gráfico gerado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Essa participação normal, bom, regular dos(as) beneficiários(as) em maior porcentagem na pesquisa, pode estar diretamente ligada a condicionalidade da frequência para o recebimento do benefício, refletindo em sua participação no ambiente escolar.

Pedimos para os entrevistados(as) justificarem suas respostas, pelas quais percebemos vários pontos em comum por grande parte dos(as) professores(as) em relação a participação e frequência dos alunos(as) beneficiários(as). Pois grande parte, afirma que os aspectos positivos da assiduidade ocorrem porque precisam cumprir a condicionalidade imposta pelo programa, visando a permanência no benefício dos valores repassados. A seguir alguns comentários e justificativas dos(as) professores(as) entrevistados(as):

- Alguns que vão para manter o Bolsa Família, costumam faltar um pouco. (Professora Fundamental II, meio rural);
- As dificuldades são muito grandes, mas o fato de o programa exigir frequência, sim ajuda bastante na participação das aulas. (Professor X do Fundamental I, II, meio urbano);
- Há uma preocupação mais evidente com a justificativa de faltas, por parte daqueles que recebem o benefício, do que da parte daquelas que não recebem. Logo evitam faltar sem motivo aparente e real. (Professor do Fundamental II, meio rural).

A partir dessas respostas percebemos que a condicionalidade do PBF tem grande impacto na participação dos(as) alunos(as) refletindo, com isso, no que apresenta Silva (2012, p. 52), sobre as médias nacionais de frequência de alunos(as) beneficiários do Programa de 7 a 17 anos que chegam a 94,0% e 90,8% em todas as regiões do País. Quanto a questão da obrigatoriedade do cumprimento da condicionalidade, destacamos algumas respostas que chamaram atenção:

- Eles são cobrados pelos pais para que não falem nas aulas, isso não significa dizer que é por conta do aprendizado mais sim pelo número de faltas que é informado

para os órgãos que compõem esse programa. (Professor do Fundamental I, meio Urbano);

- Podemos perceber que a maioria desses alunos são muitas das vezes obrigados a virem para a escola pelos pais, para não perderem tal benefício. (Professora do fundamental II, meio rural);

- Os pais mandam até doentes, pois com muitas faltas o aluno corre o risco de perder o benefício. (Professor do Fundamental I, meio rural);

- A maioria dos pais justificam na escola quando seus filhos precisam faltar, pois muitas faltas sem justificativa compromete o recebimento do auxílio. Logo a frequência destes alunos nas aulas é muito boa. (Professor do Fundamental II, meio urbano).

Sendo assim, percebemos um compromisso das famílias ao cumprirem a condicionalidade da frequência, que exigem de seus filhos(as) que frequentem a escola, pois sabem das possíveis penalidades que podem sofrer e em último caso ter o benefício cancelado. Portanto, devemos refletir que existe a preocupação da participação somente para o recebimento dos valores do benefício, ficando em segundo plano a aprendizagem, fato este que pode ser prejudicial para os alunos(as) a longo prazo. Contudo, devemos destacar que existem famílias conscientes acerca do real sentido das condicionalidades do Programa Bolsa Família, como explicou um Professor do Fundamental I (meio urbano):

Como professor observo que os responsáveis de alunos que estão incluídos no Programa Bolsa Família aos poucos vêm se conscientizando sobre a importância que a educação pública pode representar para o futuro das crianças. Dessa forma, me parece estar sendo superada àquela etapa em que muitos pais se sentiam obrigados a levar seus filhos na escola e/ou a frequentar as reuniões escolares com receio de terem o benefício em tela cancelado. Claro que o programa por si só não é capaz de suprir todas as necessidades de uma determinada família, mas, sem dúvida, vem se revelando como grande instrumento de apoio na melhoria do ensino público.

Essa consciência é adquirida através de orientações repassadas por muitas escolas, que buscam, quando necessário, identificar as dúvidas em relação ao PBF nas famílias oferecendo o apoio necessário para elucidá-las e ajudar a diminuir essa vulnerabilidade social, que na maioria das vezes não é só pela renda, mas pela desinformação.

Portanto, é evidente que o Programa Bolsa Família causa impactos significativos na participação dos(as) beneficiários(as) nas escolas. Contudo, cabe a reflexão no sentido que não só basta estar em sala de aula, precisa-se averiguar se esse(a) aluno(a) está, de fato, aprendendo e se tornando um ser crítico e reflexivo sobre sua situação econômica e social. Para isso, torna-se importante que as famílias sejam cada vez mais orientadas a buscar entender suas realidades e ter um acompanhamento efetivo sobre o processo de ensino-aprendizagem de seus(as) filhos(as).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos concluir que o Programa Bolsa Família influencia de forma positiva na participação e permanência de jovens na escola, porque a condicionalidade da frequência interfere para que estejam regularmente na instituição. De acordo com as afirmações dos(as) professores(as) participantes da pesquisa é perceptivo em suas falas que o PBF tem importância muito grande na vida de famílias marajoaras que se encontram na faixa de extrema pobreza, tendo papel fundamental na perpetuação do ensino, já que para que ocorra a educação precisa-se da presença efetiva do(a) aluno(a) na escola. E como o PBF tem conseguido assegurar a frequência, a participação deve ser foco, também, das metodologias trabalhadas por professores(as) nas salas de aulas, tendo como objetivo motivar esses alunos a participarem, de fato, das atividades pedagógicas formuladas.

Logo, foi possível concluir que o PBF possui influência positiva na vida de muitos jovens que precisam estudar e ao mesmo tempo ajudar a transformar a realidade de suas famílias. Dessa forma, segundo a pesquisa realizada, esse benefício contribui para que alunos(as) beneficiários(as) possam dedicar tempo aos estudos, e por meio de suas participações efetivas nas aulas e eventos escolares consigam melhor qualidade de ensino e desenvolvimento de suas habilidades psicomotoras e futura independência financeira.

REFERÊNCIAS

BENITEZ, Iêda Fernandes Calonga. **As condicionalidades do programa bolsa família no âmbito educacional**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de especialização: educação, pobreza e desigualdade social pela UFMS, 2017. Disponível em: <http://epds.ufms.br/anaisencontroiepds/>. Acesso em 04 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 8/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [da República Federativa do Brasil] Brasília, DF, 09.jan. 2004.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Relatório de Informações Sociais. 2021. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAETANO, Viviane Nunes da Silva. “**Sem o Bolsa fica escasso, com o Bolsa é mais avortado!**”: As influências do Programa Bolsa Família nas estratégias alimentares de uma comunidade ribeirinha da Amazônia Marajoara. 2018. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 21 de setembro de 2018.

CALAIS, Lara Brum de; BRUM, Daniela Almeida. Bolsa família: uma reflexão sobre a condicionalidade da frequência escolar e o impacto na educação dos jovens. **Revista psique**, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 7, jan./jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S/A (2002).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Cidade Breves/Pará**. População, Território e ambiente, 2019

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, M. A. C. Apresentação. **Tempo de Bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda**. Campinas: Papel Social. 2015. p. 15.

OLIVEIRA, L.; SOARES, S. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar**. Brasília: IPEA, 2013.

SEDES. **Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2021. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/condicionalidades-bolsa-familia>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. São Paulo: Cortez, 2010.

XIMENES, Daniel de Aquino; AGATTE, Juliana Picoli. A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p. 12, 2011.

12

A participação de jovens marajoaras no programa bolsa família: uma oportunidade de melhoria de vida?²⁵

Vivianne Nunes da Silva Caetano

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2001, o Governo Federal propõe desenvolver uma Rede de Proteção Social, que seria um esforço articulador de programas compensatórios, com ações nas áreas da educação, de saúde e de trabalho, tendo, como objetivo primordial, atender à população pobre do país com a renda *per capita* familiar de meio salário mínimo, que se encontravam na linha de pobreza. O objetivo desta rede seria de diminuir os altos índices de desemprego, de violência, de pobreza e pobreza extrema e de desigualdade social, por meio de programas nacionais de transferência de renda, destacando-se:

[...] o Benefício de Prestação Continuada – BPC; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Programa Agente Jovem, todos do Ministério de Assistência Social; o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado a Educação – “Bolsa-Escola”, do Ministério da Educação; o Programa Bolsa-Alimentação, do Ministério da Saúde; o Auxílio-Gás, do Ministério de Minas e Energia, e, mais recentemente o Programa Cartão Alimentação, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, instituído em 2003 pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (SILVA *et al.*, 2011, p. 106).

No primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve mudanças históricas no uso dos programas de transferência de renda, destacando-se a unificação dos programas sociais, citados acima, pela implantação, em nível nacional, do Programa Bolsa Família (PBF), criado pela “[...] Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, sendo sancionada pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004” (NASCIMENTO, 2015, p. 15).

O PBF passou a ser considerado a “[...] principal ação governamental brasileira, que objetivava enfrentar a pobreza absoluta” (NASCIMENTO, 2015, p. 15), sendo reconhecido

²⁵ Artigo baseado nos resultados da pesquisa de tese de doutorado “Sem o Bolsa fica escasso, com o Bolsa é mais avortado!”: As influências do Programa Bolsa Família nas estratégias alimentares de uma comunidade ribeirinha da Amazônia Marajoara” (CAETANO, 2018), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará no ano de 2018.

como o “carro-chefe” do Programa Fome Zero, que propunha a inclusão social e as seguranças alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis à fome, garantindo-lhes a cidadania, sendo destinado, portanto, “[...] a grupos familiares sem renda ou cuja renda é insuficiente para garantir o mínimo necessário à sobrevivência” (KALOUSTIAN, 1998, p. 107).

Cireno, Silva e Proença (2013), ao analisar o desempenho na Prova Brasil e outros indicadores educacionais, como a reprovação, o abandono escolar e a distorção idade-série de alunos/as adolescentes beneficiários/as, estudantes do 5º ao 9º ano, verificaram que o PBF estava sendo exitoso em diminuir os índices de abandono dos/as alunos/as beneficiários/as, por meio de dois mecanismos distintos.

Nesse sentido, considerando os resultados positivos apresentados, com relação à frequência escolar de alunos/as beneficiários/as do PBF, este artigo objetiva elucidar o seguinte questionamento: quais foram as modificações econômicas e sociais no modo de vida de jovens beneficiários/as do meio rural marajoara, a partir de suas inserções no PBF?, no sentido de demonstrar de que modo estes grupos de pessoas utilizaram os recursos transferidos na aquisição de condições mais dignas de vida, considerando, ainda, o cumprimento da condicionalidade educacional trazida pelo dito Programa.

Utilizamos, como bases metodológicas, a abordagem qualitativa, a pesquisa de campo do tipo estudo de caso, a pesquisa bibliográfica, tendo, como referências principais, os resultados da pesquisa de tese de doutorado “Sem o Bolsa fica escasso, com o Bolsa é mais avortado!”: As influências do Programa Bolsa Família nas estratégias alimentares de uma comunidade ribeirinha da Amazônia Marajoara”, de Caetano (2018), a qual demonstra como se deu a inserção do Programa em uma comunidade ribeirinha marajoara e quais alterações ocorreram no cotidiano dos moradores e em suas perspectivas de melhorias econômicas e sociais, após suas inserções no Programa em questão. Como método de coleta de dados, usamos a observação participante do tipo aberta, entrevistas²⁶ com professores/as das turmas selecionadas, com moradores e com alunos/as beneficiários/as do PBF. A pesquisa foi realizada na Comunidade Santa Luzia, localizada no meio rural do município de Breves, região do Marajó, no estado do Pará.

²⁶ Os interlocutores participantes serão denominados por pseudônimos, no intuito de preservar as suas identidades.

2 INSERÇÃO DO PBF NO MEIO RURAL MARAJOARA

A maioria das famílias da Comunidade Santa Luzia é composta por muitas pessoas, isto é, por famílias nucleares, que se expandiram para famílias extensas (CORRÊA, 2010), as quais possuem média de cinco filhos ou mais, sendo que algumas são formadas por até 13 filhos. Nas residências dos moradores participantes da pesquisa, existiam senhoras, com idades a partir de 30 anos, e filhas, com idades em torno de 13 anos, que estavam grávidas no mesmo período. Portanto, os jovens da localidade iniciam cedo a constituição de suas próprias famílias.

Destacamos, neste trabalho, a situação dos/as interlocutores/as Juracy (18 anos), Nildo (20 anos), André (17 anos) e Marina (15 anos), além da de alguns moradores, pertencentes a famílias incluídas no PBF. Marina, por exemplo, engravidou com 14 anos e, com 15, esperava pelo seu segundo filho, enquanto André, seu esposo, tinha, na época de sua união, 16 anos, era estudante e trabalhava com os pais nos serviços de roçagem, na produção de farinha, na extração de açaí, além de fazer “bicos”²⁷ de mototáxi e “[...] o que aparecesse para fazer!” (relato pessoal de André, adaptado), afazeres que passaram a ser exclusivos, após a constituição de sua família, quando deixou de ser estudante.

Este tipo de união é comum em comunidades rurais marajoaras, sendo determinante, para que ocorra a união, que cada nova família consiga se autossustentar ou, no caso de continuar residindo com a família nuclear, que possa aumentar o número de trabalhadores da casa, para auxiliar na subsistência alimentar de todos da família.

Assim, em Santa Luzia, os jovens costumam iniciar suas relações conjugais com idades médias de 16 anos, entre os homens, e de 13 a 14 anos, entre as mulheres, e, “[...] comumente, a união ocorre com menos de um ano de namoro, geralmente, após a mulher engravidar” (relato pessoal do Agente Comunitário de Saúde (ACS), que atendia à comunidade no período da pesquisa). Marina e André faziam parte desta realidade e, apesar de jovens, já possuíam sua família e se dedicavam a sua manutenção.

Com relação aos estudos, ambos tiveram que deixar a escola para cuidar dos filhos e não terminaram o ensino fundamental, nem tinham perspectivas de retomar dos estudos. Depois de passarem por volta de um ano residindo com os pais de André, no período da

²⁷ Bicos: trabalhos informais, como a venda de farinha, açaí, carvão, galinhas, peixe, porcos, carne de caça etc. e serviços de roçagem e vigilância de terrenos e os serviços domésticos de limpeza das casas, cozinheiras, lavagem de roupas.

pesquisa, estavam construindo, aos poucos, uma casa, que, apesar de ainda não estar pronta, já abrigava o casal. Como forma de manutenção financeira, no período da pesquisa de campo, o casal estava tentando desvincular o nome de Marina do benefício que a mãe recebia do PBF, para tentar fazer um específico para ela e para sua família, buscando obter, desta forma, um “salário do Bolsa”, como denominavam o benefício, entendido como renda fixa pela maioria dos beneficiários do lugar.

Outra família que se formou recentemente na comunidade foi a de Nildo e de Juracy. Ambos se conheceram em uma festa e, após um tempo de namoro, Juracy engravidou e eles tiveram uma menina. O casal morava na casa dos pais de Juracy e vivia do que os pais recebiam do Programa e de trabalhos que surgiam, de “bicos”, como mototáxi, da ajuda aos pais na roça, na produção de farinha, e de outras atividades eventuais. Nildo tinha o sonho de ser professor na comunidade e estava cursando o ensino médio, mas, com a chegada da filha, seus planos mudaram e o objetivo passou a ser de “[...] ajeitar o Bolsa, para Nildo receber o valor da família dele” (relato pessoal da mãe de Nildo). Juracy explicou como estava sua situação no PBF:

Antes eu era menor de idade, o cartão estava no nome dele [Nildo]. Agora que passou para o meu nome. Ainda estou fazendo essa troca ainda. Eu compro as despesas para ela [filha]. Nem ele [Nildo] nem eu tem trabalho. O que nos ajuda é isso. É uma ajuda pouca mesmo! Antes a gente comprava o pouco que a gente arrumava. Trabalhando mesmo. Nós nunca vivemos só do que tem aqui, tem que comprar. Quando tem o dinheiro, a gente compra. Quando não tem, a gente vai levando a vida adiante. O dinheiro que nós recebemos é só para complementar, ele não dá para sustentar nós. (relato pessoal de Juracy, inserções da autora).

Portanto, praticamente todos os moradores da comunidade dizem ter se casado com idades a partir de 13 anos. O casamento “cedo”, de acordo com muitos moradores, é visto, como uma forma dos filhos “criarem responsabilidade” e começarem a “cuidar das próprias famílias”, diminuindo o número de pessoas na família de origem. São comuns, na comunidade, o casamento entre adolescentes e jovens e a sua responsabilização pela manutenção da família, fazendo com que estes busquem pelo cadastro e/ou por ajustes no PBF, para que possam contar com os valores repassados pelo benefício como garantia de renda mensal.

Quanto a esta questão, e à formação de famílias numerosas, a coordenadora do Sistema Presença, de Breves, afirmou que muitas famílias do meio rural do município entendem que, quanto mais filhos tiverem, maior será o valor do benefício do PBF. O que “[...] vira até um mito para eles, porque eles condicionam, mesmo que quando eles vão fazer o

atendimento a gente converse bastante com eles, só que a informação chega para uns, mas não chega para outros” (relato pessoal da coordenadora do Sistema Presença).

No período da pesquisa, a maioria dos moradores da Comunidade era formada por beneficiários do PBF, cuja única renda era o valor do benefício, que diziam ajudar muito na manutenção e na sobrevivência das famílias. Dona Bernadete, moradora antiga do lugar, acreditava que o benefício havia mudado a vida da maioria das famílias locais, como relatou: “Olha para muitos mudou, para muitos não, né, eu continuo plantando, não parei, até porque diminuiu minha Bolsa Família. E eu continuo plantando, criando, para os meus filhos não passarem fome né? Agora para muitos aí que não querem saber de plantar e criar, eles só esperam por isso mesmo!” (relato pessoal de Bernadete).

Portanto, apesar de contar com o valor do Programa, muitas famílias não deixaram de desenvolver atividades próprias do meio rural (caça, pesca, plantação, etc.), que visam à aquisição de alimentos e de renda. Nildo e Juracy disseram que, com o auxílio do benefício, as coisas melhoraram um pouco, mas que não têm como deixar de trabalhar na roça, no carvão, na caça e na pesca, como se, a partir do recebimento do benefício, tivessem que fazer uma escolha entre uma coisa e outra. Como o valor é baixo, e insuficiente para todas as despesas, estavam sempre em busca de algo, em que trabalhar, e assim, conseguir o necessário para se manter, durante o período, em que não contavam com os recursos do Programa. Alguns moradores se declararam preocupados com um possível encerramento do Programa, como disse Seu Pedro, morador e beneficiário:

Como eu estava dizendo para os meus filhos: ‘Nós não pode confiar porque isso não é de segurança, né?’ De uma hora para outra é o que falou na televisão de cortar. Se a gente não plantar e não criar, mais adiante nós vamos passar fome! Aí corta e pronto e é assim, como eu falei para eles: ‘Nós vamos fazer nosso pedacinho de roça que eu passei o inverno todo comprando farinha com o dinheiro do Bolsa Família’ (relato pessoal de Seu Pedro).

Infelizmente, a maioria dos beneficiários da comunidade parece compartilhar destes pensamentos, pois, ao conviver diariamente com as pessoas do lugar, foi visível que muitas famílias não plantavam, não pescavam e não caçavam, como antes, isto é, muitos se habituaram a esperar pelo recebimento do benefício mensal, como se fosse um salário. Com isso, o Programa era visto de forma negativa por muitos moradores, que ainda trabalhavam diariamente, visando à aquisição de alimentos e de rendas.

3 EXPECTATIVA DE DIAS MELHORES: “A SAÍDA PARA OS JOVENS É O ESTUDO!”

Uma modificação interessante no modo de vida, evidenciada na pesquisa-base deste trabalho, foi a diminuição da participação de crianças e de jovens nos trabalhos diários, após a inserção nas famílias no PBF, retratando o cuidado dos responsáveis pelo recebimento do benefício para com o cumprimento do requisito educacional do Programa, pois realizavam, de forma cuidadosa, o acompanhamento da frequência de seus/as filhos/as e asseguravam que não faltassem às aulas. Com isso, muitos responsáveis passaram a negar, ou a restringir, a ajuda de suas crianças nas tarefas diárias das famílias.

Então, antes do benefício, os “[...] filhos assumiam papel importante na divisão do trabalho familiar, mas, com o aparecimento de novas atividades e de formas de complementação de renda, os pais passam a liberar os filhos do trabalho produtivo e a investir na escolarização” (CORRÊA, 2010, p. 108). Assim, algumas famílias deixaram de exigir a presença dos jovens no cotidiano do trabalho na roça, na produção de farinha, na pesca, etc., como explicou Seu Pedro: “Olha, eu não deixo eles trabalharem, porque eles vão para a escola todo dia de manhã!” (relato pessoal de Seu Pedro).

Seu Pedro afirma, também, que as atividades realizadas pelos jovens na aquisição de alimentos eram efetivadas somente em casos de necessidade, mas, geralmente, após as aulas e/ou ao término de trabalhos escolares. Frequentemente, estas ajudas voltavam a ser requisitadas, quando os produtos comprados e os valores do benefício terminavam, ou seja, quando as famílias precisavam de mão de obra extra para desenvolverem atividades e conseguirem alimentos. Nestes momentos, as famílias utilizavam toda a ajuda disponível, fosse de homens, de mulheres, de jovens e/ou de crianças.

Contudo, os pais afirmavam que a prioridade era os estudos de seus/suas filhos/as, pois não queriam que exercessem “[...] trabalhos ‘penosos’ e ‘perigosos’, como os moradores se referem ao trabalho na roça [...], muitas vezes, avaliado, pelos mais velhos, como um trabalho que ‘não dá futuro’ para os filhos” (CORRÊA, 2010, p. 85). Nesse sentido, Seu Pedro relatou:

Eu vejo a saída para meus filhos no estudo! Porque eu converso com eles: ‘olha meus filhos se vocês estudam, vocês tem como pegar um emprego, vocês tem como sair, não tem como pisar só no meio do mato, se vocês quiserem trabalhar no mato vocês vão trabalhar, se vocês quiserem trabalhar noutra emprego fora do mato vocês vão trabalhar, e a pessoa que não tem estudo daqui para frente quanto mais vai ficar pior, por que se ele ficar só no mato a situação aqui tá devagar, tá enxergando como

tá né? O movimento do mato tá ficando pouco né? Para a gente trabalhar aí no nosso terreno que nós temos ainda dá para trabalhar, só que do jeito que eles estão crescendo eles vão ter família, vão precisar de trabalhar para dar para os filhos, mas quando chegar numa certa época, não tem madeira, não tem palmito, aí o que vão fazer? (relato pessoal de Seu Pedro).

Pensando nesta “saída”, Seu Pedro, assim como outros moradores, que tiveram condições, matriculou seus dois filhos mais velhos (de 17 e de 19 anos) no ensino médio, em Breves, já que, na comunidade, não existia, até então, este nível de escolaridade, pois as escolas da localidade costumam ser somente “[...] municipais e oferecem escolarização até a 4ª série do ensino fundamental. Para continuarem os estudos, os pais levam seus filhos para os centros urbanos mais próximos” (CORRÊA, 2010, p. 109) e lhes delegam tarefas mais brandas, para que tenham mais tempo para se dedicarem aos estudos, pois, a “[...] educação como estudo está associada à instrução, à leitura e à escrita, sendo representada como melhoria de vida, pelo fato de possibilitar a aquisição de um emprego, sendo este considerado ‘melhor’ e ‘mais fácil’ do que o trabalho vivenciado na roça” (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2008, p. 75).

Dentro dessa perspectiva, todas as tardes, os filhos de Seu Pedro se deslocavam, de bicicleta, para a cidade (que fica à 12 km de distância), para estudar no turno da noite. Depois de um tempo, após a venda de uma parte de seus terrenos, conseguiram adquirir uma moto de “segunda mão”, facilitando as idas e as vindas, que, em muitos momentos, não ocorriam, por não terem como retornar, tarde da noite, devido à chuva ou outros contratempos. Quando isto ocorria, os irmãos se abrigavam na casa de amigos, para dormir, regressando à comunidade somente na manhã seguinte.

Os jovens Claudio e Neiva, filhos de Seu Pedro, enfatizaram que gostavam muito de estudar e que ir para a cidade, apesar de cansativo, proporcionava-lhes oportunidades, que muitos da comunidade não tinham. Todo este sacrifício se dava pela fé de que, por meio dos estudos, da educação, os jovens poderiam ter um futuro diferente, e diziam que não precisariam lidar com os trabalhos pesados da roça, da produção da farinha e do carvão, dos riscos do mato na hora de caçar, etc. Assim, “[...] as famílias direcionam os investimentos para a educação dos filhos, pois entendem que os jovens são uma possibilidade de trazer mais conhecimento e entendimento em torno das questões institucionais que envolvem a comunidade” (CORRÊA, 2010, p. 118).

Seu Pedro fazia questão de enfatizar a importância dos estudos: “Eu quero que vocês estudem e vão levar a vida de vocês do outro jeito e não do jeito que eu estou.” (relato pessoal

de Seu Pedro). Assim, Seu Pedro não queria, para os filhos, o futuro incerto que tinha para si e, por reconhecer que sua vida era consequência da falta de estudos, fez o que pôde para lhes dar um destino diferente. Contudo, o futuro almejado por Seu para os filhos acabou sendo diferente, pois estes acabaram tendo que voltar para a vida e para os trabalhos na comunidade, pois a filha mais velha engravidou e precisou parar seus estudos, para cuidar da filha e para ajudar os pais na manutenção da família.

Seu Pedro e D. Bernadete, apesar de não esperarem os rumos que os filhos tomaram, receberam-nos de braços abertos e os ajudaram a cuidar das netinhas e dividiam com eles os trabalhos diários. No período desta pesquisa, surgiu, para o jovem Claudio, uma nova esperança, pois conseguiu emprego na escola da comunidade, como servente, e, alegre, disse que iria começar a cursar Pedagogia em uma universidade particular, a qual pagaria com o valor de seu salário. Sendo assim, percebemos, muitas vezes, que “[...] existe uma circularidade perversa na exclusão social, uma vez que a falta de oportunidade, em grande parte decorrente da falta de acesso à escolaridade/habilitação para o trabalho, é um elemento que impede progressos nas condições de vida e mantém a iniquidade social” (FLEISCHFRESSER, 2006, p. 25).

Nessa questão, Silva *et al.* (2012) afirmam que, para um melhor aproveitamento dos resultados de benefícios, voltados a combater a pobreza e a desigualdade, os programas deveriam contar com maiores e mais frequentes monitoramento e avaliação, não, só, das famílias beneficiárias, mas, também, do Programa em si, além de uma melhor “[...] articulação de transferência monetária com outros programas sociais, principalmente, nos campos da educação, da saúde e do trabalho, que podem significar um avanço para ampliação de possíveis impactos.” (SILVA *et al.*, 2012, p. 226-227).

Assim, um dos maiores entraves, apontado por Oliveira e Soares (2013) para o melhor desenvolvimento do Programa, seria a falta de uma avaliação mais efetiva e organizada de seu desenvolvimento. Entre as dificuldades, Silva *et al.* (2014, p. 230) destacam que “[...] tem-se a adoção do critério somente da renda para definição dos pobres e extremamente pobres a serem incluídos. Esse é um critério insuficiente para dar conta da dimensão estrutural e multidimensional da pobreza”, que não consegue atender ao número de famílias, que necessita do auxílio e que vivencia dificuldades extremas, inclusive, porque o valor repassado é muito baixo, “[...] limitando as possibilidades de impactos mais significativos sobre a pobreza das famílias” (Silva *et al.* 2014, p. 230).

Em entrevista às professoras da escola sobre as questões da defasagem idade-série/ano e das desistências dos jovens da comunidade, a professora Socorro relatou:

Eu digo assim, por que que o aluno recebe uma Bolsa para ele tá na escola aí então através dessa presença que o aluno vai receber sua Bolsa, aí se eles conseguirem se formar, tirar o ensino fundamental, o ensino médio, concluir uma universidade, vai custar muito porque até que ele atinja um grau que ele necessita para entrar numa universidade, já tá com uma idade bem avançada e, muitas das vezes, por ele tá com essa idade bem avançada ele não se sente mais motivado de querer ir mais além nos seus estudos. Aí então por ele se achar que já está velho aí ele pega e para de estudar e não vai mais, ele diz: ‘eu já estou aqui já, estou no 5º ano já estudando aqui ainda não sei nem bem direito ler e fazer as quatro operações, eu vou parar de estudar’. Aí ele vira roceiro, ele vira para pecuária, ele vira agricultor (relato pessoal da professora Socorro).

Dessa forma, muitos alunos, por se acharem velhos para “perder tempo” com os estudos, evadem, para se dedicar ao trabalho braçal e para ajudar na manutenção de suas famílias. No entanto, após algum tempo, dão-se conta de que os estudos são a saída para mudar suas situações econômica e social, pois, mesmo que se tornem lavradores e que se dediquem aos trabalhos na comunidade, isto não isenta a importância e a necessidade de estudos, para se aprofundarem em técnicas, que os ajudarão nestes trabalhos.

A coordenadora do Sistema Presença, de Breves, afirmou, quanto a tal aspecto, “São duas situações na verdade, a minoria é essa que eles já trabalham que eles não podem, a maioria não tá estudando por que tem que assumir o papel de homem da casa ou ajudar na alimentação, ou de alguma forma, meninas de 10, 12 anos sendo babá e acabam interferindo na educação” (relato pessoal da coordenadora do Sistema Presença).

Nesse sentido, Oliveira e Mota Neto (2008) observam que a “[...] introjeção de uma representação negativa, a de incapacidade para aprender, em função da idade e a experiência de repressão (ou de discriminação) vivenciada no pouco tempo de frequência à escola (ou a não frequência) influenciam em sua reinserção no processo de escolarização formal” (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2008, p. 79).

Portanto, apesar do maior acompanhamento dos pais e do Programa, para que seja garantida a presença dos alunos/beneficiários, esta frequência não significa uma maior participação dos alunos, com melhores desenvolvimentos do processo ensino-aprendizagem e das práticas, que envolvem os conhecimentos culturais, os saberes e a atividades extracurriculares cotidianas.

Sobre a inserção do Programa na vida dos alunos beneficiários, e possíveis modificações no modo de vida dos moradores da comunidade, as professoras da escola da

Comunidade Santa Luzia se mostraram, em muitos momentos, preocupadas, quanto ao que presenciam e percebem a este respeito: “Isso para as famílias veio como um subsídio para enumerar as famílias, não dá qualidade para as famílias, ele não veio assim para dar qualidade, ele veio para dar quantidade, é isso que eu penso!” (relato pessoal da professora Eneida).

Este relato, aparentemente duro, demonstra as preocupações da professora e de alguns pais, relativamente ao fato de que o Programa não está retirando os moradores/beneficiários da Comunidade das linhas da pobreza e da pobreza extrema. Tais sentimentos corroboram Silva *et al.* (2012, p. 14): “[...] a realidade da pobreza no Brasil, apesar dos avanços, vem sendo mais administrada do que superada”. No entanto, apesar das preocupações, as professoras admitem que, em muitos aspectos, houve uma melhora significativa no modo de vida dos moradores beneficiários da comunidade, como relatou professora Eneida: “Ele não tá influenciando para uma educação de qualidade, no meu ponto de vista. É só para garantir a frequência. Então, olhando por esse lado não vai ter uma influência positiva. Aumentou muito o número de mães com os filhos na escola, porque quanto mais filhos você tiver na escola mais você recebe”.

Olhando pelo lado educacional, a inserção do PBF proporcionou alterações positivas nos índices de frequência escolar, pois os alunos passaram a ser mais assíduos, devido ao receio da perda do benefício. Contudo, como relatado pelas professoras, a assiduidade destes alunos não representou melhorias na qualidade da educação ou no nível de aprendizagem dos alunos/beneficiários, já que muitos vão à escola somente para obter a frequência mínima exigida pelo Programa, o qual não abrange questões, como as do aprendizado ou dos índices de aprovação destes jovens.

Dessa forma, “[...] é perceptível que as mudanças de atuação do Estado não alcançaram, pelo menos ainda, seu objetivo principal de redução da pobreza e da desigualdade social na zona rural” (CORRÊA, 2010, p. 128). Contudo, mesmo sem alcançar os efeitos desejados, as ações desenvolvidas conseguem, mesmo que não tão evidentes, resultados positivos, quanto ao “[...] redirecionamento da escolarização dos filhos para que possam garantir melhores condições de vida e de trabalho” (*ibidem*, p. 128). O Programa tem conseguido garantir as permanências de crianças e de jovens beneficiários na escola, sendo “[...] usado pelas famílias para suprir as necessidades básicas, sobretudo em relação à complementação da alimentação para a família” (*ibidem*, p. 128). Portanto, houve modificações nas questões de organização do trabalho em algumas famílias da comunidade,

pois era perceptível, diariamente, uma diminuição no número de trabalhadores, já que as famílias não contavam, como antes, com a mão de obra dos jovens e das crianças.

Mesmo com todos os percalços e com a falta de oportunidades, como a pesquisa apontou, os jovens se manifestaram negativamente, quando questionados sobre as possibilidades de sair da comunidade e de ir morar na cidade, uma vez que alguns já tentaram fazê-lo e não conseguiram se adaptar. Paulo (16 anos) morador e estudante na comunidade, respondeu deste modo à questão: “Não, não tenho vontade de ir embora, o que estou precisando aqui é de um trabalho né? Sem trabalho fica meio difícil para gente ficar” (relato pessoal de Paulo). Portanto, apesar da permanência na comunidade não ser fácil para muitas famílias, todos os interlocutores da pesquisa demonstraram a consciência de que, para morar na cidade, precisariam de emprego e, conseqüentemente, de um nível básico de escolaridade, que a maioria não possui.

Desse modo, ficou claro que, apesar do Programa ter trazido algumas melhorias ao cotidiano das famílias beneficiárias da Comunidade Santa Luzia, não estão sendo disponibilizadas oportunidades tangíveis e necessárias para modificar e para melhorar a qualidade de vida destes moradores, para que consigam sua autonomia e para que não dependam mais dos repasses mensais do PBF.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, os resultados da pesquisa-base deste texto não demonstraram alterações profundas, tão almejadas por jovens e por moradores da Comunidade Santa Luzia, após o recebimento e o cumprimento da condicionalidade educacional do PBF. Ao invés de proporcionar “[...] a possibilidade de uma emancipação e a conquista de autonomia, a partir de uma nova lógica de interesses” (CORRÊA, 2010, p. 118), o PBF tem funcionado, na verdade, para tratar de problemas imediatos da população pobre do país, oferecendo ou ampliando uma renda, antes, inexistente, mas, sem possibilitar, aos desempregados, profissionalização e capacitação, para que consigam empregos e renda, além de autonomia e da saída da situação de dependência do benefício do PBF.

Portanto, quanto à perspectiva de modificação das situações econômica e social de jovens beneficiários/as do meio rural marajoara, a partir de suas inserções no PBF, percebeu-se que não houve variações significativas no modo de vida de famílias e de jovens beneficiários/as do PBF, pois o Programa serve, atualmente, apenas para a manutenção da

situação das famílias beneficiadas, sem que sejam alterados, de fato, os índices de desemprego, de desigualdade social e de pobreza no país.

REFERÊNCIAS

- CIRENO, F.; SILVA, J.; PROENÇA, R. P. Condicionais, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **One pager**, n. 241, dez. 2013. Disponível em: www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager241.pdf. Acesso em: 05 maio 2016.
- CORRÊA, D. S. S. **Modo de vida na várzea. Políticas sociais e nova ruralidade**: estudo em uma localidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- FLEISCHFRESSER, V. **Amazônia, Estado e Sociedade**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- NASCIMENTO, M. A. C. (org.) Apresentação. In: NASCIMENTO, M. A. C. (org.) **Tempo de Bolsas**: estudos sobre programas de transferência de renda. Campinas: Papel Social, 2015. p. 15-22.
- OLIVEIRA I. A. de; MOTA NETO, J. C. da. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: OLIVEIRA, I. A. (org.). **Cartografias Ribeirinhas**: Saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008. p. 63-80.
- CAETANO, V. N. S. **“Sem o Bolsa fica escasso, com o Bolsa é mais avortado!”**: As influências do Programa Bolsa Família nas estratégias alimentares de uma comunidade ribeirinha da Amazônia Marajoara. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- SILVA, D. O.; FREITAS, M. do C. S. de. Nota à Edição Brasileira. In: CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Tradução de Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidalli. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 11-12.
- SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez. 2012.
- SILVA, M. O. da S.; LIMA, V. F. S. de A. (coord.). **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ALESSANDRA ARAÚJO MACEDO

Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação e Ciência Humanas - Campus Universitário do Marajó - Breves – Pará. E-mail: alessandra1d123@gmail.com

ALEXANDRE NUNES DA SILVA

Licenciado em Administração. Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA). Docente do Instituto Federal do Pará - Campus Breves. E-mail: alexandre.nunes@ifpa.edu.br

CARLOS AUGUSTO RAMOS

Engenheiro Florestal, Me. Em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia, consultor ecossocial; e-mail: pantojaramos@gmail.com

ELIANE MIRANDA COSTA

Doutora em Antropologia. Docente da Universidade Federal do Pará - UFPA, com lotação na Faculdade de Educação e Ciência Humanas - Campus Universitário do Marajó - Breves - Pará. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Arqueologia na Amazônia Marajoara (GEPEAMA). E-mail: elianec@ufpa.br

FABIANE NASCIMENTO

Licenciada em Pedagogia. Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da rede municipal de Ensino em Breves. E-mail: nascimento.fabiane25@gmail.com

FLAVIO MOREIRA DE PAULA

Mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Pará. Educador Popular e gerente do setor da Juventude da SEJUDH. E-mail: fmoreiradepaula@gmail.com

GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA

Licenciado em Direito. Defensor Público do Estado do Pará. E-mail: gui_kochi@hotmail.com

MARIA REGINA FARIAS MACHADO

Mestra em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares pelo Instituto Federal do – IFPA. Docente da rede municipal de ensino em Breves. Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana do Marajó e Supervisora do curso de Educação do Campo do Instituto Federal do Pará (IFPA) - Campus -Breves do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: m.r.re@hotmail.com

NATAMIAS LOPES DE LIMA

Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal do Pará - UFPA, com lotação na Faculdade de Educação e Ciência Humanas - Campus Universitário do Marajó - Breves - Pará. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia Marajoara. E-mail: natamias@ufpa.br

PABLO CARDOSO MAIA

Psicólogo da Secretaria de Trabalho e Assistência Social – Breves. Mestrando do (PPGEDUC/UFPA). E-mail: pablopsimaia@hotmail.com

PEDRO SANTOS

Licenciado em Filosofia. Padre da Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR). É vigário na Paróquia de Sant'Anna na Prelazia do Marajó. E-mail: pedroantosoar@gmail.com

RENATA FARIAS MACHADO

Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP – Rio de Janeiro. Docente da Rede municipal de ensino. E-mail: natinha_bvs@hotmail.com

RENATA PANTOJA NOBRE DE ANDRADE

Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação e Ciência Humanas - Campus Universitário do Marajó - Breves – Pará. E-mail: renata.andrade@breves.ufpa.br .

RONALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Doutor em Ciências Sociais-Antropologia. Docente da FECH-CUMB/UFPA e do PPGCIMES-UFPA. Coordenador do Campus Universitário do Marajó-Breves. E-mail: rrodrigues@ufpa.br

SALOMÃO HAGE

Doutor em Educação. Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Linguagens e Saberes da Amazônia. É bolsista produtividade do CNPq. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ), Integra a Coordenação do Fórum Paraense de Educação do Campo e Coordena a Escola de Conselhos Pará: Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e de Direitos da Amazônia Paraense. E-mail: salomao_hage@yahoo.com.br

TAYNAN LOPES COSTA

Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Educação e Ciência Humanas - Campus Universitário do Marajó - Breves – Pará. E-mail: taynanlopes69@gmail.com

VIVIANNE NUNES DA SILVA CAETANO

Doutora em Antropologia. Mestre em Educação. Docente da Universidade Federal do Pará - UFPA, com lotação na Faculdade de Educação e Ciência Humanas - Campus Universitário do Marajó - Breves - Pará. E-mail: vns@ufpa.br



Juventudes marajoaras em movimento na defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade

ISBN: 978-65-00-60817-5

BR



9 786500 608175

Campus Marajó-Breves
Universidade Federal do Pará

Editora
CUMB/UFPA

